

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

GIOVANNA PACCILLO DOS SANTOS

**ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O FEMINISMO:
UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE MODERNIDADE DO GRUPO CATÓLICAS
PELO DIREITO DE DECIDIR**

CAMPINAS - SP

2019

Giovanna Paccillo dos Santos

**ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O FEMINISMO:
UM OLHAR SOBRE O PROJETO DE MODERNIDADE DO GRUPO CATÓLICAS
PELO DIREITO DE DECIDIR**

Monografia apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Toniol

**Campinas – SP
2019**

Agradecimentos

Despeço-me desta pesquisa com um sentimento de que nunca farei justiça com todos os que foram fundamentais para a realização da tal, mas hei de tentar. Tive a oportunidade de compartilhar, no período de 2 anos (e que se estende), conhecimentos e afetos com mulheres incríveis as quais admiro muito. Meu primeiro agradecimento só poderia caber ao grupo de Católicas e ao grupo de Multiplicadoras. Por todos os cafés durante as reuniões, por todas as conversas, toda a interlocução e toda amizade. Por me mostrarem a complexidade de serem mulheres de luta e por retomarem minha esperança na luta e na resistência nesses tempos difíceis. Descobri-me forte na imensa força de vocês. A viabilização desta pesquisa passou por inúmeros nomes e algumas instituições. Agradeço ao SAE/Unicamp, e ao CNPq, pelo financiamento.

Desde 2016 faço parte do grupo de pesquisa Laboratório de Antropologia da Religião (LAR), grupo este que suscita debates interessantíssimos com autores instigantes – parte deles fomentaram os parâmetros para a formulação desta pesquisa –, além de proporcionar um ambiente seguro com pessoas queridas. Integrar um grupo de pesquisa fez com que percebesse, aos poucos, que a atividade acadêmica requer troca, empenho, e iniciativa para testar ideias – o que depende de um espaço confortável para tal. A companhia dos amigos que fiz no LAR foi fundamental para esta pesquisa (mesmo aqueles que tiveram passagens temporárias, ou que deverão ficar um tempo afastados). Agradeço também a participação de inúmeros professores que se dispuseram a pensar junto comigo em diversos momentos da minha trajetória acadêmica: Ronaldo Almeida, Artionka Capiberibe, Christiano Tambascia, Suely Kofes, Maria Filomena Gregori, Hugo Soares, Taniele Rui, Antonio Guerreiro, Adriano Godoy e Lis Blanco e Rodrigo Toniol.

Pelos comentários que recebi em meu primeiro projeto de pesquisa, agradeço a Flávia Paniz, Luísa Hortelan, Sydnei Melo, Maísa Fidalgo e Jeferson Batista, Adriano Godoy, Lilian Sales, Clayton Guerrero, entre vários outros colegas do LAR. Agradeço também a todos os comentários e sugestões que recebi em lugares que me propus a apresentar resultados parciais da pesquisa. Ao Milton Bortoloto no XVIII Graduação em Campo pelos comentários pertinentes e perguntas curiosas a respeito da pesquisa; à Renata Menezes, Fernanda Peixoto, Fernanda Heberle na Reunião Brasileira de Antropologia; aos meus colegas de GT nas Jornadas John Monteiro, pela indicação de bibliografia, pelas perguntas e pelo interesse.

Ao começar esta pesquisa tive de me equilibrar entre a euforia de começar uma pesquisa desde o início; e o medo. Às vezes, a euforia era enorme, o medo segurava. Às vezes o medo era maior, mas a euforia e a curiosidade me mantinham firmes. Até que o medo imperou e se tornou paralisante. Essa pesquisa só foi realizada graças à paciência, a compreensão e a disponibilidade de algumas pessoas. A elas, todo meu amor e carinho. À minha terapeuta, Maria Isabel Guimarães. À Marcela Borges. À Bia Diniz, que me acompanhou em todo esse processo mesmo que distante, em Salvador. Às minhas colegas de casa, que dividi anos da minha vida, minhas aflições, minhas alegrias: Lidiane, Valéria, Ariane, Lara, Ana, Laura, Bia. Obrigada pela paciência, compreensão e companhia. A todos aqueles que fizeram parte do meu cotidiano na universidade, funcionários e amigos.

Agradeço também às pessoas que cederam um lugar para eu ficar em São Paulo, que compartilharam o café da manhã e histórias. À Bia Barbosa por todas as vezes que me deu um teto e me fez rir. Espero um dia poder recompensar com estadias em outros lugares, em encontros mais demorados. Agradeço ao Matheus Rico, e a casa no Butantã. Obrigada Fernanda Heberle e Rodrigo por nos receberem tão bem. A triangulação entre lugares diferentes de São Paulo fez com que eu conhecesse um pouco mais da cidade e tornasse o lugar um pouco mais familiar, na medida do possível.

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo Toniol por todas as vezes que se dispôs a ler e reler o que escrevi empenhado em fazer críticas e comentários construtivos. Pela orientação de pesquisa, pela interlocução. Obrigada sobretudo por respeitar meu tempo sem nunca deixar de me incentivar a “dar o próximo passo”.

Aos meus pais, Salete e Marcos, obrigada. Sei que esse processo acumula ausências, mas sei também que vocês não só me incentivaram a perseguir meus sonhos como forneceram todo o amparo e os meios para que eu pudesse fazê-lo. Eu amo vocês e me sinto extremamente grata por conseguir transmitir um pouco do que gosto de fazer a vocês.

Por fim, agradeço a *um tal Lucas*. Tanto o Toledo quanto o Baccetto (sempre) trabalharam juntos e incansavelmente para que eu não desistisse. Agradeço por todo o companheirismo, toda paciência, todo incentivo. Obrigada por entender que às vezes, eu só preciso de mais alguém para ajudar a cortar as cabeças da hidra (que como bem sabemos, voltarão a crescer). Seguimos juntos, mais uma vez.

Resumo: Esta monografia tem como objeto de interesse fundamental apreender o ativismo católico-feminista do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir (CDD). Sabendo que a ONG existe desde 1994, tenho particular interesse nas formas que encontrou de se manter ativa, mas mais do que isso, entender como, nos últimos anos, a ONG entrou em um gradual processo de ascensão pública e política. Parto de uma metodologia que privilegia a etnografia do cotidiano e focaliza as práticas rotineiras daqueles que compõem meu objeto. Para tanto, a participação de reuniões com o grupo, o acompanhamento de suas mídias sociais bem como os eventos que promoveram e que participaram entre 2017 e 2019 foram materiais de análise importantes. Além disso, realizei entrevistas com as coordenadoras que impulsionaram a formulação da hipótese desta monografia, a qual a equipe de comunicação do grupo, contratada em 2011, toma o protagonismo como aquela que fornece as condições necessárias para que o conteúdo produzido pela CDD ganhe novas dimensões, formatos e linguagens em plataformas virtuais. Nesse sentido, analiso também os vídeos de seu canal no *youtube* como uma estratégia de produção de engajamento deliberada pela própria organização. Com isso, tenciono demonstrar como esses materiais analisados se relacionam com um certo projeto de modernidade da ONG que produz as condições para que o enquadramento de um grupo ecumênico, moderno e feminista se torne inteligível. Aspiro, portanto, fomentar discussões interessantes nas áreas (sempre interseccionadas) de gênero, religião, mídias e espaço público.

Palavras-chave: *gênero; religião; espaço público; mídias*

Abstract: This course conclusion monograph is interested in understanding the catholic-feminist activism of the group Catholics for Choice from Brazil (CDD). The NGO has existed since 1994 and my particular interest focused in the ways in which it has found itself active, but more than that, is to understand how, in recent years, the NGO has entered a gradual process of political and public ascension. In this sense, I based this research on a methodology that privileges everyday ethnography and focuses on the routine practices of those who compose my object of interest. To this end, the participation of meetings with the group, the monitoring of their social media as well as the events that they promoted and participated between 2017 and 2019 were important analytical materials. In addition, I conducted interviews with the coordinators who encouraged the formulation of the hypothesis of this monograph: I assume that the Communication team of the group, hired in 2011, takes the leading role as the one that provides the necessary conditions for the content produced by CDD to gain new dimensions, formats and languages on virtual platforms. In this sense, I also analyze the videos of their youtube channel as a deliberated strategy to produce engagement. With this, I intend to demonstrate how these materials are related to a certain project of modernity of the NGO that produces the conditions for the framing of an ecumenical, modern and feminist group to become intelligible. I hope, therefore, to foster interesting discussions in the (always intersected) areas of gender, religion, media, and public space.

Keywords: *gender; religion; public place; media*

Sumário

Introdução	8
Fundamentalismo religioso? Algumas notas sobre conservadorismos religiosos no Brasil	11
Alguns aspectos históricos da construção da ONG	12
A ONG Católicas pelo Direito de Decidir: algumas notas metodológicas	17
A estrutura	20
Capítulo 1 – Construindo sujeitos políticos	23
1.1 Enquadramentos metodológicos.....	24
1.2. Os dispositivos de engajamento com o grupo de Católicas	27
<i>O café com Luta</i>	27
<i>O grupo de Multiplicadoras Católicas</i>	31
Os grupos de Whatsapp	35
<i>Seminário Nacional de Multiplicadoras</i>	39
1.3 Ação política e catolicismo-moderno	40
Capítulo 2 – Ampliando a rede	43
2.1 Mídias e mediações	44
2.2. O canal do <i>youtube</i> de Católicas pelo Direito de Decidir.....	45
<i>Hip-Hop feminista</i>	46
<i>Minidocumentários temáticos</i>	50
<i>Série babado laico</i>	58
Capítulo 3 – Objetos em rede: Os objetos expostos na sede de Católicas e suas relações 63	
3.1. O crucifixo e sua trajetória	65
<i>Sacrilégio</i>	70
<i>Decompondo o iconoclash</i>	71
<i>Da imagem ao coletivo</i>	72
3.2. Os fantoches da sede de Católicas	73
3. 3. Objetos em redes	75
3.4. Objetos em movimento.....	76
Capítulo 4: Católicas em controvérsias. A audiência pública pela Descriminalização do Aborto	81
4.1 Cenas que antecederam a audiência	84
<i>A proposta da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ajuizada pelo PSOL</i>	84
<i>Evento na Defensoria Pública intitulado ADPF 442: Descriminalização do aborto e a figura do amicus curiae</i>	85
4.2. A audiência pública.....	87
<i>A fala de Católicas</i>	89
<i>A fala da CNBB</i>	94
<i>A fala da representante do Movimento Brasil sem Aborto</i>	98
Conclusão	107
Referências bibliográficas	114

Introdução

No dia 21 de setembro de 2017, ocorria na Defensoria Pública de São Paulo um evento chamado *A Descriminalização do Aborto no Brasil: ADPF 442 e a figura do Amicus Curiae*. O evento fora promovido pela própria Defensoria Pública, a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE), e o Núcleo Especializado de Promoção de Direitos da Mulher. Participaram do evento entidades que haviam acabado de entrar com peças de *amicus curiae*¹ em apoio a *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental* (ADPF 442), ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no dia 8 de março de 2017. O evento, então, tinha como objetivo debater sobre os argumentos usados para apoiar essa iniciativa do PSOL, com suas respectivas peças, levando em conta que a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, teria acabado de acatar a ação. Isso na época significava que a esperança de uma audiência pública sobre o tema havia acabado de se tornar realidade.

O que fez com que tal conversa se desse nesses moldes, em primeiro lugar, foi o recente impeachment da presidenta Dilma Rousseff, votado em agosto de 2016 pelo senado federal. Em segundo lugar, foi esse sentimento um pouco difuso, de avanço de um conservadorismo tanto na sociedade quanto dentro da política. O congresso eleito em 2014, conformava, naquela época, o mais conservador desde 1964², fato que foi ressaltado por algumas falas. Baseado nisso, havia um consenso de que a questão da descriminalização do aborto não deveria passar por ele. A única chance de sucesso nesse quesito, levando em conta a conjuntura política, era através do Supremo Tribunal Federal, antes que essa possibilidade fosse também inviabilizada.

Entre as entidades presentes, Católicas pelo Direito de Decidir teve uma fala representativa e uma fala técnica. A representante de Católicas na ocasião, como na maioria dos eventos públicos em que a ONG normalmente participa, foi Maria José Rosado Nunes, a Zeca.

¹O *amicus curiae* é uma possibilidade que permitiria uma visão do Supremo Tribunal Federal como corte constitucional *strictu sensu*, e não mais como uma “instância recursal”. “Trata-se da possibilidade de determinados órgãos ou entidades se manifestarem acerca de matéria levada a julgamento, em caso de relevância da discussão e de representatividade do postulante.” (BARROSO, 2006 apud XIMENES, 2010). O objetivo da figura do *amicus curiae* é pluralizar o debate constitucional, já que representantes da esfera civil podem se manifestar no processo. Para uma explicação mais detalhada, ver: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322010000100007&lng=en&nrm=iso e http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5032 (Acessados em 09/11/2018).

²Ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirmadiap,1572528>. (Acessado em: 29/11/2018).

Ademais, a advogada que montou a peça de Católicas também expôs, ficando encarregada de trabalhar os pormenores jurídicos da questão. Zeca separou sua comunicação em dois eixos: no primeiro frisou questões contemporâneas como os inquestionáveis retrocessos frente a possibilidade da perda de direitos trabalhistas e também questões relacionadas à educação e ao combate à “ideologia de gênero” por parte de setores conservadores e religiosos da sociedade. O segundo eixo de sua apresentação, focou principalmente nas propostas do grupo de Católicas enquanto uma ONG ativista, e no por que elas consideravam importante se posicionar nessa situação.

Nesse ponto, Zeca fez um discurso muito parecido com o que costuma falar e escrever em outros meios de comunicação e canais. Afirmou que para Católicas o aborto é uma questão sociorracial, porque atinge, em primeiro lugar, as mulheres mais pobres, sendo assim, as mulheres negras; uma questão de cidadania, porque *“se uma pessoa seja ela qual for não tem o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, que é a materialidade que nos faz ser quem somos, que cidadania nós temos?”*; e também uma questão ética, porque permitiria com que as mulheres exercessem a sua capacidade ética de decisão. Num espaço em que a maioria das palestrantes falava a partir do Direito, Católicas estaria se contrapondo, na fala de Zeca, àquele que poderia ser chamado de *“inimigo número um, que é a Igreja Católica no contexto de todo esse conservadorismo religioso”*. Ao retomar a construção do país e todo o histórico religioso deste, Zeca chamou para a Igreja Católica um lugar de responsabilidade. *“(…) A Igreja Católica tem um lugar de poder e de respeito nesse país que é um lugar de responsabilidade social. E eu costumo dizer, ela tem parte nesse número altíssimo de mulheres que morrem por não terem o direito ao aborto legalizado no Brasil.”* Eis, para Zeca, a importância e a legitimidade da existência de Católicas. Segundo sua fala, desde o surgimento de Católicas, a defesa da descriminalização do aborto foi questão fundamental para que mulheres brasileiras pudessem alcançar a liberdade, autonomia e a plena realização de sua cidadania.

Ao longo de sua apresentação, Zeca expôs as formas de argumentação de Católicas enquanto grupo. De um lado, existiria a *“defesa incondicional do Estado laico”*. Do outro, os argumentos que viriam da própria doutrina católica, ou seja, da tradição. O problema, para ela, seriam os grupos conservadores, mais do que a própria religião, ao se apropriarem, *de má-fé*, de *“argumentos teológicos que eles mascaram como argumentos científicos”*. Esses grupos tratariam o aborto como *“pânico moral”*.

A fala da advogada, Caroline Rosa Gargiulo, foi mais incisiva. Afirmou, entre outras coisas, que o eixo organizador fundamental de toda a peça era a defesa incondicional do Estado Laico, entendido como um Estado neutro, no qual o religioso não poderia adentrar. Entre a fala de Zeca e a fala da advogada de Católicas, uma pessoa que assistia aos debates que ali ocorriam levantou a voz para dizer que os evangélicos eram os maiores problemas por serem conservadores. Essa fala reverberou entre as pessoas que estavam expondo suas falas, e mais do que uma participante fez questão de falar que os evangélicos eram múltiplos, e que existiam setores evangélicos progressistas que seriam importantes aliados, como as *Evangélicas pela igualdade de gênero*. Posteriormente, descobri que a fala primeira responsável por esse princípio de tensão, pertencia a um membro da própria equipe de comunicação de Católicas.

Nesta monografia, o foco analítico recai sobre o grupo ativista católico-feminista Católicas pelo Direito de Decidir. A breve descrição desse evento mostra como o conservadorismo religioso surge com força como o inimigo a ser vencido. Seriam, no entanto, argumentos religiosos, responsáveis pelo avanço do conservadorismo nas pautas do Congresso? Além disso, o evento insere o grupo de Católicas em um contexto mais amplo: a atuação pública de grupos religiosos, evidenciando uma relação fundamental entre religião e política. A situação descrita envolve múltiplos atores. Não só aqueles que se reuniram para discutir suas estratégias e que formavam, nesse dia, uma aliança, mas também aqueles atores que se oporiam às suas ideias em uma eventual audiência pública. Suas argumentações seriam mediadas pelo STF, uma instância jurídica, o que conforma uma ação direta desses grupos sobre a esfera pública e também, um alto grau de capacidade organizativa e política de tais grupos.

Ainda em relação ao evento, faz-se necessário falar sobre essa minha primeira inserção no campo e contato com o grupo. Após o evento, ainda na defensoria, em São Paulo, fui falar com Zeca, a representante de Católicas na ocasião. Apresentei-me como pesquisadora da graduação em ciências sociais da Unicamp, e contei sobre meu interesse no ativismo católico-feminista³ do grupo, bem como nas intersecções entre gênero e religião na esfera pública. Zeca mostrou-se prestativa. Logo falou sobre os eventos que Católicas faziam na ONG, me passou seu e-mail, e insistiu: “Fale com Elisa, da comunicação. Ela está aí. Mande um e-mail para a comunicação de Católicas e eles te avisarão sempre que houver algum evento ou sobre qualquer conteúdo novo”. Foi meu primeiro e último contato direto com Maria José Rosado Nunes.

³Falo de um ativismo católico-feminista por entender que existe uma continuidade entre os termos, e por entender que a ONG se organiza desta forma.

Depois desse dia, acompanhei algumas falas dela em outros lugares, participei de protestos e manifestações que ela também participou. No entanto, outra conversa, formal ou informal, jamais voltou a ocorrer. Apesar disso, Zeca esteve presente em grande parte da pesquisa. Passo, a partir disso, a pensar Zeca estrategicamente. Não estarei interessada, nesse texto, em contar a história dela a fim de remontar sua biografia, nem mesmo remontar uma trajetória, enredo de vida. Não me interessa contá-la como liderança. O que pretendo, através das narrativas que visitarei ao longo da escrita, é justamente posicionar Zeca como um elemento também central, na medida em que ela articula muitas das relações que enredam e são enredadas pela ONG – seja com outras entidades, entre as mulheres que participam de Católicas, seja através dos modos de atuar publicamente

Fundamentalismo religioso? Algumas notas sobre conservadorismos religiosos no Brasil

De fato, para entender como Católicas se posiciona e por quê se posiciona, é necessário um olhar atento para a conjuntura nacional. Como o conservadorismo e o fundamentalismo religioso aparecem como categorias centrais para a peça de *amicus curiae* da ONG, bem como configura o universo ao qual elas se opõe, um olhar atento para a participação política de grupos religiosos nos últimos anos se faz necessária. O grupo tende a falar sobre o catolicismo como algo que exerce uma influência histórica sobre o Estado, mas é em relação aos evangélicos que a palavra fundamentalista pesa mais. Como não é a intenção desta monografia falar extensivamente sobre grupos evangélicos, julgo pertinente a aproximação do cientista político Joanildo Burity (2018), que complexifica o debate sobre o diagnóstico de um conservadorismo emergente.

Tentando lidar com a questão que assombra essa primeira descrição, a de que o conservadorismo está reivindicando espaço nesse quadro pós-eleições de 2014, e pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, cientista político se opõe à hipótese de muitos especialistas na área que afirmam serem os evangélicos os atores fundamentais através dos quais esse conservadorismo seria mobilizado. Para Burity, ainda que grande parte da *elite parlamentar evangélica* (em sua maior parte, pentecostal) seja profundamente conservadora na atual legislatura, em termos de valores morais e políticos, não há como assumir que essas lideranças sejam necessariamente fundamentalistas, assim como não existiria possibilidade de afirmar o mesmo de lideranças *extraparlamentares* que se colocaram como reação religiosa ao lulismo.

O apelo pentecostal entre as massas não se daria pela proposta de aderir a *confissões e doutrinas específicas*, como no fundamentalismo americano histórico, mas por uma certa promessa de fortalecimento dos vínculos comunitários, de afirmação de sua dignidade, de construção de uma imagem de assertividade e pujança na relação com as elites políticas e culturais do país. Sua projeção política, se daria, por sua vez, através da construção de uma voz autônoma que começou a render frutos com a armação da coalizão petista que levou Lula ao poder em 2002, mas que se tornou, a partir do primeiro governo Dilma, a principal barreira no que diz respeito às questões morais. É nesse ponto que a bancada evangélica se torna um alvo do ativismo, e uma grande pedra no sapato das lutas por direitos igualitários no país. Apesar disso, o argumento do autor, é que os evangélicos não conformaram uma articulação religiosa decisiva para o golpe parlamentar da presidenta Dilma Rousseff, pois além de o setor evangélico ser segmentado, muitos desse setor defendem a separação entre Estado e religião, bem como nunca se posicionaram sozinhos, ou seja, sempre se posicionaram ao lado de outros grupos conservadores dentro da câmara que não se restringiam ao que se chama de “evangélicos”.

Para dar conta da complexidade envolvida naquela conjuntura, o autor mobiliza o conceito de religião pública⁴. Falar que esses grupos religiosos atuam “na esfera pública” ou “sobre a esfera pública” pressupõe uma separação entre Estado e religião que, segundo o autor, não pode ser dada de antemão. Essa suposição de que a religião teria sido privatizada e distanciada do “espaço público” seria mais um transbordamento de uma narrativa iluminista e secularizante para o discurso científico do que uma evidência empírica que pudesse ser demonstrada. Há um outro problema com essa narrativa, uma vez que ela também coloca como dado o que é a “religião”. Como se existisse um projeto acabado “da religião”, que se manteria intacto ao ser cruzado com o “espaço público”. Logo se pensa, portanto, que se a religião entra no espaço público, ela ocuparia um espaço que não a pertence, e este espaço passa a ser algo que deve ser protegido. Essas suposições possibilitariam a reentrada do termo “fundamentalista” como marcador político, qualificativo do conservadorismo. (BURITY, 2018).

A noção de uma religião pública, levaria isso em conta. A religião pública na conjuntura brasileira não estaria na vitória total e definitiva do “fundamentalismo” evangélico, mas na continuidade da atuação dos quatro modelos de atores religiosos que o autor estabelece no

⁴O conceito é de José Casanova. Paula Montero (2018) em seu artigo *Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades* debate essa questão.

começo do texto – os católicos, os evangélicos, o movimento ecumênico/ativismo social inter-religioso e religiões de matriz africana. A religião pública configuraria esse fenômeno contemporâneo de pluralização religiosa e minoritização. Inclusive, ressaltando a pluralidade interna desses que podemos chamar de evangélicos e católicos. Esta monografia atentará a como se produz o caráter público e privado do grupo, especificamente, estará atenta a uma tensão da presença pública da ONG e como essa presença pública se relaciona com seu funcionamento.

Alguns aspectos históricos da construção da ONG

Antes de avançar sobre os capítulos e o suporte metodológico para a realização desta pesquisa, julgo necessário debruçar sobre a concepção da ONG de uma forma mais histórica. Faço isso brevemente para contextualizá-la em seu surgimento e para sugerir algumas influências através das quais o seu surgimento foi viabilizado. Católicas pelo Direito de Decidir (CDD)⁵, existe no Brasil, desde 1993. Sistematizo algumas informações a fim de compor esta breve recapitulação histórica. Faço uso, portanto, de diversos tipos de fonte: desde o material facilmente encontrado na internet em sua página institucional e redes sociais oficiais, como também entrevistas⁶ que as representantes da ONG me concederam, e informações que elas concederam a outros veículos de comunicação e pesquisas. Não tenciono remontar toda a história do grupo, ao contrário, destaco somente as partes mais importantes e que voltarão ao longo desta monografia.

Em seu site oficial, Católicas conta com uma parte intitulada “Nosso Trabalho” e uma parte dedicada ao histórico da ONG. Segundo o que segue escrito, Católicas pelo Direito de Decidir foi fundada no Dia Internacional da Mulher, em 1993, e apoia-se na prática e nas teorias feministas para promover mudanças na sociedade. Uma das principais bandeiras da ONG é a laicidade do Estado, que seria traduzida em uma liberdade frente a instituições e influências religiosas na criação e na condução de políticas públicas. O diálogo com os Direitos Humanos permite com que haja um empenho por parte da organização em defender direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, bem como mulheres como sujeitos de direito. A afirmação da cidadania e autonomia das mulheres está presente em toda sua apresentação. Ao adotarem

⁵Utilizo Apenas Católicas pelo Direito de Decidir, e não “as Católicas pelo Direito de Decidir”, pois é uma entidade, e é assim que o grupo se auto-refere. Aqui também não utilizo o termo ONG, pois nesse período o grupo era uma organização, vindo a se tornar ONG em 1994.

⁶Para essa pesquisa, o modelo de entrevista que segui foi a semiestruturada.

uma corrente de pensamento ético-religioso feminista pelo direito de decidir, reconhece-se a autoridade moral e capacidade das mulheres de tomar decisões em todos os âmbitos de suas vidas⁷. É também nessa parte mais institucional que elas apresentam suas atividades, como cursos, assessorias, eventos e debates; o formato da rede de multiplicadoras Católicas⁸; a produção acadêmica⁹ e a comunicação. Aqui, podemos perceber um certo alinhamento entre a fala de Zeca, no evento da Defensoria Pública de São Paulo, e aquilo que consta nas páginas institucionais.

A organização Católicas surge nos anos 90, no Brasil e em outros países da América Latina. Ainda segundo seu site oficial, nessa época, movimentos sociais se organizavam através de ONGs, e a abertura democrática sinalizava avanços na criação de políticas e projetos voltados para a garantia de direitos humanos da população. A dissertação da historiadora Franciele Brites (2014) fornece informações a respeito desse movimento. Segundo ela, uma história dos bastidores de Católicas começa a ser traçada no final da década de 1980 tanto pelo meio acadêmico quanto em espaços religiosos de lutas sociais. O panorama político de redemocratização e abertura, conjuntamente com a questão do debate teológico, teria propiciado “a necessidade de conhecer a argumentação ‘de dentro’, no cerne eclesiológico da Igreja Católica para, por outro, lado, pensar como o discurso católico construiu corpos (femininos e masculinos), comportamentos e mentalidades.” (BRITES, 2014, p.43). No decorrer da década de 1980, os centros universitários de São Paulo, assim como a militância feminista e um movimento organizado de mulheres se articulavam em torno de novas ideias e teorias com um olhar bastante crítico em relação a história recente do país. Os encontros que fizeram emergir o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir, atravessam todos esses espaços de produção de conhecimento. (Ibidem, p.43)

Ao contar sobre sua própria história, o site oficial de Católicas afirma que foi nessa época que o movimento de mulheres assumiu a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Ao mesmo tempo, o debate sobre o direito ao aborto passou a fazer parte das pautas discutidas, e a

⁷Ver: <http://catolicas.org.br/institucional-2/nosso-trabalho/>, acessado em 13/11/2018.

⁸A rede de Multiplicadoras Católicas realizam oficinas em todo o país, especialmente no norte e no nordeste, com mulheres envolvidas com organizações religiosas e movimentos sociais. Em São Paulo, lugar que pude acompanhar com maior afinco, haviam reuniões mensais das Multiplicadoras na própria sede da ONG. O grupo além de se reunir para ler sobre diversos temas envolvendo religião, feminismo, e gênero, também se organizavam para promover eventos e participar de falas, comunicações, e aparências públicas que trariam visibilidade para a pauta da ONG.

⁹O grupo produziu diversos materiais de referência, um exemplo foi o livro lançado em 2017 organizado por Regina Jukerwicz intitulado *Entre Dogmas e Direitos: religião e sexualidade* com artigos de Mary E Hunt, Ivone Gebara, Juan Marco Vaggione e Flávia Biroli

Igreja Católica, que na época contava com a força das mulheres na organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “perde algumas lideranças femininas que agora querem garantir não só a luta contra injustiças sociais, mas também sua autonomia individual¹⁰”. Brites, em sua dissertação, assinala que a inserção de mulheres nos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais Sociais não permitiu, necessariamente, uma abertura para a participação ativa dessas mulheres enquanto sujeitos de poder e decisão dentro desses espaços religiosos. Foi preciso a criação de grupos autônomos alheios ao controle da instituição Católica para começar a discutir temas caros às mulheres, como sexualidade, violência de gênero, bem como refletir sobre a ausência de mulheres em determinados espaços.

Nessa perspectiva, cursos ministrados pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP), a criação de uma cátedra feminista no Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES), em São Bernardo do Campo, São Paulo, e a criação do Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina (NETMAL), um grupo de pesquisa de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista em São Paulo, foram os meios pelos quais algumas mulheres que pensavam diferente do que era proposto pela Igreja Católica se encontrassem, e comesçassem a pensar juntas sobre a criação de um grupo autônomo. Regina Jurkewicz, em uma entrevista concedida a mim, conta um pouco sobre esse momento.

(...) sobre a fundação de Católicas, é que quando aconteceu um seminário das feministas com teólogas feministas, aqui no Brasil, foi lá em Recife, sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos. E nesse seminário, que eu não tava, mas eu sei que ficou muito claro para o feminismo a necessidade da existência de um grupo de Católicas pelo Direito de Decidir, no Brasil, então foi uma coisa meio assim, Católicas existe também por um apelo do movimento de mulheres naquele momento. Assim de dizer, a gente precisa ter um contradiscurso, um contraponto ao discurso oficial da Igreja no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Porque as pautas das mulheres no Congresso eram sempre bloqueadas pela questão da moral católica, e a gente sendo católica tinha a possibilidade de fazer o discurso a partir da moral católica e de defender a capacidade ética das mulheres, ou católicas, acho que muito do nosso “sucesso” da pertinência da existência de católicas é porque cobre um lugar vazio que não existia dentro do campo religioso católico, Quer dizer, quem se afirmasse católico, mas fosse oposta a uma moral conservadora.

Por meio dessa fala pode-se sugerir que a emergência da ONG, tem a ver com a articulação de inúmeros elementos, como a impossibilidade de se fazer ouvir como sujeito de poder dentro de um núcleo institucional da Igreja Católica, a insatisfação perante essa constatação, a dificuldade de conseguir promover políticas públicas devido à pressão do catolicismo institucional, e a ascensão de uma teologia preocupada com essas questões. Ao

¹⁰Ver: <http://catolicas.org.br/institucional-2/historico/>, acessado em 14/11/2018.

mesmo tempo, ainda que o grupo se apresentasse como um contradiscurso, na época, também era perfeitamente possível traçar diálogo entre essa nova forma de pensar a religião que se formava, e um discurso oficial da Igreja Católica, principalmente no que diz respeito ao compromisso firmado com as lutas por justiça social, evidenciado por setores progressistas da Igreja nas décadas de 1970 e 1980 (Brites, 2014, p.45). A Igreja Católica teve um papel importante na América Latina ao se posicionar contra ações violentas adotadas por regimes totalitários. No Brasil, setores mais progressistas da Igreja Católica exerceram papéis fundamentais ao se posicionar contra a ditadura e através de lutas contra as violações de direitos individuais e coletivos fundamentais.

O respaldo para essas posições institucionais da Igreja Católica em contraposição a um viés mais conservador da mesma, que teria apoiado inclusive a ditadura no país, está no pensamento religioso afinado à “preferência aos pobres”, instituída a partir do II Conferência Geral dos Bispos Latino-Americanos – CELAM, ocorrida em Medellín, na Colômbia em 1968. Apesar do Concílio Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1962 e 1965, ter sido responsável por uma modernização de diversas questões hierárquicas e teológicas da tradição católica, manteve sua posição rígida frente as questões sobre sexualidade e reprodução¹¹. O CELAM de 1968, permitiu, desta forma, uma elaboração de um pensamento religioso católico que buscasse pela justiça social, a chamada “Teologia da Libertação”, aproximando um setor específico da Igreja Católica a movimentos sociais. Dessa forma, o encontro entre atores bastante heterogêneos passou a ser possível: Igreja Católica, movimentos de mulheres católicas feministas, movimento feminista, movimentos pelos Direitos Humanos, etc.

No entanto, a recusa da corrente da Teologia da Libertação de se posicionar ao lado de mulheres pelos direitos no campo da sexualidade e autonomia das mulheres, fez com que ocorresse um afastamento entre esses setores progressistas que vieram de dentro da Igreja. Uma vez que esse grupo de mulheres católicas cada vez mais atinada a ideias feministas, parecia incoerente o corpo deliberativo católico não contemplar um considerável grupo de fiéis composto pelas mulheres, negando-as direitos fundamentais. Foi nesse cenário que emergiu a ONG Católicas pelo Direito de Decidir. De certa forma, alguns historiadores enxergam essa emergência como algo necessário e generalizável a toda a América Latina, pois esses países foram constituídos por elementos católicos bastante expressivos. (BRITES, 2014).

¹¹No que diz respeito a essas questões, os encontros do Concílio Vaticano resultaram em 16 documentos, entre elas a encíclica *Humanae Vitae* e diversas declarações acerca dessas temáticas. (VI, 1968).

Institucionalmente, a ONG existe desde 1994, como me foi dito em entrevista, quando também surgiu um lugar para sediar o grupo. Aqui, ressalto que essa iniciativa contou tanto com a conjuntura política nacional, quanto a ideação de Católicas por teólogas norte-americanas, e também um movimento que se estendeu por toda a América Latina, a saber, a criação de ONGs para cumprir necessidades específicas. Sobre isso, o antropólogo Rubem Cesar Fernandes (1994) faz uma sistematização sobre a especificidade do surgimento de organizações não-governamentais na América Latina, indicando que elas se tornaram um fenômeno massivo no continente a partir da década de 1970. Cerca de 68% das ONGs mapeadas pelo autor surgiram depois de 1975. Segundo ele, pelo menos no que diz respeito à América Latina, a emergência de ONGs, são sintomas do que poderia ser pensado enquanto um “terceiro setor”: segmentos pequenos que resumem a ideia do “privado com funções públicas”. Os quadros de uma ONG são pensados de forma a satisfazer demandas socioculturais que não seriam satisfeitas pelo mercado¹². Na época de sua pesquisa, analisando diretórios de ONGs de toda a América Latina, o autor conseguiu classificar a quantidade de ONGs por temática, apontando de forma clara as causas que ganhavam maior ou menor atenção. Dentre as causas de maior atenção, destacou-se ONGs preocupadas com formação qualificada/assessoria, educação, educação popular, desenvolvimento e promoção social, direitos das mulheres, meio ambiente, posteriormente direitos humanos.

Além disso, dois eventos fundamentais que ocorreram entre 1994 e 1995 foram fundamentais para a emergência e consolidação do grupo de Católicas. A Conferência de Cairo (1994) cunhou os conceitos de direitos sexuais e reprodutivos e estabelece um marco propositivo entre a Igreja Católica, os Estados, organismos internacionais e a sociedade civil. Em um documento intitulado “A Igreja Católica e a Conferência de Cairo: Uma linguagem comum” (2004), lançado pela editora Vozes Católicas, vários autores estabelecem pragmaticamente as aproximações e os distanciamentos entre os posicionamentos do Vaticano, os valores partilhados na Conferência de Cairo, e a perspectiva do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir. Parto dessa publicação e da dissertação de Brites para elaborar esse ponto de minha discussão histórica acerca da organização.

A Organização das Nações Unidas (ONU) prepara conferências internacionais desde 1974 para pensar questões sobre desenvolvimento e caras à população. O Programa de Ação do

¹²Como bem apontam as antropólogas Fonseca e Cardarello (1999) e também Ramos (1991), se, por um lado, as ONGs se colocam como provedoras daquilo que falta, por outro, existe sempre o problema da reificação de determinadas categorias sociais – índios, mulheres, descendentes de escravos, crianças, etc.

Cairo representou uma ruptura frente às outras por ter apresentado uma “mudança no enfoque estatístico das taxas de população para um olhar de valorização dos direitos humanos universais, invioláveis e individuais” (BRITES, 2014, p.99), relacionados à demanda de erradicação da pobreza, da sustentabilidade e também da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nesse quesito, a proposta de uma visão da questão humana sendo colocada acima de metas demográficas, fez com que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos encontrassem um entendimento em comum. Dessa reunião foi lançada uma Carta de Princípios elaborada a partir das discussões coletivas da conferência, na qual aparecem vários pontos de convergência e de afastamento entre as propostas dela e da ONG de Católicas.

Em 1995, ocorreu a Conferência de Pequim que estabeleceu de uma vez por todas os direitos das mulheres como direitos humanos, e promoveu ações específicas para garantir o respeito a esses direitos. A conferência também definiu o “conceito de gênero para a agenda internacional, e a transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero”¹³. Como escreve Maria Luiza Ribeiro Viotti sobre a declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Pequim (1995), “o conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente” (p.149); o emponderamento da mulher visava realçar a importância de que a mulher assumisse o controle sobre seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade fornecer os meios através dos quais ela poderia fazê-lo. A noção de transversalidade, por fim, buscava assegurar que a perspectiva de gênero fosse efetivamente implementada nas políticas públicas em todas as esferas de ação governamental. Ambas as conferências mostram que havia um grande debate em torno de questões vinculadas às mulheres na época do surgimento do grupo de Católicas que atravessavam fortemente tanto a Igreja Católica quanto grupos feministas¹⁴.

Em relação à estrutura e organização institucionais da ONG, Católicas, em 2011, elaborou um Estatuto e um Regimento Interno atualizado, no qual traçam-se metas, e componentes de sua identificação¹⁵. O estatuto em questão é organizado em duas partes: os objetivos, e os meios de organização pelos quais a ONG perseguiria seus objetivos. Dentre as ações promovidas pelo grupo, o estatuto as divide em três frentes: atividades de formação,

¹³ Retirado de <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/> (Acessado em: 15/08/2018).

¹⁴ Essas conferências tiveram como importante desdobramento o Direito ao Aborto na Assembleia Geral extraordinária da ONU.

¹⁵ A dissertação de Franciele Brites (2014) apresenta com detalhes tudo que está escrito nos documentos estatutários.

atividades de comunicação, e o que se chama de *advocacy*. Percorrerei todas elas ao longo desta monografia.

A ONG Católicas pelo Direito de Decidir: algumas notas metodológicas

Lançar-me à tarefa de pesquisar um grupo ativista católico-feminista que foi concebido no formato de uma ONG em meados dos anos 90, exigiu com que eu lidasse com alguns desafios. Entre eles, o risco que grande parte das pesquisas antropológicas correm ao pretenderem estudar uma organização: fazer uma espécie de inventário de suas ações ou reconstituir sua história. Estudos históricos sobre a organização já foram feitos, e são de extrema valia para esta pesquisa, inclusive, diálogo com eles nesta introdução. Contudo, acredito que o material que tive acesso ao longo desses dois anos de pesquisa precisavam ser pensados por um outro viés. O trajeto e a forma como organizo esta monografia não foi sequer imaginada no começo da pesquisa, mas o modo pelo qual conduziria minha primeira experiência de campo foi moldado por alguns autores. O texto introdutório desta monografia pretende enunciar algumas das questões e métodos que me levaram a percorrer determinados caminhos e não outros, bem como demonstrará muito brevemente, qual tipo de literatura me auxiliou ao caminhar por esses novos lugares.

Ao começar a pesquisa, a pergunta que norteava minhas observações repousava sobre a aparente contradição existente entre ser católica e ser feminista. A questão, que ainda perpassa essa pesquisa em maior ou menor grau era “Por quê existiria a necessidade de reivindicar a identidade católica para atuar politicamente?”. Respostas rápidas e simplistas solucionariam parcialmente essa questão, mas resolvi apostar metodologicamente na observação das práticas cotidianas do grupo para dar conta dela. Inspirada, de certa forma, por etnografias clássicas como a do antropólogo Bronislaw Malinowski (1978), busquei me inserir no campo com profundidade, sendo possível classificar o método utilizado como uma *observação participante* – apesar de a alteridade estar longe de ser considerada “radical”. Ainda influenciada pelos clássicos, tentei levar ao campo perguntas e leituras que me auxiliariam a “enxergá-lo” melhor, formular perguntas, e se fosse necessário, deixá-las de lado. Como bem nos lembra o antropólogo Edward Evan Evans-Pritchard ao refletir sobre seu próprio trabalho de campo em *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande* (2005), a observação pela observação pouco tem a acrescentar para a antropologia. O autor frisa que pouco teria observado em campo se não tivesse lido as contribuições de outros autores de sua própria área ou sobre os assuntos que ele

estava pesquisando. Para ele, é preciso haver perguntas norteadoras para que se consiga obter respostas “Todo saber é relevante para nossas pesquisas, podendo, ainda que não seja classificado e ensinado como antropologia, influenciar a direção de nossos interesses, e, por intermédio destes, nossas observações e a maneira de apresentá-las.” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 244). Ainda que o antropólogo vá para campo com ideias preconcebidas sobre seu objeto de estudo, ele deve se permitir uma adequação à situação a que está inserido, e se for necessário alterar suas ideias, ou olhar para outros lugares através das situações que o campo lhe oferece. É nesse sentido que digo que minha pergunta mudou na própria realização da pesquisa.

O foco nas práticas cotidianas do grupo, como propõe a antropóloga Saba Mahmood (2005), fez com que eu buscasse conviver com Católicas, acompanhá-las em eventos, integrar seus meios de comunicação umas com as outras, entre outras formas pelas quais pude acompanhar o cotidiano da organização, foram passos fundamentais para que eu pudesse eleger as questões que não faziam sentido, e formular outras (novas) que agora conformam o fio condutor desta monografia. De certa forma, as perguntas que me engajam a este texto, e perpassam todos os capítulos são: o que faz com que o grupo Católicas pelo Direito de Decidir perdure ao longo de tantos anos? Como que a organização produz suas formas de persistir e de se legitimar? Para dar conta de responder a essas questões mergulhei num vasto e diverso campo de materiais empíricos: entrevistas, trabalho de campo – tanto presencialmente quanto por grupos de *whatsapp* –, vídeos do youtube, peças jurídicas, reportagens, eventos públicos, enfim, materiais que se mostraram aliados valiosos para as análises desta monografia, e sem os quais eu não daria conta de sustentá-la.

O grupo de *whatsapp* também foi uma ferramenta que interferiu necessariamente no formato da pesquisa, e conseqüentemente no formato desta monografia. Ele significou uma nova forma de fazer pesquisa de campo a qual tive que me adaptar. Primeiro porque se eu participava de reuniões quinzenais com as multiplicadoras católicas antes de adentrar o grupo de *whatsapp*; depois do grupo comecei a ter conversas diárias. Conversas que não se restringiam a sala de reunião e tampouco aos assuntos tratados nas reuniões. Essa aproximação diária facilitou a organização de entrevistas com as integrantes, e dissolveu – não completamente – o paradigma do “pesquisador” e “pesquisado”. Essa mudança se deve também ao fato de que as mulheres com as quais eu conversava eram em grande parte pesquisadoras também. Quando as pessoas que são, em teoria, seu objeto de estudo sabem os protocolos, a hierarquia, e os rituais

de uma entrevista envolvendo uma pesquisadora toda a dinâmica da entrevista muda. Para não automatizar as respostas ou as perguntas, optamos por realizá-la de forma coletiva.

Isso possibilitou com que elas ouvissem umas às outras, e reagissem aos seus próprios comentários. A pergunta de partida feita para cada uma delas foi “Como vocês chegaram até Católicas?”, de forma a fazer com que elas narrassem a respeito de suas próprias vidas e, enquanto fossem construindo essa narrativa, relações entre elas e uma série de outras pessoas, coisas e grupos ficasse mais evidente (BUTLER, 2017). Foi através dessa entrevista que comecei a dar especial atenção à equipe de Comunicação do grupo e tentar enxergá-las também através desse viés. A partir das entrevistas pude colocar as narrativas em relação com outros elementos e materiais de análise e compor, assim, esta monografia. Além disso, uma grande variedade de autores me auxiliaram analiticamente nessa jornada.

Em primeiro lugar, não concebo Católicas pelo Direito de Decidir como uma totalidade. Apesar de falar em “grupo” de Católicas, não considero que existe um grupo a priori. Pelo contrário, me alinho com correntes que pensam, antes, os processos de formação de grupos. O antropólogo Bruno Latour, em seu livro *Reassembling the Social* (2005), sugere que grupos são performativos, ou seja, eles seriam “feitos através das várias maneiras pelas quais eles são ditos existir” (LATOURE, 2005, p.34). Aqui, não existem grupos sociais sem um esforço para que eles sejam constantemente feitos e refeitos. Um grupo, dessa forma, não existiria passivamente no mundo, “inerte”, pressupondo tanto um mundo quanto um grupo estável. A formação de agregações e grupos, ao contrário, fazem o mundo. O que se deve investigar, através disso, é qualquer tipo de estabilidade ao longo do tempo e em larga escala que se possa ter. Esta monografia é, portanto, uma das formas pelas quais eu, enquanto autora, participei desse processo de “fazimento” do grupo de Católicas, deslocando-as, e remodelando-as. Um dos inúmeros processos que as fazem cotidianamente. Portanto, ao longo dos capítulos não trabalho com uma totalidade de Católicas, eu apenas mobilizo a totalidade quando ela aparece nos discursos que analiso.

Assim como não concebo um grupo apriorístico, exterior ao mundo, também não concebo uma noção de religião fechada. Alinho-me a pesquisadores que problematizam a categoria religião. O argumento, originalmente do antropólogo Talal Asad, é o de que a religião, no sentido de uma esfera específica da realidade ou da sociedade é uma construção que acompanha a modernidade. Mais especificamente, como esclarece o antropólogo Emerson Giumbelli (2014) produzir modernidade é produzir “religião” nesses sentidos; em um sentido

inverso, onde existe a “religião colocada nesses termos, existe modernização”. A intenção passa a ser investigar como ocorre essa dupla construção no contexto específico de que estou tratando. Mais do que estabelecer categorias fixas, trabalho com as formas como elas serão construídas nos discursos dos atores envolvidos em minha análise.

Como podemos observar em inúmeros trabalhos sobre esse tema (REILLY, SCRIVER, 2014; BUTLER, 2003; SCOTT, 2017) o paradigma do secularismo enquanto um discurso da modernidade e aplicações específicas desse tipo de ideação moderna acaba tendo como um de seus principais efeitos a regulação dos corpos de sujeitos específicos. São eles, em sua maioria mulheres, negros, muçulmanos, e certas concepções religiosas dependendo de seus enquadramentos. Nesse sentido, mais do que definir restritamente esse ideal de modernidade defendido por alguns dos atores que aparecem em minhas discussões, tenciono demonstrar quais as tensões e os limites de tais políticas e concepções ao esbarrarem em discursos conflitantes. A noção de controvérsia (LATOURE, 2005; MONTERO, 2015) é portanto, outra ferramenta analítica que percorre todo o texto monográfico mas ganha corpo no último capítulo.

Ao mesmo tempo, esta monografia objetiva diversificar as abordagens metodológicas sobre os temas e os materiais tratados. Nesse sentido, inspirada por uma antropologia das materialidades (MEYER, 2012, 2015) investiguei a relação específica entre religiões, formações de comunidades e mídia. Atenta à necessidade de olhar para as formas de se produzir engajamento, estratégias audiovisuais, falar em mídia, num sentido amplo, entendida como um “meio”, quer dizer observar todos os instrumentos histórica e culturalmente situados que tornam uma imagem específica visível e tangível sob as condições de suas potencialidades e propriedades tecnológicas particulares (MEYER, 2015). Mídia, nesse sentido é mediação, e pode ser tanto vídeos e filmes quanto fotografias, imagens e objetos. A necessidade de incorporar essa literatura se dá pela ausência de uma abordagem que conceba as diferentes formas que pessoas se engajam com imagens, fotografias, filmes, coisas, objetos – um aspecto central do meu campo que não poderia ser ignorado.

A estrutura

Pensar na estrutura desta monografia foi então um passo fundamental. Havia demasiado material para ser trabalhado, o que me fez optar por privilegiar alguns – os que me permitiram montar uma narrativa – em detrimento de outros. Os capítulos foram planejados levando em conta que Católicas tem estratégias de ação específicas, histórica e culturalmente situadas, e

está constantemente disputando e negociando espaços com outras articulações, lideranças, grupos sociais na esfera pública. Ao mesmo tempo, esta monografia tem uma hipótese que deverá ser esclarecida nos capítulos que se seguirão. A hipótese é a de que o que permitiu que Católicas perdurasse ao longo de tantos anos foi a sua avidez em produzir estratégias de engajamento novas, bem como multiplicar suas formas de atuação. Esse é um movimento que só é separável analiticamente, já que ocorrem simultaneamente. A equipe de Comunicação, contratada pela primeira vez em 2011, surge aqui como o ponto de virada que permitiu com que a ONG atuasse progressivamente no âmbito público, conquistando espaços e reconhecimento como também despertando inimizades, confrontos e controvérsias.

O primeiro capítulo focaliza os modos através dos quais são construídos sujeitos políticos privilegiando o meio pelo qual fui inserida no campo de forma mais abrangente, ou seja, o grupo de Multiplicadoras Católicas. O grupo de Multiplicadoras é uma iniciativa que tem como objetivo a formação de novas integrantes que estejam aptas a partilhar do discurso da ONG em eventos, falas públicas, entre outros. Para que isso fosse possível, descrevi algumas situações dos diversos níveis desse processo de formação as quais pude acompanhar. Desde a participação de reuniões quinzenais na sede do grupo até a participação em eventos maiores, levando em conta sempre a diferença de hierarquias entre o grupo de Multiplicadoras e o grupo de coordenadoras, bem como evidenciando as estratégias de persuasão e engajamento disponibilizadas pela própria ONG e suas participantes para que essas mulheres permaneçam vinculadas ao grupo. Tenciono demonstrar dessa forma, neste capítulo, esse duplo movimento, imbricado, de formação de sujeitos e produção de engajamento. Escolho o grupo de Multiplicadoras porque é uma formação molecular, no sentido de que pude acompanhar de perto as práticas cotidianas envolvidas. Parto de um lugar bastante específico, nuclear, nesta monografia, para aos poucos, expandi-la.

Retomando as situações do primeiro capítulo, algo que esteve presente em todo ele, foi a presença decisiva de algum dos membros da equipe de Comunicação do grupo. O capítulo 2 objetiva demonstrar como Católicas possui estratégias concretas de produção de engajamento de novas pessoas – de perfil jovem – através de plataformas virtuais. Com uma ampla pesquisa feita em suas redes sociais e canal no *youtube* pude investigar quais as linguagens utilizadas pelo grupo nas diversas formas que ele divulga seu trabalho e seus pensamentos. Tenciono analisar como ocorre a mudança de linguagem e material de uma configuração específica – a

reunião de multiplicadoras na sede da ONG – para outra, como no caso da relação com as outras pessoas se darem através das mídias sociais.

No terceiro capítulo faço o caminho inverso. Em vez de privilegiar as formas de produzir esse engajamento em plataformas virtuais, analiso os materiais que engajam o grupo de Católicas, e escolho fazer isso através de uma abordagem material. Poderia tê-lo feito através do mapeamento de páginas seguidas e compartilhadas em suas redes sociais pela organização, ou através de uma própria análise do discurso da ONG, mas optei por partir de objetos expostos na sua própria sede. Partindo do pressuposto de que os objetos, quando expostos, adquirem um estatuto também de identificação, investigo as relações que as trajetórias deles evidenciam. Lido com a circulação e transformação de imagens religiosas, portanto.

No quarto e último capítulo desenrolo a controvérsia que comecei a enunciar nesta introdução mesma. Trato da audiência pública pela descriminalização do aborto realizada pelo Supremo Tribunal Federal entre os dias 3 e 6 de agosto de 2018. Coloco o grupo de Católicas em contraposição a dois grupos distintos – ambos se opuseram a descriminalização do aborto. O primeiro deles, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil foi selecionado pelo peso de um grupo que representa a Igreja Católica no país. O segundo grupo é o Movimento Brasil sem Aborto, ao qual contraponho elementos da forma de exposição bem como alguns aspectos da argumentação, como a questão do início da vida.

Optei estruturalmente por colocá-lo por último porque acredito que as análises dos três primeiros capítulos fazem com que essa discussão adquira um outro patamar, além de fomentarem as relações que estabeleço ao longo dele. Coloco-a por último para também produzir uma sensação de totalidade que está no horizonte da escrita monográfica. Ainda que se busque essa totalidade, o último capítulo revela seu caráter inalcançável. Como uma espiral, parto de uma reunião entre aliados políticos logo na introdução, percorro um caminho tortuoso de disputas, projetos de organização e produção de sujeitos, ícones de identificação, e quando volto ao primeiro assunto ele já está colocado de forma distinta, sustentado por outras relações, em uma outra camada de análise.

Capítulo 1 – Construindo sujeitos políticos

(...) Então foi nessa época, no ano de 1994 que eu cheguei. Eu vinha de uma experiência ecumênica já muito crítica do catolicismo tradicional, e sentia que as mulheres não tinham um protagonismo nesse catolicismo. Então me dizia muito essa proposta de Católicas. Eu sentia que tinha tudo a ver com o que eu pensava¹⁶.

Esse relato é fruto de uma entrevista realizada com as coordenadoras do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir em maio de 2018. No que diz respeito a essa declaração de Regina, chama atenção esse movimento mútuo de afastamento daquilo que ela denomina como um “catolicismo tradicional”; e um movimento de identificação com a proposta do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir. Entre ambos os movimentos está aquilo que falta em um e que foi encontrado no outro: o protagonismo das mulheres. Mais do que um traço da trajetória particular de Regina, esse é um movimento recorrente entre as coordenadoras. A grande maioria delas chegou ao grupo graças a uma experiência religiosa pregressa. A problematização do catolicismo partiu de caminhos diferentes para cada uma delas, contudo, como afirmou Regina, muitas das críticas vieram de suas experiências dentro da própria tradição cristã.

No entanto, isso não representa a totalidade do grupo. Há exemplos, dentro da própria coordenação, de mulheres que não chegaram a Católicas pelo laço religioso, mas através de um convite que partiu de outros membros do grupo ou até mesmo por causa de outros tipos de militância. Essas mulheres também não fazem questão de assumir a identidade católica ou

¹⁶Regina em entrevista concedida a mim, no dia 03/05/2018.

religiosa, desde que estejam falando de si para fora do grupo. Quando discursos são mobilizados para falar em nome do grupo, toda uma gama de universos de identificação são exaltados. Em um artigo de seu *website*, Católicas se definem como um grupo autônomo, ecumênico e feminista de mulheres modernas, “que tem como principal desafio evidenciar que, na fonte do pensamento católico é possível encontrar respostas e inspiração para grandes questões da modernidade”¹⁷. Essa frase concentra muitos elementos que parecem contraditórios. Primeiramente, elas se colocam enquanto um grupo ecumênico – que equivaleria a um grupo composto por pessoas cristãs. No entanto, o principal desafio é encontrar no cerne do pensamento católico (e não em outras tradições cristãs), inspiração para questões modernas. Em segundo lugar, elas também se colocam como um grupo de mulheres modernas. A necessidade de uma autoafirmação enquanto um grupo de mulheres modernas e feministas, nos mostra que isso não é um pressuposto. Assim como não é um pressuposto que o grupo é ecumênico. Isso porque, o “católicas” de Católicas pelo Direito de Decidir, parece anular esses dois outros conjuntos de identificação. A questão, então, passa a ser por quê isso ocorre.

Levantar essas questões em torno do discurso do grupo certamente ajudou a direcionar o meu olhar no decorrer da pesquisa de campo. Mas com o passar do tempo e um maior alcance das pessoas que participavam cotidianamente da rotina da organização, pude perceber que pensar o grupo apenas em sua configuração identitária, nos moldes em que ele se apresenta, não daria conta de enxergar sua diversidade e nem tampouco sua complexidade. Ainda que essas questões percorram toda a pesquisa – e conseqüentemente toda esta monografia –, noções fixas de religião, grupos ativistas, e modernidade, tiveram que ser afastadas. Mudar a chave da pergunta foi fundamental para que outras dimensões da organização de Católicas pudessem ser alcançadas e entendidas. Não parecia útil, metodologicamente falando, fechá-las em suas pautas identitárias, se aquilo que eu observava transbordava esses enquadramentos. Portanto, afrouxei as certezas e segui por outros caminhos, tentando compreender, não somente o porquê e de que formas as pessoas se engajaram com Católicas, mas também – e principalmente – o que fez com que elas permanecessem no grupo e como ocorre esse processo de contínuo engajamento.

1.1 Enquadramentos metodológicos

No início da pesquisa, me atentei para materiais e autoras que já haviam olhado para o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir. Contudo, apesar de excelentes trabalhos, privilegiei

¹⁷Ver: <http://www.catolicasonline.org.br/> (Consultado em 16/04/2017).

um enquadramento metodológico levando em consideração três principais autores: os filósofos Michel Foucault e Judith Butler; e a antropóloga Saba Mahmood. Ambas as autoras partem de duas dimensões do pensamento de Foucault para desenvolver seus argumentos, então julgo pertinente demonstrá-los. A primeira delas, é sua teoria do poder. O autor rejeita uma noção recorrente em seu tempo de que o poder é verticalizado, ou seja, pautado por relações de dominação – algo que é atribuído ou retirado por agentes de soberania. Em vez disso, o poder é uma relação de forças desiguais e estratégicas que permeia a vida e produz novas formas de desejos, objetos, discursos e relações (MAHMOOD, 2005, p.13). Há um determinismo implícito quando se fala de dominação, pois exclui a agência daqueles que se sujeitam ao poder soberano. Nesse caso, a única situação possível é a reprodução de uma sujeição. Católicas é um grupo que se formou para fazer um contraponto com a Igreja Católica em relação às questões sexuais e reprodutivas. Ainda que enredadas, sem dúvida, em relações de poder, o grupo age, de inúmeras formas, rompendo com tradições influentes.

Em segundo lugar, Foucault argumenta que o sujeito não precede as relações de poder, mas ele é antes constituído e produzido através dessas relações que oferecem as suas próprias condições para que algo possa se formar ou deixar de se formar. Isso configura o que este autor chama de paradoxo da subjetivação, ou seja, os mesmos processos e condições que podem vir a subordinar um sujeito às normas, são os mesmos através dos quais ele se transforma numa identidade e agência autoconsciente. É precisamente por isso, que Foucault estabelece a necessidade de se olhar para os processos de subjetivação, a partir do segundo volume da *História da Sexualidade*. Tornou-se cada vez mais necessário um deslocamento a fim de entender as modalidades de relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como um sujeito. Nesse sentido, pretendo estabelecer simultaneamente esse movimento no decorrer deste capítulo. Discorrer sobre os discursos e práticas de Católicas pelo *Direito de Decidir*, evidenciando os enquadramentos¹⁸ que os tornam possíveis; mas também entender como esses discursos e práticas estão formando sujeitos específicos. Como ocorre esse processo?

Tendo isso em vista, a noção de agência, torna-se fundamental. A filósofa Judith Butler, em *Problemas de gênero*, oferece uma continuidade da proposta de Foucault, menos interessada

¹⁸Uso enquadramento no sentido que a filósofa Judith Butler (2016) coloca em seu livro *Quadros de Guerra*. A noção de “quadros”, que a autora pega emprestada de Erving Goffman, se refere a molduras de quadros que restringem ao mesmo tempo que configuram o olhar. Ou seja, ao falar de enquadramento, a autora quer dizer que as formas de se apresentar uma ação levam a uma conclusão interpretativa sobre a própria ação. Ao enquadrar o enquadramento, como é a proposta desse texto, olhamos para processos de formação.

nas instituições e mais interessada na incorporação de uma normatividade por parte dos sujeitos. Para ela, a estabilidade das normas ocorre devido à sua reprodução continuada por meio de vários indivíduos. Apesar de soar determinista, não o é, pois a autora localiza a agência no cerne das relações de poder. A agência está na abertura essencial que possui a cada iteração social e na possibilidade de esta ser apropriada e incorporada de uma forma diferente que não necessariamente a reprodução das normas. Ou seja, para ela, a agência reside na imprevisibilidade das iterações sociais fazendo com que pessoas tanto reproduzam a norma quanto deixem de reproduzi-la. As mesmas relações que permitem a subordinação, permitiriam a subversão.

A antropóloga Saba Mahmood aceita que a agência está no cerne das relações de poder, mas afasta a ideia de que é lógico que só haja esses dois caminhos para a agência – o de subordinação ou subversão. Ao analisar o movimento de mulheres pietistas no Egito a autora foca nos discursos e práticas dessas mulheres, mostrando como as normas não são apenas consolidadas ou subvertidas, mas também performadas, habitadas e experienciadas de várias maneiras (Mahmood, 2006, p.16). A razão pela qual a autora propõe esta metodologia está no interesse em perceber como distintas modalidades de ação ético-moral contribuem para a construção de diferentes tipos de *self*, de forma que sua ação política não pode ser presumida sem que se entenda, antes, a forma específica tomada pelas suas ações incorporadas. (Ibidem, p.18)

É precisamente por isso que, metodologicamente, a proposta da antropóloga Saba Mahmood nos é interessante. Partindo da premissa de que essas organizações, no caso dela de mulheres pietistas, no meu caso, de católicas-feministas, são forjadas no cerne de relações assimétricas de poder, em contextos históricos específicos que oferecem suas condições de existência, o argumento da autora se alinha a ideia de que “os termos que as pessoas utilizam para organizar suas vidas não são uma mera glosa de ideologias universalmente partilhadas acerca do mundo e do lugar de cada um no seu seio, mas são de fato constitutivos de diferentes modalidades de pessoa, conhecimento e experiência.” (Ibidem, p.12). Se assumirmos que o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir anseia, unicamente, pela subversão das normas da tradição católica, então estaríamos perdendo uma gama enorme de nuances e detalhes que fazem com que elas reivindiquem o catolicismo através de uma teologia feminista. Ao centrar sua análise nas concepções de *self*, agência moral e embodiment que instituem as práticas do movimento não liberal de mulheres islâmicas pietista em sua etnografia, Mahmood procura

compreender, desta forma, os projetos éticos que as motivam. Essa é a proposta central deste capítulo.

Anseio demonstrar, partindo de situações etnográficas, como diferentes mulheres em diferentes situações se engajaram e se engajam com o grupo, e de que formas são produzidos os vínculos e os sujeitos que ali atuam. Parto então da dimensão da experiência das mulheres com quem convivi, experiência essa entendida nos moldes do filósofo Michel Foucault (2017) como a correlação entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. O modo como essas mulheres experienciam o mundo foi-me dado de inúmeras formas. Pelo relato, pelo convívio e também pelos conflitos e tensões com outras dimensões que extrapolavam os limites da minha presença. Nesse primeiro momento, tenciono analisar as práticas pelas quais as mulheres com quem convivi foram levadas a performar um tipo específico de sujeito: ativistas feministas, cristãs, e modernas.

Considero minha inserção no campo como uma possível forma de engajamento com o grupo – elas se provarão múltiplas –, e por isso, um lugar estratégico para começar o capítulo. Esse primeiro olhar para dentro da sede de Católicas, para suas relações mais próximas, foi uma escolha metodológica com ganhos e perdas. Se, por um lado, me vi cada vez mais próxima a um grupo específico dentro de Católicas, já que este está longe de ser homogêneo, por outro me vi distante de outras possíveis aproximações. As descrições que se seguem acabam focando no grupo de multiplicador@s Católicas o qual fiz (e de certa forma faço) parte há, pelo menos, dois anos. Acompanhar o grupo fez emergir a necessidade de pensar seus processos de formação, de engajamento mútuo, e de produção de sujeitos.

1.2. Os dispositivos de engajamento com o grupo de Católicas

O café com Luta

Antes de participar do evento que ocorreu na Defensoria Pública de São Paulo sobre a ADPF 442 e a figura do *amicus curiae*, procurava mapear suas áreas de atuação através do *facebook*, do *twitter* e de seu site oficial. Ao mandar o primeiro e-mail para a Comunicação de Católicas, como Zeca sugeriu que fizesse, o acesso ao material que era produzido, foi facilitado. Dentre os conteúdos que recebia pelo e-mail, estavam: avisos sobre os próximos eventos e também manifestos que o grupo faz de tempos em tempos relacionados a temática de direitos sexuais e reprodutivos ou em momentos críticos da conjuntura política. Dessa forma, não foi

difícil planejar minha segunda ida a campo, uma semana depois desse evento, no dia 28/09/2017.

Nessa ocasião, participaria de um evento chamado *Café com Luta*, na sede de CDD. O *Café com Luta* é um evento promovido pela ONG com o intuito de incitar debates sobre temas considerados relevantes num âmbito mais global desde que relacionados ao tema da religião, sempre conversando com o contexto político em questão. Convidados são chamados a participar de mesas sobre temas específicos, e há sempre uma mediadora da própria coordenação de Católicas. Nesse evento, especificamente, como era muito recente a decisão por parte da Ministra Rosa Weber em acatar a ADPF ajuizada pelo PSOL – como indiquei na introdução –, o tema escolhido para debate foi exatamente este, intitulado *Criminalização do Aborto: uma injustiça de gênero, raça e classe*.

Faço um parêntese para descrever o espaço da sede, por julgar que ali, existe uma composição de objetos, artefatos e disposições que serão de grande utilidade para o desenrolar desse e dos próximos capítulos. A sede de CDD localiza-se em uma rua sem saída bem em frente a Basílica Nossa Senhora do Carmo, há alguns bairros da Liberdade. Uma casa simples que se confunde com as casas residenciais que compartilham a mesma rua. Ao entrar pela porta, logo notamos alguns pontos que se sobressaem: um balcão onde fica o secretário, Luiz, e uma pequena estante de livros posicionada logo na entrada. Essa primeira estante abriga muito do material produzido pela ONG em seus anos de existência, distribuídos entre livros¹⁹ e cartilhas²⁰. A ideia é que as pessoas que passam pelo ambiente possam pegar esse material e levar consigo. Há, então, uma passagem para uma sala de reunião, que é um espaço de outra ordem. Ali ficam estantes com incontáveis livros que envolvem a temática religião, sexualidade, gênero, direitos humanos, políticas públicas, etc., Não só isso, a sala conta com inúmeros objetos, quadros, artefatos, que juntos, compõem uma estética bastante específica. Falarei sobre isso no segundo capítulo. É nessa sala que são realizadas as reuniões de multiplicador@s Católicas. Seguindo as entradas e as portas, o próximo cômodo da casa, é uma sala na qual a equipe de Comunicação se instala atualmente, seguido por um espaço de cozinha, e só então uma biblioteca – ambiente que nunca entrei. O *Café com Luta*, é realizado em um

¹⁹Dentre eles, um livro em parceria com Católicas pelo Direito de Decidir da Colômbia, chamado *Tejiendo sentidos: feminismos y búsquedas teológicas*, fruto do Seminário Internacional em São Paulo, em agosto de 2011, a partir de apontamentos de Ivone Gebara; e também, o mais recente deles, o qual participei do lançamento *Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade* (2018), organizado por Regina Soares Jurkewicz.

²⁰Em sua dissertação, a antropóloga Júlia Silva (2015) faz uma análise do conteúdo de grande parte das Cartilhas que ali se encontram.

outro ambiente, uma área nos fundos e fora da casa principal, de forma que é preciso passar por todos esses cômodos, sair da casa e subir uma escada para chegar. Esse ambiente, que é em parte improvisado, e em parte planejado, conta com um painel no qual pode-se reconhecer diversas personalidades influentes: Simone Beauvoir, Frida Kahlo, Madre Tereza de Calcutá, Malala Yousafzai, Judith Butler, Santa Maria Madalena, Dandara, Beyonce, Nina Simone, entre várias outras.

Nessa minha primeira visita a sede de Católicas pelo Direito de Decidir, me demorei mais nesse espaço, o qual é possível ver, da porta, a cruz no alto da basílica. Ao chegar no local, a equipe da Comunicação já estava lá – transmitiriam ao vivo nas redes sociais o debate. No dia em questão, dia latino-americano e caribenho pela descriminalização do aborto, estavam presentes na mesa de debate Carolina Rosa Gargiulo, advogada tributária responsável pelo pedido de *amicus curiae* de Católicas e que estava presente no evento da defensoria pública, e Maryuri Grisales, teóloga que faz parte da Rede Ecumênica da Juventude. As duas juntas formavam uma configuração interessante uma vez que a mesa contava com alguém que fala desde a ação jurídica e ativista, bem como alguém que fala de dentro de uma tradição religiosa, mas que nem por isso deixa de ser ativista. Essa característica marca um tipo de estratégia-chave para a ONG, em relação ao direcionamento de suas pautas cada vez mais ligado a uma atuação jurídica de confronto com instituições religiosas.

Em sua comunicação, Carolina Gargiulo traduziu do *juridiquês* o que significava a figura do *amicus curiae* e como a peça de Católicas foi montada. A estratégia era, em primeiro lugar, situar a discussão sobre o aborto no STF, dando exemplos como a ADPF 54, que discutia a descriminalização do aborto em caso de bebês que nasceriam anencéfalos. Depois, afirmou que a argumentação de Católicas era inteiramente baseada no princípio de um Estado laico, destacando que o aborto não se justifica sob o ponto de vista jurídico e tampouco científico. A única coisa que barrava, segundo ela, a descriminalização, era um moralismo, um fundamentalismo religioso. Passou então a falar do histórico de decisões controverso do STF, indicando que este é machista e não-laico. Para justificar sua afirmativa, a advogada retomou os ministros Fachin e Marco Aurélio. O primeiro como alguém que citou o papa como figura que deve perdoar alguém por uma conduta, e o segundo como alguém que afirmou que Jair Bolsonaro não fez nada demais no caso de Maria do Rosário²¹. Em relação a esse caso, faço um

²¹Sobre o caso, ver aqui: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-vira-reu-no-stf-por-apologia-ao-estupro/>, acessado em 15/12/2018

breve parêntese para contar o ocorrido. No ano de 2003, Bolsonaro afirmou que se fosse um estuprador não a estupraria porque ela não merece. O caso reverberou e ganhou proporção maior nos anos que antecederam sua candidatura à presidência. Voltando ao ministro Marco Aurélio, a advogada insistiu, por fim, que a Igreja Evangélica está tomando um lugar que a esquerda costumava tomar, às margens, e que isso estava contribuindo para formar núcleos conservadores nesses espaços.

Já a teóloga Maryuri, especialista no cristianismo, e vinda do protestantismo, frisou a fragilidade da separação entre Igreja e Estado, chamando a atenção para a história do cristianismo em lugares como o Brasil. Para ela, o debate é complexo pois não há como separar a experiência de sujeitos políticos de sujeitos religiosos. Ela então propôs uma saída pela ética feminista²², que é um princípio básico da teologia feminista, evitando focar em princípios absolutos²³ – como o cristianismo normalmente faz – e dando mais atenção ao cuidado e a justiça em situações específicas. Por fim, reiterou, em contraponto com a fala da advogada que fez um comentário sobre os evangélicos estarem dominando um lugar que a esquerda ocupava, que religiões não são homogêneas, que evangélicos podem (e devem) ser aliados políticos e que existe muito preconceito com essas pessoas por falta de conhecimento.

Volto-me ao conteúdo da reunião rapidamente para fazer breves apontamentos que nos serão importantes. Primeiro, ao entrar em contato com o discurso da advogada, é notável que toda a peça de *amicus curiae* da ONG se baseia na defesa incondicional do Estado laico entendido como a separação total entre o Estado e a Igreja. Carolina Gargiulo adota uma postura crítica frente ao que ela se refere como um fundamentalismo religioso que barra as pautas como a descriminalização do aborto no Congresso. O segundo ponto é que ela estende o fundamentalismo religioso até as Igrejas Evangélicas, que hoje, estão em números cada vez mais crescentes em diversos lugares, inclusive nas periferias. Como apontou Maryuri, a fala da advogada Carolina parte de inúmeras premissas. Em relação a Igreja Evangélica, é a de que ela

²²A ética feminista, segundo um artigo de Mary E. Hunt (1994), é primeiramente teorizada no trabalho da professora presbiteriana estadunidense Beverly Wildung Harrison. Ela se baseia na ideia de que a ética patriarcal, desde Aristóteles até o presente, se forjou a partir de uma série de experiências que não incluíram a experiência da mulher. Partindo da suposição de que toda ética se baseia em experiências, as mulheres teólogas mostraram que todas as concepções teológicas do mundo se basearam em perspectivas de homens. A ética feminista visa, portanto, enxergar a mulher como um agente moral, capaz de se responsabilizar por suas próprias decisões (p.2)

²³Maryuri explicou que princípios absolutos no cristianismo, seriam aqueles como a vida se dá desde a sua concepção, e a defesa incondicional da vida. Mas, como demonstra uma história do cristianismo, existe um tipo de vida específico que é defendido na tradição cristã. A vida das mulheres fica num vácuo ético. Dessa forma, a ética feminista vem para defender a vida dessas mulheres com base em situações específicas, focando no cuidado e na justiça. A ética feminista é antes de tudo situacional e comprometida com o contexto.

não só é homogênea, como também conservadora. A segunda premissa é a de que a Igreja adentrou às regiões periféricas para cumprir uma mesma função social que a esquerda antes cumpria. A terceira, é a que sustenta todas elas, numa tese um tanto sociológica de que tanto a Igreja quanto a esquerda cumprem funções sociais faltantes em espaços marginais. Não é a intenção, por hora, discorrer sobre esses trabalhos ou sobre essas questões, mas evidenciar uma diferenciação explícita entre ambas interlocutoras. De um lado, uma profissional do Direito que compartilha uma forma de pensar e apreender o Estado e a função deste com o grupo de Católicas, mas que exclui as Igrejas Evangélicas como possíveis aliadas nesse projeto, e de outro, uma teóloga protestante que frisa a importância de estabelecer alianças com esses grupos.

O interessante nesse *Café com Luta*, é que ele condensa várias das dimensões estratégicas do ativismo da organização – estratégias essas que serão retomadas ao longo da monografia. A primeira, e mais evidente, é que é um evento de debate no qual as ideias da ONG sobre a conjuntura política, bem como uma apresentação sobre o que seria uma teologia feminista são esboçadas. A segunda, é que o grupo contatou uma advogada para fazer parte de um processo jurídico no STF, o que indica uma atuação política a nível institucional. O grupo deixa claro, através disso, que tem objetivos de lutar legalmente pelo direito sexual e reprodutivo de mulheres. Outro movimento importante, acompanhando o fato de haver uma advogada, é que o grupo sentiu necessidade de fazê-la comunicar-se com outras pessoas interessadas sobre o assunto, explicar-lhes os pormenores do processo jurídico, falar sobre as estratégias e argumentações que podiam ou não entrar numa peça de *amicus curiae*. Isso por si só, também é uma forma de fazer com que as pessoas que estejam assistindo, saibam que existe a possibilidade de atuação nessa instância, e que muitos movimentos estão empenhados nisso. A terceira dimensão estratégica está justamente na equipe de comunicação, que transmite o evento ao vivo no *facebook*.

Voltando à minha experiência em campo, foi através desse mesmo evento que pude conversar com Regina Jurkewicz, coordenadora de Católicas, e também da mesa de debates, naquela ocasião. Ela estava lá, também – e principalmente – para lançar um livro de Católicas organizado por ela, intitulado *Entre dogmas e Direitos: Religião e Sexualidade*²⁴. Ao contá-la sobre meu interesse no ativismo da ONG, fui convidada para participar de uma reunião de

²⁴O livro conta com textos da teóloga feminista Mary E. Hunt, e também Ivone Gebara. Tem artigos dedicados à teologia feminista como caminho para justiça sexual e de gênero, bem como um artigo sobre o papel de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina, escrito pelo sociólogo Juan Marco Vaggione. Por fim, um artigo sobre Aborto no Congresso Nacional, escrito pela cientista política Flávia Biroli.

Multiplicadoras Católicas que ocorreria dali um mês na qual elas discutiriam a introdução e o primeiro capítulo de um livro intitulado *La practica catolica: como vivir el catolicismo en el tercer milénio?* – livro que me foi dado na saída do evento daquele mesmo dia.

O grupo de Multiplicadoras Católicas

Ao acompanhar o grupo pelas redes sociais, jornais, e aparecimentos públicos, com grande frequência via a Zeca e as coordenadoras da ONG. Essas mulheres falam em entrevistas, revistas, audiências públicas. São elas que normalmente aparecem. Ao voltar na sede de Católicas para essa reunião, no dia 21 de outubro de 2017, pude perceber um tipo de organização diferente. Tive o privilégio de começar a discussão de um livro desde seu início. Naquela reunião, estavam presentes Regina Jurkewicz, coordenadora da ONG, Zilda, Maria Rosa, Lilian, e posteriormente, Bianca, Cristina, e Salete²⁵. Essas mulheres, formam, hoje, o grupo de multiplicador@s Católicas do Estado de São Paulo. Descrevo um pouco do funcionamento dessa reunião para frisar alguns pontos: em primeiro lugar, chamo atenção para o fato de que as reuniões funcionam como grupos de estudos direcionados a assuntos de interesse da ONG; outro ponto importante é a característica específica de ser um grupo contendo pessoas que tem, pelo menos, uma formação no ensino superior; apesar de não ter uma maior visibilidade, essa organização também se mobiliza em campos de atuação de menores e às vezes maiores proporções; por último, ainda que nem todas as mulheres possuam a fé católica, esse espaço consegue, de alguma forma, fazer com que elas se unam em torno de narrativas específicas, e acaba se tornando, também, um espaço de amizade, preocupação mútua, e cuidado entre essas mulheres, constituindo uma rede de afetos.

Ao chegar, em um sábado a tarde, na sede da ONG, fui recebida por mulheres que deviam ter mais de 40 anos – com exceção de Bianca – vindas de lugares e formações diferentes. Regina, a única coordenadora presente, é formada em Sociologia da Religião e dá aulas de Serviço Social. Rosa é formada em letras e psicologia, e participa de diversas ONGs (não só de Católicas). Zilda é ex-aluna de Regina, e é espírita. Lilian contou que estava cursando seu mestrado em Ciências da Religião, mas que não era Católica. Bianca é historiadora de formação e chegou até Católicas porque foi aluna de Zeca no mestrado em Ciências da Religião. É umbandista e estuda religiões afro. Aquilo que a princípio conformava as bases de minha hipótese, a saber, que o Grupo Católicas pelo Direito de Decidir reunia apenas mulheres

²⁵Opto por usar pseudônimos no caso das multiplicadoras pois elas não são pessoas públicas.

católicas²⁶, ou pelo menos cristãs (como consta na descrição do grupo) já encontrava dificuldades no meu segundo campo. É curioso, porque nessa ocasião me vinha a cabeça algumas mulheres que vi no *Café com Luta* que estive presente, mas nenhuma delas estava participando da reunião. Mais do que uma identificação com o ser católica ou feminista, começava a entender que havia outros elementos que juntavam essas mulheres os quais não estava dando devida atenção.

A primeira parte da reunião foi uma conversa bastante informal. Passaram um café, conversamos sobre a vida, sobre os filhos delas de tal forma que às vezes, por conta do distanciamento geracional, cheguei a pensar que minha mãe se sentiria bem ali. Conversamos sobre a conjuntura política, sobre mulheres e organizações parceiras, e por fim, foram passados os informes gerais. Na segunda parte, sentamos na mesa de reuniões da sala, e a encarregada sobre a discussão da leitura deu um parâmetro geral do que leu para que todas conseguissem discutir depois. A discussão da introdução e do capítulo “cobrar intereses y enfrentar el cambio” (Cobrar juros e enfrentar a mudança) do livro “La practica católica. Como vivir el catolicismo en el tercer milénio?” trouxe alguns pontos interessantes de discussão, os quais pude vislumbrar certos alinhamentos teóricos e políticos daquelas pessoas com quem começava a compartilhar o espaço. A autora do livro, Penelope J. Ryan (2006), ao falar sobre a possibilidade de se pensar fora do senso comum desde dentro da tradição católica dá um primeiro passo rumo às crenças de um ativismo que se quer tanto católico quanto feminista. Regina, que falou primeiro, tratou de se diferenciar da autora do livro que trata, segundo ela, a tradição como algo imutável. Baseando-se na ideia de que a interpretação da Bíblia evolui, Regina afirmou que alguns dogmas de fé, para ela, são materialmente impossíveis, como por exemplo, a presença do corpo de Jesus na eucaristia. Os protestantes, afirmou, são mais *evoluídos* nesse sentido, uma vez que consideram a eucaristia um símbolo para o corpo. Outro dogma que Regina colocou em questão foi quanto a virgindade de Maria. Para ela, seria uma “materialidade incompatível com a vida”, e existem outras interpretações para tal.

²⁶Embora essa fosse uma pressuposição naquela época, ao entrar em contato com as informações da dissertação de Francine Brites (2013) sobre Católicas pelo Direito de Decidir, o grupo de Multiplicador@s foi pensado para ser um grupo de formação, um projeto que teve início em 2002 e “foi pensado como uma maneira estratégica de descentralizar as atividades de formação que ocorriam de forma mais concentrada nas regiões sul e sudeste” (p.54) e que recebia pessoas interessadas na proposta de Católicas em seminários bianuais. Com o tempo, o grupo foi se transformando e hoje conta com a participação de mulheres militantes do movimento feminista, pessoas vinculadas à área jurídica, professoras universitárias, funcionárias públicas da área de saúde, ONGs, movimento de mulheres do campo entre outras.

Sublinho esse ponto da discussão, porque aqui há um dos pontos de virada que distancia Católicas da própria Igreja Católica, mas que também oferece essa ambiguidade entre uma fé católica, uma fé protestante e uma “fé moderna” que permeia muitas das situações que vivenciei convivendo com as integrantes do grupo, assim como é algo que aparece publicamente em seus discursos. Frente a afirmação da tradição católica de que a eucaristia é o corpo de Jesus materializado, Regina expõe sua discordância afirmando que isso é uma “materialmente impossível”. A eucaristia, para ela, é uma representação do corpo de Cristo, e isso seria mais compatível com uma teologia protestante do que com o catolicismo. Isso também seria mais compatível com uma tendência de certas concepções sobre a modernidade de separar as esferas da representação e da materialidade, do significante e do significado, da abstração e do real. Aqui, cerco a modernidade num enquadramento bastante específico, a julgar que não é aconselhável defini-la, como afirma Asad (2003), mas que ao mesmo tempo faz parte de uma narrativa moral específica.

Em seu livro intitulado *Christian Moderns* o antropólogo Webb Keane (2007) recupera o crítico da modernidade Timothy Mitchell (1988), ao falar sobre o colonialismo. Para Mitchell, um dos mais profundos efeitos da colonização é a noção de representação, o que envolve uma distinção entre modelo e realidade. A noção de representação produz um efeito de que os sujeitos existem fora do mundo, e de que existe um mundo de objetos que são externos a essas representações. O significado, seria anexado a esses objetos. Junto a isso, a importância entre a abstração e o material é hierarquizada, sendo que o primeiro adquire a forma mais autêntica do ser humano. Esse tipo de pensamento moderno, se aproxima ao discurso de Regina.

Keane também admite que a modernidade pode assumir variadas formas, mas reitera que as mais influentes foram aquelas associadas com o pensamento liberal. Nessas narrativas,

(...) o progresso não é somente uma questão de aprimorar o desenvolvimento tecnológico, econômico, de bem-estar ou de saúde mas também, e talvez pra além disso, é sobre a emancipação humana e auto-administração. Se, no passado os homens eram escravos de líderes ilegítimos, tradições rígidas e fetiches irrealis, ao tornarem-se modernas percebe-se a verdadeira característica da agência humana. Consequentemente, aqueles que persistem afastando sua própria agência em nome desses líderes, tradições e fetiches estão fora do seu tempo, são anacrônicos, pré-modernos ou anti-modernos” (tradução minha, 2007 p.6)

Esse tipo de elaboração tem como consequência a presunção de que aqueles que não diferenciam essas duas esferas são pré-modernos, ou menos evoluídos. O que torna essa narrativa extremamente aproximável com um Protestantismo, é que ela constantemente tende, em suas implicações, a relacionar um progresso moral com práticas de desencantamento material. Keane (2007) aponta a Reforma Protestante, tratou da questão da mediação da matéria

na vida espiritual como um problema que merecia um lugar de destaque. Em algum momento desta tradição essas formas passaram a ser identificadas como um constrangimento à autonomia humana. Essa autonomia se refere a uma ideia de liberdade que requer a completa desmaterialização do que há de mais definitivo no ser humano, seja a alma, as crenças ou o significado das palavras. Esse viés protestante, tende a privilegiar, portanto, as formas interiores da fé. Keane utiliza-se do seguinte exemplo: bons protestantes rezam com os olhos fechados. Já os católicos rezam com eles abertos para que possam ler dos seus livros as rezas em vez de deixar o que está “dentro” falar. Isso os tornariam tão “idólatras” quanto qualquer outra tradição fetichista, como os grupos que ele pesquisou.

Esse protestantismo liberal foi elaborado ainda mais por Weber, em seu livro “A ética protestante”, que, como reitera a antropóloga Birgit Meyer (2018) enfatiza mais o nível do significado em detrimento de como eles são expressos (p.172). Essa abordagem tomou conta dos estudos e entendimentos sobre a religião no período do pós-Iluminismo, e alimenta diretamente esquemas evolucionistas de análise.

Essa “desmaterialização” espiritual, converge com o que Latour chama de um ímpeto moderno pela purificação, ou seja, a modernidade tenderia a “apagar” seus mediadores. A noção de *fetiché* é particularmente útil para demonstrar o que se entende por esse viés protestante da modernidade. Etimologicamente, a palavra é rastreada até o termo latino *factius*, que teria sua tradução como “o que é feito”, e se refere a objetos que, embora feitos por mãos humanas são atribuídos com vida própria (LATOURE, 2010). O termo surgiu nas trocas comerciais e culturais entre portugueses e africanos no século XV (Pietz, 1985-1988; Spyer, 1988) e indica esse caráter de objeto que mesmo que “feito” age sobre algo ou alguém. O ocidente acabou usando a palavra para se colocar de forma moralmente superior àqueles que cultuavam esses objetos.

Essa compatibilidade entre a fé protestante e a modernidade que Regina esboça, é bem colocada por esses autores. Mas existem outros apontamentos possíveis quando se leva em consideração seu questionamento da doutrina católica. O que seria, na visão de Regina, uma materialidade que é compatível com a vida? Quando relacionada à virgindade de Maria, a compatibilidade com a vida parece fazer referência aos limites da natureza. É sabido, dentro de um regime de verdade da ciência moderna ocidental, que é preciso o intercuro sexual para gerar uma vida. Em relação a eucaristia também. Afinal, dois corpos não ocupam de uma só vez o mesmo lugar. Ou o corpo de Jesus é um pedaço de pão, ou isso só pode ser uma abstração, uma representação, um símbolo. O limite do natural encerra essa discussão para Católicas, no

entanto é sempre importante chamar atenção que esse natural também foi forjado dentro de relações de poder históricas específicas, e que portanto configura um enquadramento compatível com os “descobrimientos” de uma ciência moderna ocidental.

Por fim, destaco que, a teologia é recorrentemente discutida nessas reuniões. A teologia feminista é um tema de extrema importância para entender Católicas pelo Direito de Decidir, levando em conta que o grupo precisa de um suporte teórico que viabilize suas lutas. No Brasil, a teóloga feminista de maior peso chama-se Ivone Gebara. Não é o foco de interesse desta monografia se estender sobre a teologia feminista, uma vez que é um campo demasiado diverso, e que por si só, configuraria um trabalho monográfico. Contudo, considero a teologia feminista como parte integral do pensamento e da organização de Católicas. O fato de haver reuniões para discussão de livros acadêmicos e teológicos, e esse livro tem a especificidade de ser em espanhol, denota que o grupo é, de certa forma, intelectualizado. Isso pode ser notado inclusive porque várias das participantes do grupo tiveram seu primeiro contato com Católicas tendo aula com alguma das coordenadoras. Não é uma grande surpresa, então, que todas as integrantes de Católicas são formadas no ensino superior, fizeram ou fazem pós-graduação. Portanto, dentro desse próprio grupo, começamos a delinear não um perfil de mulheres que se engajam, mas um certo padrão. Pelo menos entre essas que participam das reuniões de multiplicador@s.

Os grupos de Whatsapp

No dia da reunião de multiplicador@s Católicas fui inserida também em seu grupo virtual no *whatsapp*. A literatura em torno da análise e etnografia de mídias sociais vem crescendo e já é amplamente usada em diversos trabalhos acadêmicos (BULGARELLI, 2018; SILVA, 2015). Muito já foi escrito sobre como fazer antropologia em espaços cibernéticos (MILLER and SLATER, 2000; HINE, 2000), e acredito que traçar análises a partir da observação de suas redes sociais já resultou em análises muito interessantes, como o caso da dissertação de mestrado de Júlia Silva (2015), que analisou, principalmente, o *facebook* da ONG e o engajamento de agentes distintos com suas postagens. Proponho, de forma a acrescentar em sua análise novos componentes, a observação e o acompanhamento do grupo de *whatsapp* de multiplicador@s. Vimos no decorrer do ano de 2018, como a análise de grupos de *whatsapp* fizeram parte de um entendimento maior sobre a greve dos caminhoneiros²⁷, e também nas

²⁷Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44325458>, acessado em: 09/01/2019

eleições presidenciais²⁸. Contudo, essas matérias tiveram como foco de análise inúmeros grupos de whatsapp com objetivos bastante diferentes das minhas. Aproximo-me das questões de mobilização política envolvendo essas análises, mas me distancio delas porque repouso minha atenção em um único grupo seletivo de pessoas. Tendo isso em vista, por questões éticas, não haverá uma descrição muito detalhada de conversas do grupo, apenas minha forma de engajamento com ele, bem como características mais gerais do conteúdo de suas conversas. Descrevo, por fim, uma situação específica que foi possível apenas através dessa ferramenta.

Os grupos de *whatsapp* se diferenciam de outras mídias sociais como o *facebook* ou o *twitter* porque não podem ser acessados por outras pessoas que não estejam autorizadas a participar do grupo. As conversas são criptografadas. Ainda que o conteúdo que esteja ali possa ser encaminhado ou reproduzido para outros grupos, é um espaço que normalmente presume uma maior exclusividade. Assim como as reuniões de Multiplicadoras, o *whatsapp* do grupo não é meramente um local de discussão sobre os assuntos da ONG, apesar de ser uma ferramenta de extrema importância na mobilização política dessas mulheres. Mais do que isso, essa ferramenta digital parece ser uma continuidade, um novo espaço de relacionamento entre essas pessoas onde elas podem compartilhar correntes, notícias, comunicar assuntos pessoais, pedir ajuda, combinar encontros não relacionados ao trabalho e, também, encontros relacionados a atividades da ONG.

Parto da experiência do meu engajamento e do meu processo de me tornar uma multiplicador@. A partir do momento em que fui inserida, o tipo de relacionamento que tínhamos umas com as outras, mudou. Mulheres que eu costumava ver no máximo uma vez a cada quinze dias, agora falavam entre si e comigo o tempo todo, a qualquer momento do dia. Compartilhamos memes, correntes, reações a acontecimentos globais, alegrias e tristezas. E isso, conseqüentemente, fez com que eu me sentisse próxima e criasse, com elas, um vínculo afetivo. Estudos como os de Kenton O'Hara, Michael Massimi, Richard Harper, Simon Rubens e Jessica Morris (2014) apontam para esse sentido, entendendo os meios de comunicação como formas de se “fazer relacionamentos”. Antes de pensar o whatsapp apenas como um meio para a mobilização de pessoas, ou como uma ferramenta que permite com que pessoas “mantenham” contato, é importante pensá-lo como “constitutivo das formas particulares que pessoas

²⁸Ver: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742?fbclid=IwAR1LDLZh0zJcvvk5fQeK-xaUOrXUF3ybM9L8gGhXojuuK4iC1Qn_JoX7M0s, acessado em 09/01/2019

experienciam e performam seus relacionamentos ao longo do tempo” (O’Hara et al., 2014, p. 5).

Ao ser inserida nessa rede, pude perceber que quanto mais engajamento da minha parte nela, maior a permissividade com que as pessoas me tratavam em nossos relacionamentos para “fora” dela, de tal maneira que não fazia mais sentido pensar essas duas formas de se relacionar como distintas, mas pelo contrário, envolvia uma certa continuidade. Pude perceber, que nas reuniões que se seguiam era mais fácil falar e ser ouvida, bem como escutar e ouvir. Além disso, a entrada no grupo permitiu com que eu organizasse entrevistas com pessoas de forma fluida, e sem tanto o peso do paradigma “pesquisador” x “pesquisado”, até porque, a maioria das mulheres com quem conversei, mesmo que estando fora da área de antropologia, sabiam tudo que envolvia fazer uma pesquisa.

No entanto, o *whatsapp* possui especificidades, a forma como conversamos e apresentamos nossas ideias, nossos pensamentos, ganham o auxílio de *emojis*, por exemplo. Lilian, a única integrante negra do grupo, usa os *emojis* de pessoas negras. Algumas integrantes nem utilizam seus nomes, mas trechos de poesia, músicas, como identificação no *whatsapp*. Tudo isso configura um universo único, e que tem efeitos inegáveis na composição do grupo, são novas formas de se performar um grupo e um ativismo específicos, e que garante uma riquíssima fonte de análise para esta pesquisa.

Discorri, primeiro, sobre meu engajamento com o grupo. Descrevo agora, uma situação específica em que o *whatsapp* foi uma ponte importante para a construção de uma mobilização pública do grupo enquanto ativistas. Nos dias que antecederam a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 7 de abril de 2018, grupos de sindicalistas, movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, etc., organizaram uma vigília no sindicato dos metalúrgicos do ABC como resistência. O objetivo era chamar atenção para essa prisão, como uma prisão política. Naquela época, Lula liderava as intenções de voto para a corrida presidencial de 2018 que seria disputada em outubro. O mandato de prisão foi expedido no dia 5 de abril, pelo juiz federal de primeira instância Sérgio Moro. Com a iminência da prisão, foi organizado, entre tantas outras manifestações, um ato inter-religioso na sexta-feira (dia 6 de abril) no mesmo sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo.

Como o evento surgiu de forma repentina, de um dia para o outro, membros da coordenação da ONG ficaram incapacitados de ir. Foi solicitado, então, por parte de uma das coordenadoras do grupo, no mesmo dia 6 de abril, que integrantes de Multiplicador@s se

disponibilizassem para não somente participar do ato, mas fazer uma fala em nome de Católicas. Através de uma mensagem de áudio foi feito o pedido e também prescrições do que devia ser falado. Frases como “a defesa de Católicas deve ser a defesa da democracia”, e “o Lula representa muitas lutas” deveriam fazer parte do discurso. Entre as pessoas que reagiram, uma delas se comprometeu a ir, participar do ato, mas ficou receosa quanto a uma fala sem preparação. Outra, se prontificou a falar. A conversa no *whatsapp* facilitou não somente a organização da fala, como também foi o meio pelo qual as representantes do grupo conseguiram se encontrar no evento, já que o barulho impedia que chamadas telefônicas fossem uma opção.

Subiram no caminhão do ato Cristina, que falou por Católicas, e Elisa, responsável pela comunicação do grupo, que filmou toda a fala. Em sua comunicação:

“Nós Católicas pelo Direito de Decidir, reafirmamos a luta pela justiça. (...) Pela libertação de Lula e pela democracia, contra os abusos que estão sendo feitos. Por toda a dignidade humana, com todos os seres vivos. Nós temos o direito de decidir do nosso corpo, das nossas vidas, da nossa luta por justiça”.

Após a declaração, foi possível ouvir da multidão uma voz que dizia “Viva o papa Francisco”. E então toda a multidão aplaudiu. Logo após a fala, o vídeo gravado por Elisa foi para o grupo de multiplicador@s, no qual todas deram congratulações pelo esforço e dedicação.

Essa descrição joga luz a alguns pontos interessantes e demandam um maior cuidado analítico. O primeiro deles é a capacidade de reação e mobilização do grupo frente a acontecimentos políticos. O grupo de *whatsapp* nesse sentido, não é somente uma ferramenta de organização, mas ele age de modo a transformar um modo de ação que, antes, levaria mais tempo. Tanto por meio de conversas individuais, quanto fora desse veículo de comunicação. O segundo é o grau de engajamento das integrantes do grupo frente a essas questões. É preciso frisar que a grande maioria delas também é engajada com outras lutas, participa de outros grupos, etc., mas nessa situação foi requerida uma fala pública por Católicas enquanto organização. Ao mesmo tempo, ainda que houvesse esse incentivo para que membros do grupo de multiplicador@s falassem, foi dado um parâmetro geral do que deveria ser falado por parte de uma das coordenadoras da ONG, o que sugere não somente um formato específico de apresentação pública de Católicas, que é previamente pensado e discutido, como também uma hierarquia entre esse grupo de mulheres. Tão importante quanto esses pontos que foram sublinhados, foi a necessidade de haver alguém que filmasse o ato inter-religioso e a fala de Católicas. Ao longo desta monografia, ficará cada vez mais claro que o grupo de comunicação de Católicas está presente em todas as suas aparições públicas, filmando, transmitindo suas falas ao vivo, e inclusive, participando do debate. Isso é importante porque o material que eles

produzem, acaba indo para as redes sociais do grupo ou acabam virando outros tipos de materiais audiovisuais, como minidocumentários, músicas, entre outros.

Não é a intenção, nesse momento, discorrer sobre a equipe de comunicação, mas afirmar esse exercício estratégico que é muito comum ao grupo: a formação de pessoas políticas não somente através de atividades promovidas pela ONG, mas através da exposição de suas atividades em diversos tipos de rede: youtube, facebook, twitter, instagram, etc., que por sua vez, geram um engajamento por parte de diversos outros tipos de pessoas.

Seminário Nacional de Multiplicadoras

Entre os eventos anunciados logo no começo de 2018 na primeira reunião de multiplicador@s do ano estava o Seminário Nacional de Multiplicadoras de Católicas pelo Direito de Decidir. O evento é uma iniciativa para aproximar os grupos de Multiplicadoras de diversas regiões do país. O Seminário deveria acontecer entre os dias 31 de maio a 03 de junho de 2018, no Centro Indigenista Missionário (CIMI), localizado em Luiziana – GO. Semanas antes da viagem, Luiz, que é o secretário de Católicas, enviou a todas que participariam do evento um e-mail com informações e prescrições para que o Seminário pudesse ocorrer. Entre as solicitações, estava que cada participante preparasse algumas informações sobre o contexto sócio-político e religioso de sua região para comunicar ao grupo. Também foi pedido que as participantes que tenham realizado atividades, seminários ou assessorias durante o ano de 2017 e 2018 organizassem apresentações.

Um outro documento do mesmo e-mail contava com a programação dos três dias do evento. O primeiro dia foi reservado para a integração dos grupos e o compartilhamento das atividades. O segundo dia contou com uma mesa de debate intitulada “A atual conjuntura e seus desafios no campo sócio-político, parlamentar e religioso”, e uma mesa de debate chamada “Informações e análises sobre a ADPF 442 e as iniciativas de *Amicus Curiae*”. O terceiro e último dia contou com uma exposição intitulada “Principais argumentos de Católicas na defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, uma oficina de mídia com a equipe de comunicação, uma reunião para planejamento do ano separada por estados, um plenário para socialização, avaliação, celebração e festa. Ao longo de todos esses dias as atividades eram intercaladas entre atividades de socialização e de organização do grupo.

Por conta da greve dos caminhoneiros, o Seminário Nacional teve que ser adiado para os dias 05 a 07 de setembro, portanto a participação de pessoas foi bastante reduzida, bem como

impossibilitou minha ida a campo. Trabalharei, portanto, esses documentos que são interessantes em si mesmos: as recomendações e a programação, ou seja, o planejamento da organização e as expectativas quanto a esse encontro. O cronograma cumpre dois principais objetivos: a formação de sujeitos políticos, já que consta com palestras sobre argumentos de Católicas na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos; sobre atuação jurídica de Católicas com o *amicus curiae* da ADPF 442; sobre a conjuntura política em relação com o campo religioso; e principalmente com uma oficina que visa estender esses modos de ação até as mídias sociais. E a organização, já que o evento foi programado justamente para aproximar as integrantes de multiplicador@s de estados diferentes, e apresentar umas às outras suas ações e atividades.

1.3 Ação política e catolicismo-moderno

Com as descrições de situações etnográficas acima procurei dar atenção, assim como Mahmood em seu livro sobre o movimento de mulheres pietistas no Egito (2005), ao trabalho que as experiências e práticas corporais e discursivas performam na construção desses sujeitos. Práticas corporais aqui são entendidas como qualquer tipo de prática que engaje sujeitos e que tenham como consequência a transformação e a modificação daquele que as pratica. Elas podem ser desde o cultivo da modéstia e da vergonha através do hijab, como no caso das mulheres com quem Mahmood trabalhou; como também no cultivo de valores modernos, seculares e progressistas específicos pela reestruturação de discursos e dogmas católicos que as mulheres com quem trabalhei tiveram contato em inúmeras situações como demonstrado acima. É a forma como isso é incorporado que interessa nessa análise.

Enumerei uma série de atividades que a ONG promove e que, em vários níveis, vão cultivando valores muito específicos. O engajamento dessas mulheres com quem trabalhei com a organização também se dá em vários níveis, e às vezes é cobrado em maior ou menor grau. O grupo possui estratégias específicas de fazer com que as pessoas se envolvam com ele. Resolvi focar no grupo de multiplicadoras porque é nele que esse aspecto de formação de sujeitos políticos e processos de subjetivação ficam mais claros, já que esse grupo é o que mais está próximo e se reúne de 15 em 15 dias. O próprio caráter rotineiro das reuniões é um trabalho sobre si. Nas reuniões é preciso que alguém se responsabilize pela discussão do que foi passado, o que envolve dois processos: a decisão daquilo que é lido (que se dá por parte da coordenadora), e o trabalho sobre si de se voluntariar a falar sobre o assunto (que exige uma

proatividade daquelas que participam). No caso do *whatsapp*, foi pedido que alguém falasse por Católicas numa situação específica que foi a ação inter-religiosa na vigília que ocorreu no sindicato dos metalúrgicos por conta do mandato de prisão do ex-presidente Lula. De novo, nessa situação, um duplo movimento: a coordenadora orientou o que deveria ser falado, mas teve a disposição, por parte de uma integrante do grupo, de se engajar nessas atividades. Todo o campo de ação que se abre perante essas mulheres, se deve a todo esse processo de formação com eventos sediados na ONG, reuniões particulares de Multiplicadoras Católicas, conversas no *whatsapp*, seminários, cursos, oficinas, enfim, uma série de atividades que exigem um engajamento regular e um contato com assuntos específicos.

Esses assuntos costumam focar na conjuntura política, no papel que religiões desempenham em relação ao estado, na luta pela democracia e direitos humanos – e nesse sentido os direitos sexuais e reprodutivos entram como direitos humanos –, calcados em valores modernos, como a defesa do estado laico – entendida como a separação entre Estado e religião, reservando à religião um estatuto do privado; a valorização da mulher como pessoa autônoma e livre, e portanto, ideais de liberdade e autonomia vindos de uma tradição liberal ocidental; e a articulação de um modo de pensar específico, que é um projeto de reformular e transformar aspectos e dogmas do catolicismo através de uma lente moderna, como no caso de pensar a eucaristia como representação do corpo de Cristo, ou pensar a virgindade mais como uma forma de pureza do que em seus termos materiais. O que está em questão, e o que podemos observar com esses relatos, é um projeto de construção de um catolicismo feminista e moderno que compartilha uma mesma ideologia semiótica com diversos outros grupos considerados modernos e seculares. Nesse sentido, podemos observar que as atividades propostas ao grupo de multiplicador@s tentam acionar elementos que dão condições para que esse novo tipo de modernidade católica se torne passível de reconhecimento e apreensão.

Apostei, metodologicamente, por não fechar a ONG nas categorias identitárias que ele mobiliza. Como esse capítulo demonstrou, o grupo é heterogêneo, possui relações de poder e hierarquias definidas entre aqueles que fazem parte. Todos os interlocutores que mobilizei até agora fazem parte de Católicas, desde a advogada que é uma feminista mais “secular”, até as multiplicadoras, e também a equipe de comunicação. Esse último também merece uma atenção especial. Em quase todos os exemplos etnográficos que descrevi, a equipe de comunicação se fez presente. No Café com Luta, eles transmitiram ao vivo o debate no *facebook* de Católicas. No *whatsapp*, as únicas pessoas que precisavam estar no evento eram uma representante do

grupo, e a Elisa, da comunicação, para poder filmar o discurso e divulgar nas redes sociais da ONG. No evento que ocorreu em Luiziana, o Seminário Nacional de Multiplicadoras Católicas, houve um espaço em que a equipe promoveu uma oficina, para que as pessoas ali envolvidas, aprendessem como divulgar e de que formas propagar, em suas próprias redes, os discursos e objetivos de Católicas.

Não seria necessário uma equipe de comunicação para que Católicas chegasse a outras pessoas. O simples fato de possuir uma rede social faz com que inúmeras pessoas possam chegar até o grupo. No entanto, o fato do grupo possuir uma equipe de comunicação pressupõe que esta compõe a estratégia organizacional do grupo. Ter alguém que pensa o formato do conteúdo que vai para os diferentes meios de comunicação, como o *facebook*, o *twitter*, o *site* e o *instagram*, pessoas que estudaram sobre esse assunto, que cuidam da diferença entre essas plataformas, e traduzem o conteúdo para esses diversos campos, é uma forma de especializar a militância. Indica que a ONG tem um projeto que inclui divulgar seus discursos e concepções morais de formas específicas e planejadas. Estudadas. Em relação ao formato do grupo de multiplicador@s isso representa uma grande mudança. Quando se trata de atingir um número maior de pessoas, como acontece inevitavelmente com a internet, a linguagem acadêmica e os livros que são lidos nas reuniões de multiplicador@s perdem seu caráter persuasivo. É preciso entender, portanto como ocorre essa mudança, a transformação do conteúdo em diversos outros conteúdos, e como esse projeto de um catolicismo moderno é passado adiante.

Seguindo esse caminho, o próximo capítulo visa pensar as estratégias de algo que vou chamar de “produção de engajamento” por parte da Comunicação do grupo, e como elas estabelecem relação com inúmeros outros atores. Para além disso, tenciono mostrar que a formação de sujeitos moralmente engajados com o ativismo específico de Católicas é um projeto que vem se desenvolvendo, de forma cada vez mais ampla, principalmente por causa da comunicação do grupo.

Capítulo 2 – Ampliando a rede

“(...) Eu voltei em 2005 e aí logo teve a parada LGBT, que na época era chamada de parada gay. Foi ali que eu tive meu primeiro contato com Católicas. (...) eu tinha uma visão bem tradicional de algumas questões né, principalmente relacionadas à sexualidade. E aí em 2005 eu fui nessa parada e vi uns banners enormes de Católicas, falando das diversas formas de amor, e se não me engano também distribuíram preservativos, e eu achei aquilo fantástico²⁹.”

Esse relato foi concedido por Gisele Pereira através de uma entrevista com as coordenadoras do grupo. A preocupação com as formas de aparecer publicamente, como podemos notar, já estavam entre as estratégias da ONG naquela época. Em 2005 a ONG tinha 11 anos e grande parte de suas coordenadoras já havia ingressado na organização. A entrevista em questão, da qual retirei esse relato, realizada com as mulheres que fazem parte da coordenação do grupo, foi feita de forma coletiva, ou seja, todas ouviram as perguntas e as respostas umas das outras. O resultado disso foi que elas puderam reagir umas ao que as outras

²⁹Entrevista concedida por Gisele, coordenadora de Católicas, no dia 03/05/2018

contavam sobre suas experiências. Ouvindo ao relato acima exposto, Regina chamou atenção para o fato de que, desde a sua concepção, a ONG direcionava seus esforços para manter uma relação com as mídias e ganhar uma maior visibilidade. Naquela parada gay – que elas chamam hoje de parada LGBT –, elas investiram em mulheres com pernas de pau, cartazes, *banners*, enfim, inúmeras estratégias visuais e discursivas que visavam sair de um formato que elas julgavam não reverberar mais:

“(...) eram coisas que a gente sentia que devia acontecer. Mesmo no movimento de mulheres, o 8 de março e tudo, ainda era muito comum nos atos, alguém que subia num palanque e falava, falava, falava, não tinha intervenções urbanas, era uma linguagem muito tradicional.”

A necessidade de adequar a forma e a linguagem para determinado tipo de aparição pública, em diferentes épocas, fez com que o grupo investisse em inúmeras formas de intervenções visuais, e até mesmo na distribuição de camisinhas em 2005³⁰; e esse mesmo impulso de transformação visando a captação de interesse de um público cada vez maior e mais diverso fez com que, em 2010, 2011, o grupo investisse em profissionais especializados da área da comunicação. Isso porque, ficava cada vez mais claro, que com novas formas de mídias, era importante criar “uma linguagem diferente, acessível, ter um acesso às redes sociais, e à juventude”.

A motivação principal, ao dar esse passo, parece ser captar o interesse de um maior número de pessoas, mas em especial da juventude³¹. Olhando para o perfil do grupo que costuma aparecer quando Católicas faz um pronunciamento público, podemos perceber que é um grupo de pessoas mais velhas. Até mesmo em relação ao grupo de multiplicadoras. Em relação a equipe de comunicação, isso muda um pouco. Ela é constituída por duas pessoas jovens, não-heteronormativas, graduadas na área de Comunicação, que fazem parte ou tiveram contato com outros movimentos sociais ao longo de suas trajetórias. Essas características acima destacadas vão ao encontro de um outro projeto da ONG: o de captar a atenção de uma militância mais jovem e reciclar os velhos formatos de se fazer política³². Assim como o grupo

³⁰Por uma opção de estruturação do texto não dou maior atenção às importantes discussões sobre manifestações públicas, ou o que poderia ser chamado de reuniões em assembleia. A filósofa Judith Butler (2017) discute sobre essa temática em seu livro *Corpos em Aliança*.

³¹Esse interesse é bastante explícito em diversas situações. Para a montagem da monografia, não me aprofundei nesse campo, mas o evento denominado *Experiências Feministas no combate ao conservadorismo religioso: Diálogos intergeracionais* também foi pensado nessa chave, tentando entender como o feminismo tem mudado ao longo do tempo, e promover uma aproximação.

³²Toda a mediação entre Católicas e as mulheres que fizeram parte da campanha delas sobre hip hop feminista foi feita através da equipe de Comunicação, que já tinha os contatos dessas mulheres.

de Multiplicadoras não é composto somente por pessoas católicas ou religiosas, a equipe de comunicação também não têm essa característica.

Este capítulo tenciona demonstrar como inúmeras iniciativas da equipe de Comunicação de Católicas pelo Direito de Decidir está criando novas formas de engajamento através de novos formatos e divulgação em diversas plataformas tecnológicas³³. O recorte da análise das iniciativas focaliza, principalmente, os vídeos do grupo no *youtube*. Isso porque, no último ano, a quantidade de material lançado nessa plataforma e compartilhado em suas redes sociais teve um aumento significativo³⁴. É perceptível que o formato audiovisual foi uma aposta de Católicas, ao longo de 2018, para ser o meio de divulgação de conteúdo e criação de engajamento. Com isso, amplio uma análise que já foi feita no primeiro capítulo, trazendo, para este, a importância de se olhar para os modos específicos em que pessoas se engajam com imagens, vídeos e músicas, focando não somente na visualização do conteúdo, mas também dando atenção aos sentidos (e sensações) que estão envolvidos no processo.

2.1 Mídias e mediações

Para tanto, esclareço algumas noções que percorrerão este capítulo. Ao longo de todo ele, falo sobre mídias. Mídia, aqui, é entendida como um “meio” num sentido amplo, ou seja, me refiro a “todos os instrumentos histórica e culturalmente situados – como pinturas, esculturas, fotografias, filmes ou sites – que tornam uma imagem visível e tangível sob as condições de suas potencialidades e propriedades tecnológicas particulares” (MEYER, 2015, p.338). Essas referências estão em consonância com certa noção de imagens, que requerem um meio que assumam uma presença, como o são as fotografias e os vídeos. Esses também são os meios pelos quais as imagens podem ser compartilhadas, reproduzidas. As imagens, entendidas como uma interface entre o mental e o material, originam e otimizam a maneira como as pessoas imaginam em um mundo particular de experiência vivida. Para Belting, a fotografia é uma imagem com um meio. A distinção entre imagem e meio está enraizada na própria experiência do corpo. “As imagens da memória e a imaginação são produzidas no próprio corpo; o corpo é o meio vivo através do qual elas são experienciadas” (BELTING, 2011, p.11). A imagem requer um meio através da qual ela adquire sua forma física. “Como portadores de material, os meios

³³Muito já foi dito sobre a relação de Igrejas pentecostais com a mídia. Dentre elas, existem contundentes estudos sobre a relação da Igreja Universal do Reino de Deus e mídia, tecnologias de internet na formação de performatividades (TEIXEIRA, 2014). No que diz respeito ao grupo de Católicas parece haver certas aproximações com esse tipo de abordagem da IURD, como essa aproximação com a juventude, por exemplo.

³⁴Somente em 2018 o grupo lançou três mini-documentários, uma série, e diversos vídeos temáticos.

dão um corpo às imagens que, por sua vez, são incorporadas por, e ao mesmo tempo, formam seus observadores e moldam seus *habitus*” (MEYER, 2015, p.345). Isso, para a autora, é uma questão de poder: “imagens autorizadas que são examinadas e abordadas no contexto de práticas políticas e estéticas estabelecida são centrais para a criação e a manutenção de imaginações e imaginários compartilhados e de se tornarem precursoras de novas perspectivas, regimes visuais e modos de ser.” (Ibdem, 2015, p.345).

Para Hans Belting (2011), a imagem precisa de um “ato de animação” para que sua presença seja percebida. Isso faz com que os espectadores a olhem ou a rejeitem. Ver, para Meyer e para Belting, é um ato participativo incorporado em que o observador, através de um ato de animação, participa para tornar algo visível e presente. Ver passa pelo corpo. É por isso que a antropóloga cunha a noção de “formas sensoriais”. Formas sensoriais autorizadas, incluindo os meio imagéticos, “sintonizam e organizam a percepção de uma determinada forma, de acordo com as sensibilidades prevaletentes e com as modalidades estéticas políticas da sensação.” (MEYER, 2015, p.346) Ao trabalhar com a plataforma de vídeos no *youtube* de Católicas, darei importância a essas formas.

2.2. O canal do *youtube* de Católicas pelo Direito de Decidir.

A antropóloga Birgit Meyer, em seu texto intitulado *Picturing the invisible* (2015), aponta para alguns aspectos de sua pesquisa de campo em Gana, em relação aos filmes. A princípio, faz-se necessário contextualizar sua pesquisa, na qual ela está interessada em situações de contato de longa duração entre africanos e ocidentais baseadas no colonialismo. A escolha de uma sociedade missionária alemã da passagem entre os séculos XIX e XX e seu trabalho com os Ewe, tem a ver com entender de que formas a pregação cristã foi assimilada, transformada e desafiada. Os filmes que a autora teve conhecimento em Gana, são somente uma das inúmeras facetas desta pesquisa, mas de grande importância para suas análises. Num primeiro momento, a autora mostrou-se interessada no aspecto textual, concentrando-se nas narrativas transmitidas. Com o passar do tempo, Meyer foi percebendo que o que tinha de maior apelo nesses filmes, não eram as histórias em si, mas “o fato de oferecerem um ponto de vista que ressoava com aquilo que era oferecido pelos pregadores cristãos” (MEYER, 2015, p. 353). Nesse sentido, ela mudou a chave de análise, e passou a tentar entender como as pessoas veem as imagens. Mais do que focar no conteúdo que as pessoas gostam de assistir, foi preciso

empreender esforços em como as pessoas assistem e o que o cinema oferece a elas em termos de visão.

Seguindo a pista metodológica dessa autora, analiso nessa seção, e no primeiro movimento deste capítulo, três iniciativas de Católicas pelo Direito de Decidir enquanto produtoras de conteúdo audiovisual. A primeira, é uma *playlist* temática de hip-hop feminista, cantada por mulheres. A segunda é a produção de três minidocumentários que foram lançados em datas temáticas. E a terceira iniciativa, é o lançamento de uma série intitulada “babado laico”. Acredito que, assim como a análise dos filmes, de suas formas sensoriais, foi importante para a pesquisa de Meyer, a análise do material produzido por Católicas também o será para esta pesquisa. Contudo, ressalto que minha análise não mapeia ou acompanha o engajamento das pessoas que assistem os vídeos com eles, estarei antes atenta as estratégias específicas a esses tipos de mídia audiovisual – o que inclui forma e conteúdo – para forjar determinados tipos de afetos, sensações e ideias.

Hip-Hop feminista

“No final de 2016, artistas feministas protagonizaram uma das campanhas de maior sucesso da história de Católicas pelo Direito de Decidir³⁵”. A iniciativa produzida por Elisa Gargiulo, membro da equipe de Comunicação de Católicas pelo Direito de Decidir, e também do Nosotras³⁶, lançou vários videoclipes de artistas feministas com músicas que envolviam a temática do Estado Laico, e uma forte oposição ao fundamentalismo religioso. As artistas que participaram da campanha, Brisa de la Cordillera, Drika Ferreira, Ellen Souza, Lívia Cruz e Luana Hansen, tiveram suas músicas também lançadas em uma playlist no spotify, com o nome da campanha: Católicas na luta pelo Estado Laico e contra os fundamentalismos.

Em 21 de setembro de 2012, dia latino-caribenho pela descriminalização do aborto, Católicas havia lançado uma campanha que consistia num clipe de uma música chamada “Ventre Livre de Fato”, cantada pela MC Luana Hansen. A letra da música foi escrita pela mesma cantora em parceria com Elisa Gargiulo, que trabalha na comunicação de Católicas. Levando em conta o sucesso da música e da campanha, em 2016, Católicas iniciou um novo projeto, dessa vez, uma playlist inteira com músicas feministas. O objetivo do projeto era chamar atenção de um público diferente, um público mais jovem que estivesse engajado com

³⁵Retirado de: <http://catolicas.org.br/uncategorized/rap-feminista-spotify/>. (Acessado em: 25/12/2017)

³⁶Nosotras é uma produtora de audiovisual gerida por mulheres. Localizada em São Paulo, entregam conteúdo para internet, cinema, televisão e eventos culturais. Acesso: <http://nosotras.com.br/> em 25/12/2017.

outro tipo de movimento, transitando assim, por intersecções de gênero, raça, classe, idade. Trago a letra da música da campanha pela descriminalização do aborto, da MC Luana Hansen, por ser a que tem o maior número de visualizações e comentários.

Música: Ventre Livre de Fato – MC Luana Hansen³⁷

Nasceu mais um fruto do acaso
O mané que não quer nada, o sobrenome é Descaso
Uma gravidez indesejada mesmo com a prevenção
Não importa sua crença ou religião
Imagina, de uma forma perigosa e clandestina
Como vai fazer pra mudar a sua sina
Um direito em que vários países já é estabelecido
No Brasil, quase sempre passa despercebido
Hipocrisia, pra desconhecida é a punição
Mas se for da família é só tratar com discrição
Morre negra, morre jovem
Morre gente da favela,
Morre o povo que é carente
Que não passa na novela
28 de setembro não é só mais um
É dia de luta, não é dia comum
Direito imediato, revolução de fato
Protesto na batida, ventre livre de fato
Direito imediato, revolução de fato
Protesto na batida, ventre livre de fato
Então lutar pela legalização do aborto
É lutar pela saúde da mulher
Um milhão de abortos no Brasil por ano
Você vai me dizer que não sabia, que é engano?
A cada 7 mulheres, 1 já fez aborto, isso é estatística não é papo de louco
Inseguro, feito de uma forma clandestina
Acorda, Brasil, o nome disso é chacina.
Hipocrisia, pra desconhecida é a punição
Mas se for da família é só tratar com discrição
Morre negra, morre jovem
Morre gente da favela,
Morre o povo que é carente
Que não passa na novela
28 de setembro não é só mais um
É dia de luta não é um dia comum
Direito imediato, revolução de fato
Protesto na batida, ventre livre de fato

³⁷Retirado de: https://www.youtube.com/watch?v=UWe4d_5FQjg (Acessado em: 05/12/2018)

Ainda que não seja o principal objetivo deste capítulo, julgo necessário fazer alguns apontamentos no que se refere ao conteúdo da música. A letra da música remete a uma narrativa genérica e amplamente utilizada por movimentos sociais e órgãos especializados quando se fala sobre a interrupção de uma gravidez. Nela, temos acesso a dados concretos sobre o aborto através de uma história. Entre eles, a possibilidade de engravidar usando contraceptivos, o que seria, no caso da música, fruto do acaso. O abandono por aquele que viria a ser o pai, e a escolha pela interrupção da gravidez, ainda que de forma clandestina. Essa configura uma parte da música, que seria um relato. O segundo movimento que a música faz é apelar para o fato global de que, em vários países, o aborto já é um direito. A consequência da proibição é que morrem mulheres “negras, jovens e gente da favela”, que são as pessoas cujo procedimento de interrupção de uma gravidez é dificultado. Essa é uma narrativa muito utilizada por Católicas. É, portanto, significativo que quem cante essa música seja a Mc Luana Hansen. Luana é uma rapper, negra, vinda da periferia, e lésbica, que vive há 18 anos da sua própria música³⁸. Suas músicas tratam de sua própria realidade enquanto mulher negra e da periferia nesses espaços, envolvendo a temática do aborto, machismo, lei Maria da Penha, a morte de Marielle, entre inúmeras outras. Dessa forma, o fato de a letra colocar a questão do aborto como uma questão que afeta principalmente mulheres que vivenciaram experiências em comum com ela, passa a sensação de que há uma representatividade na pessoa que canta.

Não só a letra chama atenção, pela temática e pela reprodução de muitos dos argumentos que Católicas se utiliza cotidianamente para defender a descriminalização do aborto, como também alguns dados conseguidos pelo acesso ao *youtube*, relacionados ao *feedback* recebido. A música tem 4,5 mil visualizações, e, entre os mais de 400 comentários, a maioria vem de pessoas jovens e de alguns perfis sem foto e sem muitas informações. Há inúmeros comentários de apoio a iniciativa, mas há também vários comentários que criticam a música por um aspecto específico: a campanha é do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir. Comentários como: “*um canal com esse nome incentivando esse tipo de coisa 0.o vocês sabem quem isso não é o que o nome diz não sabem? é bom que saibam*” ou “*Satanistas pelo Direito de Matar Crianças.*”, podem ser vistos ao rolar os comentários da página. Aqui, fica claro que, muitas pessoas encaram como incongruência o fato de se definir como católica e ao mesmo tempo defender a descriminalização e a legalização do aborto. É preciso entender, então, de que formas

³⁸Tirado de: https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/25/luana-hansen-a-rapper-que-teve-coragem-de-apertar-o-play-na-musica-e-ir-adiante_a_23420155/ (Acessado em: 05/12/2018)

essas pessoas pensam o catolicismo e o feminismo, ou a própria questão do aborto, para que enquadrem o grupo de Católicas como uma contradição³⁹.

Não é possível fazer esse tipo de análise através de um comentário num vídeo postado no *youtube*, mas por enquanto, apontar a aparente contradição entre esses dois enunciados e fatores de identificação, parece proveitoso para uma análise futura. Esse vídeo nos mostra, para além do *feedback* em seus comentários, o empenho da equipe de Comunicação e de Católicas pelo Direito de Decidir em criar linguagens e formatos para angariar a atenção de públicos diferentes do que os que Católicas já tem.

A internet, em especial o canal de *youtube* de Católicas é uma das formas de ação pública do grupo. Não acredito que a internet opere da mesma forma que outros espaços “públicos”. A velocidade, o alcance e a possibilidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo faz da internet um tipo de mídia muito particular que deve ser analisada como tal. Reféns dos algoritmos, ao assistir algum vídeo relacionado com o tema do vídeo de Católicas, podemos chegar a ele. Ao mesmo tempo, também podemos chegar a outros vídeos relacionados a partir do vídeo de Católicas. De um clique para outro estamos inseridos em uma rede consolidada de ideias, argumentos, e ideologias semióticas partilhadas. Nesse sentido, essa plataforma virtual dificilmente engaja as pessoas a um só grupo, mas fornece inúmeras opções e direções dependendo do seu interesse. A capacidade para mobilização ganha uma proporção maior, a medida que os vídeos, nesse meio estão necessariamente relacionados a outros e crescem em relativa proporção. Não é por acaso, portanto, que Católicas tenha promovido uma playlist de hip hop feminista; ao fazê-lo o grupo cria e ao mesmo tempo constitui uma rede que pode ou não alcançar as pessoas que elas visam alcançar.

Não se trata de apenas ocupar um espaço com uma linguagem adequada mas sim de criar meios de envolvimento com o grupo e com pessoas, lideranças e grupos relacionados. As próximas subseções se relacionam a outros assuntos e outros grupos. Tenciono apontar, então, quais as possíveis estratégias utilizadas pela equipe de comunicação, bem como os efeitos delas em cada uma dessas situações.

³⁹A hostilidade em relação ao nome de Católicas pelo Direito de Decidir, e sua contradição com o catolicismo chegou ao seu ápice em julho de 2018, quando o Centro Dom Bosco ajuizou uma ação que pede que o grupo autodenominado “Católicas pelo Direito de Decidir”, abstenha-se de usar o nome “Católicas”, ou que a Justiça declare que o grupo não representa a Igreja Católica ou fala em nome dela. Informação retirada de <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/grupo-pro-aborto-e-processado-por-uso-do-termocatolicas-9nvdr13tu4hgj4zyezhq3oy06/>. (Acessado em 30/01/2019).

Minidocumentários temáticos

Católicas pelo Direito de Decidir começou a investir em minidocumentários principalmente a partir de 2018, período no qual elas lançaram ao menos três, envolvendo as temáticas do HIV/Aids e gênero, a ADPF 442 e a descriminalização do aborto, e também sobre a saúde da mulher. Essas iniciativas normalmente são lançadas em datas comemorativas. O dia Mundial da Luta contra o HIV/Aids, o dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher, e em um dia próximo à realização da audiência pública pela descriminalização do aborto. Nesta seção, discutirei brevemente o formato dos vídeos e os assuntos, de forma a evidenciar como Católicas e a equipe de comunicação vem construindo novas formas de divulgar suas ideias, sem deixar de se utilizar de argumentos que já foram bem estruturados em outros momentos e de outros jeitos.

Em 2 de agosto de 2018, Católicas lançou o minidocumentário chamado “Mosaico: ADPF 442 e a descriminalização do aborto no Brasil” no qual “o processo de composição de uma música sobre aborto e violência obstétrica é pano de fundo para a articulação de ideias sobre fundamentalismo religioso, saúde da mulher e arte feminista”. O roteiro e a direção são também de Elisa Gargiulo. Entre as participantes do documentário estão: Brisaflow, que compôs a música MOSAICO para o outro projeto de Católicas, do hip-hop feminista; a ginecologista Ana Lucia Cavalcante; a grafiteira, ilustradora e produtora musical Gabi Bruce; e a presidenta da organização de Católicas, Maria José Rosado Nunes.

O formato do documentário é muito parecido com o primeiro minidocumentário abordado neste capítulo, só que um caráter mais pedagógico. São depoimentos de lideranças e especialistas, que se misturam com fotos que contém um certo caráter informacional escrito na tela. Essa, por exemplo, tem uma explicação do que é uma ADPF. Com um viés informativo e um pouco pedagógico, o documentário vai mesclando cenas com esses diferentes atores, cada qual contribuindo de uma forma para a composição final. Nesse documentário, Maria José Rosado Nunes traça um paralelo entre Spinoza, para o qual liberdade é a capacidade de se autodeterminar; e a tradição católica, porque no catolicismo há dois elementos fundamentais em relação a liberdade.

“Um deles, é o recurso à própria consciência. E que indica que quando há uma decisão difícil a ser tomada, é a própria consciência que a pessoa deve recorrer. (...)”

E há outro elemento, que é chamado probabilismo, quer dizer, algo provável. Que ensina que quando há dúvida sobre uma questão, e a questão do aborto é continuamente na história da Igreja Católica, discutido, portanto há dúvida. O que deve reger a decisão e o comportamento é aquilo que der maior liberdade. Se diz, onde há dúvida, há liberdade.”⁴⁰

Essa fala de Zeca é o pilar da argumentação religiosa de Católicas pelo Direito de Decidir. Ela está sempre presente nos materiais que a ONG divulga, não só o grupo do Brasil como outros grupos da América Latina. No entanto, esse minidocumentário tem um objetivo específico de falar a um público maior, que além de ser uma luta política, a descriminalização do aborto agora (em agosto de 2018) é também uma luta jurídica. Ela conta, então, sobre os argumentos que Católicas utilizaram nessa peça.

“A penalização do aborto nos artigos 124 e 126, eles têm na verdade um fundamento religioso. O Estado Laico é aquele que não se regula pelas religiões, por nenhum princípio religioso. Mas ele não é contrário as religiões. Esses artigos eles na verdade perpetuam uma sociedade patriarcal, machista, e uma sociedade racista. Por quê? Porque a maioria das mulheres que morrem por causa ilegalidade do aborto, ou que são penalizadas, são mulheres que são pobres e negras. (...) A sociedade mudou enormemente, e as mulheres mudaram. O seu lugar na sociedade mudou. As mulheres hoje não são vistas mais como unicamente destinadas a fazer outros seres humanos, a serem mães. A própria constituição brasileira considera que a pessoa nascida com vida é que é digna da proteção do Estado. Então a defesa da vida deve ser colocada nos seus devidos parâmetros”.

Podemos ver que a defesa do Estado Laico é algo que percorre tanto uma argumentação que não é necessariamente voltada para o judiciário, como no primeiro documentário que apontei, mas que funciona como uma chave a partir da qual a arguição adquire sua legitimidade. No primeiro minidocumentário sobre o qual falei, tem uma seção intitulada “Estado laico e educação, e saúde sexual”, o que indica um certo direcionamento, da direção, do entrevistador, para essa questão. Ou seja, é como se houvesse uma linha divisória, que é a régua do Estado Laico, e de certa forma, da modernidade. Os argumentos que estão acima dela, são os argumentos que, para elas, deveriam ser levados em consideração, argumentos legítimos. Os abaixo delas, são os argumentos que “têm, na verdade, um fundamento religioso”, e que portanto não deveriam ser levados em consideração para a elaboração das leis. É por isso que Católicas sempre volta no aspecto da defesa do Estado Laico.

A argumentação, então, ganha outro aspecto, e esse aspecto, é jurídico. A constituição considera que a pessoa que nasce com vida é a pessoa digna de proteção do Estado. Isso permitiria, juridicamente, com que a vida da mulher fosse sempre priorizada em detrimento do feto. Esse argumento, um argumento calcado na Constituição, é, para elas, um argumento

⁴⁰Fala de Maria José Rosado Nunes para o mini-documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=7yifdswqfMk> (acessado em: 05/12/2018).

legítimo. Esse argumento, é também um argumento que driblaria toda a discussão filosófica, religiosa e também das ciências biomédicas sobre qual o começo da vida. Essas discussões serão trabalhadas no terceiro capítulo, mas destaco que, esse documentário faz dois movimentos importantes para o pensamento de Católicas. O primeiro deles, fala tanto para aqueles de dentro da Igreja, e que não encontram insumos dentro dos escritos sagrados para defender a descriminalização do aborto e ainda assim ser católico; como para aqueles que as denunciam como “não católicas” por causa disso. Esse movimento, faz referência à própria tradição católica. O segundo movimento, trata de construir uma argumentação moderna e legítima pautada pelo Estado Laico que embasa toda a peça de *amicus curiae* da ONG, como foi mostrado também no capítulo 1.

No dia 21 de dezembro de 2018, Católicas lançou, em comemoração ao Dia Mundial da Luta contra a Aids (1º de dezembro), um minidocumentário intitulado “PositHIVas – Mulheres, HIV e resistência”⁴¹. O trabalho tinha como objetivo “trazer questões de gênero ao debate do HIV/Aids, reforçando a luta pela garantia das políticas de Aids no Brasil e pelo fortalecimento do SUS”, segundo a descrição do vídeo do *youtube*. Ainda que seja uma campanha relativamente recente, que completou um mês há pouco tempo, o vídeo foi pouco visualizado, apesar de amplamente divulgado nas redes de Católicas pelo Direito de Decidir. O minidocumentário conta com a participação de Rafaela Queiroz, do Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas, e Cristina Santos, do Programa Municipal de DST/Aids da Secretaria Municipal de Saúde – SP. Dividido em três seções “gênero e políticas públicas”, “estado laico, educação e saúde sexual”, e “SUS e resistência”, o documentário esclarece pontos importantes na luta contra a estigmatização de pessoas soropositivas, bem como oferece informações importantes que fomentam a luta dessas mulheres. Entre elas, as diferenças de gênero no acesso à saúde e políticas públicas.

Uma das pautas da primeira seção, é o estigma que a sorologia traz para as mulheres, no sentido de que é comum pensar que, uma vez detectado, a mulher não poderá voltar a ter relação sexual, ou não poderá ter o direito de engravidar. Cristina chamou a atenção para o fato de que mulheres chegam às unidades de saúde, muito impulsionadas a fazer os exames de rotina como

⁴¹Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=QGSybZWpFDg> (Acessado em 21/12/2018)

o papanicolau, por exemplo. O grande problema é que a essas mulheres, em especial adolescentes, é muito pouco ofertado, nos postos de saúde, os exames de detecção de HIV/Aids ou sífilis. O documentário faz também um recorte de raça, trazendo informações do IBGE sobre a mortalidade de mulheres pretas e pardas por Aids. “São mulheres que estão em extremos das cidades, nos bolsões da pobreza”, segundo Cristina, que podem ou ter um acesso tardio aos veículos de saúde, ou também não aderir ao tratamento.

A questão da falta de adesão dos preservativos femininos também surge como um fator determinante para esse desequilíbrio entre homens e mulheres. Cristina apontou a dificuldade do manuseio, o não-entendimento sobre como coloca o preservativo, e quais suas vantagens. Rafaela, sobre isso, comentou que mulheres bissexuais e lésbicas não tem insumos para a prevenção, já camisinha seria pensada somente no falo, dificultando o processo de prevenção, os métodos, etc. Mulheres lésbicas, segundo estudos apontados por Rafaela, também são as pessoas que procuram menos os postos de saúde. “Os ginecologistas não estão preparados para lidar com essas mulheres, pois não tem conhecimento sobre suas experiências, não sabem que tipo de exame pedir, entre outras dificuldades da vivência dessas mulheres”, afirmou.

Na segunda seção, frisa-se a especificidade de ser uma mulher com HIV, Aids, no sentido de que, por conta dos remédios, as mulheres estão mais vulneráveis a contrair outros tipos de infecção, como infecção urinária. Então o acompanhamento com o profissional da área de saúde é sempre necessário, mas nem todas tem acesso a ele. A questão do abandono e da agressão de mulheres que recebem o diagnóstico de HIV e Aids também é pautado por pesquisas, e reforçado por Cristina no documentário. Na última seção do documentário é pedido para que as entrevistadas relacionem o Estado laico ao tema do HIV/Aids. Para Rafaela, é necessário levar as vivências de mulheres para dentro das religiões, e mostrar que é possível que a pessoa tenha HIV e também sua fé, sua religião para que ela consiga viver bem. Para Cristina, é o Estado laico que garante o direito. Há muita dificuldade de se levar essa discussão na rede de educação. Colocar os insumos de prevenção, discussão de gênero, saúde sexual e reprodutiva. Ela afirma que tem que estar no currículo e não só na matéria de biologia, mas passar por todas as matérias. Contudo, essa foi a seção em que as entrevistadas falaram menos sobre o assunto pedido, numa tentativa de enquadrar o assunto nesse viés. Não houve um detalhamento sobre a questão por parte de nenhuma das expositoras. Isso demonstra que Católicas também tem essa preocupação de instigar comentários a respeito dos pontos que elas consideram importantes para seus propósitos políticos.

O que interessa, nesse minidocumentário, é entender a forma que ele foi montado para poder ter uma dimensão do que a direção almejava quando o pensou. O primeiro ponto, é que o documentário, ainda que certamente dirigido pela equipe de Comunicação, tem um interessante jogo no qual o espectador só consegue supor as perguntas da pessoa que os entrevista, com base nas respostas que dão uma linha lógica e argumentativa para o documentário. Da mesma forma, a separação por seções também direciona e nos aciona uma bagagem prévia sobre aquilo que julgamos estar (ou não) enquadrado dentro dos assuntos abordados pelas seções. Há ainda essa dupla presença de relatos de mulheres da militância e também especialistas na área. Em certo momento do vídeo, Rafaela conta como foi crescer com HIV e como foi contar para outras pessoas que era soropositiva. A estrutura do relato, com experiências pessoais, em contraposição a opinião de especialistas, que oferecem dados a respeito, e uma opinião mais global sobre o assunto, remete também à estrutura textual que encontramos na letra de “Ventre Livre de Fato”, mas aqui, em vez de uma história genérica, você se engaja com a experiência pessoal de quem relata. É um tipo de engajamento e de intensidade diferentes. Ao mesmo tempo, se, por um lado, a música tornava possível a identificação com quem canta, o minidocumentário torna possível uma identificação com quem faz seu relato pessoal.

Seguindo a linha de minidocumentários temáticos, no dia Internacional de Luta pela Saúde da mulher, 28 de maio de 2018, Católicas lançou um minidocumentário que contou com a participação do ginecologista Jefferson Drezett e da coordenadora da ONG, Rosângela Talib para falar sobre os impactos do fundamentalismo religioso na saúde das mulheres. O vídeo também conta com a história de Rebeca Mendes, que em 2017, teve uma gravidez indesejada e optou por não prosseguir com a gravidez. Ao ter o pedido judicial de aborto negado pelo Supremo Tribunal Federal, a jovem conseguiu realizar a interrupção da gravidez somente na Colômbia, que permite o aborto em determinadas situações, desde 2006. Novamente, uma estrutura que mescla relatos pessoais, narrativas sobre histórias de pessoas reais, com a opinião de especialistas sobre o assunto.

O ginecologista Jefferson Drezett, frisou que o aborto não é um bem que a sociedade deve julgar se é contra ou a favor, e que para a mulher que interrompe a gravidez é sempre uma

experiência difícil. “A questão é perguntar para a sociedade brasileira se o aborto resolve a questão⁴²”, diz. Para ele, o congresso brasileiro conta ainda com uma bancada fundamentalmente religiosa,

“dona de uma verdade absoluta sobre o processo de vida e o processo de escolha das mulheres desse país, que chantageia e pressiona o executivo brasileiro a não avançar em absolutamente nada na assistência dessas mulheres no país, inclusive na assistência dessas mulheres em relação aos casos que já estão previstos por lei. Como ‘e absolutamente comum que o Estado brasileiro se coloque de joelhos a frente dessa bancada, sedendo a todo e qualquer capricho a toda e qualquer ameaça que essa bancada faz.”⁴³”

Drezett também falou da importância de Católicas como exemplo de que é possível conciliar a religião, a espiritualidade, com questões das mulheres, como a interrupção de uma gestação. É interessante, no entanto, que o médico ginecologista cumpra um papel menos de especialista, do que de alguém que oferece uma opinião sobre o porquê do aborto não ser legalizado no país, evocando um Congresso religioso e conservador. Espera-se, normalmente, de um especialista, que ele fale sobre um saber que ele possui enquanto especialista, mas mostra-se cada vez mais evidente, que o especialista adquire um grau de legitimação, por ser o que é, um médico ginecologista, que ele não precisa nem mesmo falar sobre o assunto de sua especialidade para que tenha o efeito desejado sobre o documentário. Ao contrário, parece que a direção, e a montagem do minidocumentário incitam o médico a dar esse tipo de opinião sobre o assunto.

Rebeca então, contou sobre sua experiência na tentativa de interromper a gravidez. Mesmo com a ajuda do instituto Anis, e em particular da antropóloga Debora Diniz, o STF nem julgou a proposta, não foi apreciado mérito, o que deixou a jovem estudante e mãe de dois filhos com poucas opções. Ela então partiu para a Colômbia e realizou o aborto lá. A jovem falou que a exposição de seu caso não a incomoda. Que não se arrepende de ter feito o procedimento e espera que sua história ajude mulheres que passam pela mesma situação. Para ela, a fé que uma pessoa tem, pode exercer influência unicamente sobre essa pessoa, e não sobre toda a sociedade.

Tanto Rebeca quanto Drezett chamaram a atenção, no documentário, para a necessidade de pensar sobre as eleições de 2018, e sobre as pessoas que serão eleitas no Congresso, para que essas pautas não sejam sempre barradas. Por fim, Rosângela, coordenadora da ONG, destacou que é preciso dos dois movimentos. A descriminalização do aborto para que nenhuma

⁴²Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=IOgizSTeKro> (Acessado em 29/10/2018).

⁴³Retirado do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=IOgizSTeKro> (Acessado em: 28/10/2018).

mulher seja presa por realizá-lo; e a legalização, para que o Estado garanta o atendimento dessas mulheres de maneira adequada, garantindo suas vidas e visando sua saúde.

Nos parágrafos que se seguem, pretendo fazer alguns apontamentos sobre a forma e o conteúdo desses materiais. Tanto o “Posithivas” quanto o da “ADPF 442 e a descriminalização do aborto no Brasil”, como também o do dia internacional da luta pela saúde da mulher tinham um formato parecido. Isso quer dizer que, traziam pessoas que se relacionavam com o tema de alguma forma, mas se ancoravam sempre na figura de um especialista. Isso não é trivial. Ao falar das questões de HIV/Aids e políticas públicas, os roteiristas do documentário julgaram de extrema importância conversar com um membro do Programa Municipal de DST/Aids da Secretaria Municipal de Saúde – SP. Ao falar sobre a luta pela saúde da mulher, mais uma vez a questão do aborto foi pautada por um médico ginecologista. A colocação dos especialistas é algo comum em documentários, que tem por característica intrínseca, um “maior compromisso com a realidade”, mas o que esses especialistas fazem, nesses mini-documentários, é estabelecer uma área que seria considerada legítima para tratar cada questão. Se é a saúde da mulher, então um ginecologista é o especialista responsável. Se é políticas públicas, então uma pessoa que trabalha na Secretaria Municipal de Saúde é o mais indicado. Assim, é requerida uma separação e uma hierarquização entre discursos que seriam mais legítimos do que outros. Como vimos acima, o especialista não precisa necessariamente, compartilhar um saber específico que ele, enquanto especialista possui. O fato de ele ser um especialista já garante em si a legitimidade de sua fala e os efeitos que se quer obter através do documentário.

Quando nos debruçamos sobre uma literatura específica sobre documentários ou de forma mais ampla, cinema não-ficcional vemos que existem diversas correntes. Algumas se recusam a colocá-lo como um gênero, sempre focando na linha tênue entre filmes de ficção e documentário, e algumas afirmando que existem características específicas deste último, e que estas devem ser levadas em consideração para uma análise que se pretende séria. Segundo Fernão Pessoa Ramos em seu artigo intitulado *O que é documentário* (2001), existem características do cinema não ficcional que o tornaria particular. Para este autor, a imagem não ficcional, disposta ou não em narrativa documentária, tem como paradigma uma intensidade própria, e nisto singulariza-se (RAMOS, 2001). Não há comoção social igual quando a forma

narrativa é uma descrição oral ou escrita de testemunhas oculares de determinado assunto, por exemplo. A imagem não ficcional, é para este autor, o que garante uma intensidade própria ao documentário. O autor então passa a explicar as particularidades de sua conformação através de suas características de imagem e som: maquínicos e advindos da mediação da câmera.

Na linguagem do cinema, essa configuração particular tem um nome: tomada. A tomada é um “conjunto de ações ou situações que cercam e dão forma ao momento que a câmera capta o que lhe é exterior”(Ibdem, p.8). A presença da câmera e do sujeito, ainda que como mediadores de uma imagem não ficcional, é o que permite a composição da intensidade das imagens, já que o cinema não ficcional é voltado para o instante da tomada, para o transcorrer da duração da tomada e para a maneira própria que este transcorrer tem de se constituir um presente, que se sucede na forma de acontecer. Para além da tomada, que é para o autor aquilo que torna o cinema não ficcional particular, tem a montagem, que é realizado a partir das tomadas. Nesse tipo de cinema a montagem fica à mercê das tomadas. Nesse ponto permito-me extrapolar a literatura especializada, e evocar o antropólogo James Clifford, em seu texto sobre *A autoridade etnográfica* (2016) de forma a pensar esses dois tipos de mídia (o texto e o documentário), paralelamente.

É possível fazer um exercício imaginativo, estabelecer comparações estratégicas, no que se refere às mediações. No caso do cinema não-ficcional, Ramos parece apontar para a captação da tomada, do sujeito-câmera, como aquilo que garante a intensidade particular ao documentário. Isso também depende de um conhecimento prévio por parte do espectador, do que é uma narrativa não ficcional. O documentário é feito através dessas tomadas, e essas tomadas são sempre em tempo presente. No caso de uma etnografia, segundo Clifford, podemos pensar que ela está, do começo ao fim, imersa na escrita. A escrita estaria para a câmera, bem como o antropólogo estaria para o sujeito-câmera. A escrita inclui uma tradução da experiência para a forma textual. Esse processo de tradução, porém, é inteiramente complicado tanto pela ação de subjetividades, quanto constrangimentos políticos, e dessa forma, a estratégia específica da escrita etnográfica é encenar uma autoridade – a autoridade etnográfica.

Ao falar sobre *Os argonautas* de Malinowski, Clifford afirma que este estava muito preocupado com o problema retórico de convencer seus leitores de que os fatos que estava colocando diante deles foram adquiridos objetivamente, e não frutos de uma subjetividade. Ao analisar os artifícios literários escolhidos pelo autor para que tal objetivo fosse alcançado, o de autoridade e objetividade, um dos artifícios mais sobressalientes foi o uso da voz ativa no

“presente etnográfico”, a utilização de 66 ilustrações fotográficas, a descrição impessoal do comportamento típico, etc. Todas essas estratégias narrativas, mostram o quanto o texto etnográfico é em si uma “montagem” estilística. Esse texto, final, produz no leitor um tipo de experiência, e essa experiência tem efeitos bastante específicos.

O mesmo acontece com a narrativa documentária. Ainda que não considere, como Ramos, o documentário como um gênero de cinema não-ficcional, acredito que ele tenha características específicas que o aproxime da estilística das etnografias modernas. A ausência de um narrador, a ausência do diretor, do entrevistador no presente etnográfico como alguém que interfere na narrativa; a apreensão de uma realidade em sua totalidade, a necessidade de depoimentos; a colagem de depoimentos enquanto relatos, e de fontes especialistas no assunto, enfim. Clifford afirma que o texto etnográfico é uma ficção no sentido de que “é algo feito ou modelado”, mas também com efeitos de criação de uma realidade, ou a criação de uma totalidade. E é isso que os documentários aqui, fazem, de certa forma.

Série babado laico

No dia 28 de junho de 2018, o canal de Católicas no *youtube* iniciou uma série intitulada #babadolaico⁴⁴ em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho LGBT. O primeiro episódio tematizava “uma conversa sobre religião e diversidade sexual”, com a ialorixá Cláudia Rosa, lésbica e candomblecista, com Murilo Araújo, criador do canal “mundo pequeno”, gay cristã e militante, e também com Thiago Rosa, integrante do coletivo “Espiritismo e direitos humanos”, apresentador do programa “Mutirão” na Rádio Boa Nova. O episódio segue uma ordem de entrevistas de pessoas contando sobre suas impressões, sobre suas opiniões, experiências e fé. No decorrer do episódio, tocam algumas músicas, que, em sua maioria, são aquelas da *playlist* de hip-hop feminista que Católicas lançou. É interessante começar a notar esse movimento de que essas músicas aparecem em vários outros vídeos. No minidocumentário sobre a ADPF, a brisaflo também aparece, bem como a música que ela canta, Mosaico. Nessa, a música que é tocada é “Notícias do Brasil”, de Ellen Souza.

Todos eles relataram sobre essa experiência de ter uma sexualidade e ao mesmo tempo ter sua própria fé. No caso de Thiago, que é espírita, ele contou como crescer num ambiente espírita e participar de grupos de jovens foi fundamental para ele descobrir inúmeros aspectos sobre si, dos quais a sexualidade era só mais um. No entanto, reiterou que o espiritismo é muito

⁴⁴Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=-2M132NWgHg&t=60s> (acessado em: 05/12/2018).

alheio a essas questões, de forma que não se pode questionar nomes fortes dentro desta tradição. Já Murilo teve uma experiência diferente com sua religiosidade. Frisou que a discussão deve passar pela laicidade do Estado porque setores religiosos específicos não podem regular a vida das pessoas LGBT, “que não representam nem a totalidade de suas religiões, que dirá a totalidade do pensamento da sociedade brasileira”. Também afirmou considerar importante promover o debate sobre direitos humanos e direitos sociais dentro da Igreja para que esse espaço seja um espaço de promoção da diversidade, dos direitos humanos e de uma sociedade mais justa. Cláudia afirmou que não encontra contradições, ou dificuldades entre sua sexualidade e sua fé, porém as dificuldades que enfrenta são de outra ordem: a do preconceito religioso. Apesar de respeitada ao redor do bairro, contou que a filha dela já sofreu agressões de evangélicos, e que ao chamar a polícia, teve que explicar coisas básicas de sua religião para que fosse justificável tê-los chamado.

O episódio, nesse sentido, tenta trazer a questão da sexualidade para dentro de religiões diferentes, fazendo com que se debata as possibilidades, as dificuldades, as contradições ou as não-contradições. Algo que foi comentado tanto por Thiago quanto por Murilo, mas que foi mais elaborado na fala de Murilo, diz respeito a não-homogeneidade das tradições religiosas, a impossibilidade de haver uma opinião totalizante dentro das religiões. Para Murilo isso é bastante explícito, para Thiago, ele parece encontrar dificuldade para se colocar frente a um pensamento mais tradicional do espiritismo. No entanto, a própria existência dele, e a forma como ele pensa suas questões de fé e sexualidade, já é prova cabal de que não há uma totalidade. Esse movimento é interessante, na medida em que novamente remete ao *Café com Luta* explicitado no capítulo 1, em que a advogada do grupo de Católicas, retratou os evangélicos como um bloco uno e conservador. Ao fazer essa série, e ao começar por um vídeo que trata de fé e sexualidade, a ONG vai em uma direção oposta à da advogada, ao evidenciar esses “contramovimentos” dentro das religiões. Tratar essas pessoas não como exceções, mas como sujeitos políticos que reivindicam sua fé e sua sexualidade também é algo que legitima a existência de Católicas enquanto tal.

O nome da série, em si, já evoca o Estado Laico. Algo que vêm sendo apontado com uma enorme frequência ao longo desta monografia. Em algumas falas, foi mais explícito o que se entendia por Estado Laico, em outras menos explícito, mas já pudemos notar algumas variações, entre pessoas que concordariam sobre uma enormidade de coisas, sobre o que é o Estado Laico, e para que/quem ele é importa. Em relação à série, é interessante que ela segue

um formato parecido com os documentários, mas apenas com relatos dessas pessoas. É como se o objetivo da série fosse dar voz a quem vive determinado tipo de situação.

Nesta primeira seção, vimos como o material audiovisual produzido pela equipe de Católicas pelo Direito de Decidir, visa afetar novos públicos, em particular, pessoas mais jovens. Esse movimento em direção ao *youtube* pode ter diversos motivos. Seja pela forte influência que *youtubers* tem sobre crianças e adolescentes, seja por aspectos próprios como indicações de vídeos com base no que você assiste, número de visualizações, entre diversos outros aspectos. Essa guinada em direção ao *youtube* é importante na medida em que nos oferece uma ampliação no que o primeiro capítulo tratou. Se no primeiro capítulo estive interessada na construção de sujeitos políticos baseado em toda uma agenda de atividades específicas, bem como de relações cotidianas, neste capítulo isso se dá de outra forma. Através do *youtube* vemos projetos de engajamento, projetos de captação de interesse, e também um conteúdo que tem por objetivo a formação também de sujeitos específicos, mas que é, nele mesmo, adaptado a uma linguagem específica.

A antropóloga Lila Abu-Lughod (2005), nos mostra, como o melodrama egípcio, que passa nas televisões abertas, tenta criar, através de um moralismo sem remorso – aparente nas tramas e enredos –, e de uma emotividade, um afeto localizado na vida cotidiana (mais especificamente nas relações de gênero), uma “sensibilidade moderna”. Ao mesmo tempo, ela nos mostra como essa sensibilidade moderna se constrói em uma sociedade específica, adquirindo características próprias. No que tange às Católicas, não é como se elas estivessem necessariamente tentando criar uma sensibilidade moderna, mas uma configuração específica do moderno, algo sobre o qual falei amplamente no primeiro capítulo. Através dos documentários, das músicas, e das séries, além de criar engajamento, Católicas está argumentando, e efetivamente construindo, uma moral específica que é feminista, moderna, laica, e nem por isso deixa de ser cristã. Ao fazê-lo, no entanto, o grupo está constantemente reafirmando uma noção bastante normativa de modernidade, de secularismo, de laicidade. Não somente o conteúdo dos vídeos reafirma essas noções normativas, como a própria forma que eles adquirem. Ainda que o cinema, e o conteúdo audiovisual sejam meios modernos de divulgação de conteúdo, o investimento em três documentários, lançando mão de todas essas

estratégias narrativas que visam garantir uma autoridade e uma totalidade argumentativa, também casam com essa noção de modernidade a qual falamos detalhadamente no primeiro capítulo, e a qual Católicas aspira.

Esse diálogo também reverbera no que Jacqueline Moraes Teixeira (2014, 2015) mostra em seus textos sobre as estratégias de criação de performatividades de gênero específicas através de tecnologias de si alinhadas a modos de *se fazer ver e fazer falar*. Ao falar do desafio presente no projeto Godllywood, a autora frisa a importância de dispositivos mediáticos em processos de subjetivação que acabam por simultaneamente moldar o engajamento dos corpos, dos discursos, das formas de agir das mulheres iurdianas. Toda essa configuração específica da IURD, pautada na teologia da prosperidade, conforma um enquadramento em que a possibilidade de realização de um aborto, apoiada por parceiros e familiares, torna-se não somente inteligível, como desejável. Jacqueline traz o jornal *Folha Universal* – que configura o jornal mais lido entre os fiéis da IURD – como um importante meio no qual essas ideias ficam evidentes ao trazer informações positivas sobre aspectos financeiros de casais que optam por não ter filhos. Na reportagem, a mulher é citada como alguém que deve ajudar a família a alcançar o êxito profissional. “O modelo familiar sem filhos facilitaria a dedicação profissional da mulher, bem como seu apoio incondicional ao marido, aos objetivos e à carreira profissional dele” (TEIREIXA, 2015, p.213). Ainda que se trate de modos de *fazer ver e fazer falar* diferentes dos que estão em questão quando falamos do grupo de Católicas, essa é uma abordagem que também torna a realização de um aborto inteligível dentro de tradições cristãs.

Para além disso, algo que deve ser destacado, observando as iniciativas, é o forte diálogo que Católicas estabelece com outras organizações, lideranças e comunidades. Vemos o diálogo com movimentos de luta pelo direito de pessoas com HIV/Aids, vemos o diálogo com pessoas do movimento LGBT, com a comunidade médica, com ativistas religiosos de outras religiões, entre outros. Os minidocumentários, roteirizados e dirigidos pela equipe de comunicação, ainda que forneçam um enquadramento específico – que é aquele expõe os argumentos que aproximam os grupos – ao mesmo tempo que visibilizam essa aproximação também estabelecem e constroem certos tipos de aliança. No momento em que grupos distintos compartilham um tipo de argumento, ou visibilizam os argumentos uns dos outros, uma relação de aliança é estabelecida, bem como um universo de ideias e ideais, compartilhados. A forma algorítmica sob as quais os vídeos do youtube funcionam também auxiliaria na multiplicação dessa rede, o que também configura um projeto bastante expansivo.

Ao final deste capítulo, duas principais ideias precisam estar reunidas, e que são a chave a partir das quais Católicas persiste enquanto grupo: a produção de engajamento, e a multiplicação de suas redes. A equipe de Comunicação, enquanto grupo especializado, produz uma grande variedade de conteúdo que visa produzir engajamento bem como divulgar e instituir uma narrativa que se quer legítima, e de autoridade sobre temáticas como gênero, saúde da mulher, saúde pública, religião, fé, sexualidade, direitos humanos, entre outros assuntos que são caros ao que a ONG defende. Elas o fazem através de inúmeros recursos. A promoção de uma religiosidade secularizada, moderna, e feminista, é também uma das chaves pela qual a ONG opera através desses vídeos. Nesse sentido, os vídeos são um projeto de engajamento. Ao mesmo tempo, todos esses vídeos evidenciam um universo de maneiras de experimentar o mundo, e também de visões de mundo, que convergem em certos sentidos. Ao convidar especialistas, líderes de movimentos sociais, líderes religiosos de outros lugares para fazer parte desses vídeo-projetos, Católicas estabelece uma relação de aliança. Parto desses vídeos para mostrar como o grupo está inserido em uma rede de alianças, com esses outros movimentos.

No capítulo que se segue faço um movimento inverso. Em vez de olhar para as formas pelas quais o grupo de Católicas está produzindo esse engajamento ao mesmo tempo que criando formas de olhar para determinados tipos de assunto, privilegio uma análise de assuntos e coisas com as quais o grupo está engajado. Como é um tema demasiado variado e o grupo é grande e complexo em si mesmo, optei por um recorte que focaliza os objetos expostos na sala da sede da ONG. Considero que o ato de expor é em si algo substancialmente importante. Nesse sentido, parto dos objetos que elas decidiram expor em sua sede e com base em uma metodologia que privilegia o olhar para as coisas e para os objetos, tenciono mostrar como essas coisas podem nos levar a descobertas antes não imaginadas. Esse movimento é uma das formas que esta monografia encontrou de seguir multiplicando as redes do grupo.

Capítulo 3 – Objetos em rede: Os objetos expostos na sede de Católicas e suas relações

(...) e assim que eu me levantava Deus estava do meu lado em cima do criado-mudo, e era um deus que eu podia pegar com as mãos e que eu punha no pescoço e me enchia o peito e eu menino entrava na igreja feito balão. (Lavoura Arcaica, Raduan Nassar)

No capítulo anterior, preocupe-me com as formas de produção de engajamento através de materiais audiovisuais produzidos pela ONG. Foi demonstrado a importância da equipe de Comunicação para o grupo e as estratégias de produção de identificação que visam angariar não somente uma atenção nova em relação ao grupo, como também produzir um tipo específico de ativismo como efeito desse material. É esse um ativismo pela legalização do aborto, pelo Estado

laico, de mulheres feministas modernas, e que podem ou não ser católicas – já que vimos que ter uma pertença religiosa não é um pré-requisito para participar do grupo, mas o fato de tê-la não configura de forma alguma uma contradição nos termos em que o grupo se propõe. Neste capítulo, tenciono fazer um movimento diferente. Pretendo partir daquilo que “as engajam”, ou seja, daquilo com o que elas se identificam. Como existe uma gama grande de assuntos e coisas que as engajam enquanto grupo, tive de restringir a um lugar e a uma metodologia específica que privilegia os objetos encontrados em campo (LATOUR, 2005; MEYER, 2012, APPADURAI, 2008), mais especificamente, os objetos encontrados na própria sede da ONG.

Interesso-me não só nos objetos expostos da forma que os encontrei, mas principalmente no que eles “fazem” ao circular por diferentes âmbitos. Ao longo de todo este capítulo pretendo evidenciar algumas redes as quais Católicas se inserem, e, por questões metodológicas desdobrá-las. Este capítulo, mais do que mostrar alianças entre grupos acaba por multiplicar redes, relações e agenciamentos. Contudo, não posso fazer isso sem também evidenciar uma rede de alianças entre organizações de mulheres latinas. Ao perguntar o que faz destes objetos ícones de identificação de uma organização, foi possível estabelecer uma série de relações e discussões antes impensadas.

Como detalhei no primeiro capítulo, a sede da ONG de Católicas pelo Direito de Decidir é uma casa simples numa rua sem saída que fica em frente a Basílica de Nossa Senhora do Carmo. É uma casa projetada para ser residencial, e precisamente por isso, tem vários ambientes dentro dela. Apesar disso, a casa foi replanejada pelas pessoas que passaram a conviver ali, as salas viraram salas de reunião e trabalho, e de acolhimento para outras pessoas, os quartos tornaram-se escritórios, e bibliotecas. A casa é a sede da ONG hoje em dia e, por causa disso, me atentarei a objetos específicos que encontrei em suas estantes quando visitei-a pela primeira vez: um crucifixo de madeira que retrata uma mulher grávida e nua em uma cruz feita por vassouras; e um conjunto de fantoches, um padre e uma freira. Parto desses objetos porque acredito que, expostos na sala de reuniões, daquela forma, eles configuram objetos de identificação ou importância relevante para o grupo enquanto organização.

Tal como aparece nos dicionários, expor tem alguns sentidos: colocar-se à vista, ou em evidência; deixar ou ficar descoberto; tornar conhecido, revelar; tornar inteligível,

compreensível; pôr a disposição, apresentar; pôr em exposição, tornar visível a todos; sujeitar-se à ação de; sujeitar-se a danos, constrangimentos; correr riscos, aventurar-se; deixar desprotegido. Expor é simultaneamente tudo isso, e é por isso que, expostos na sala de reuniões, daquela forma, esses objetos interagem com outros, com discursos, e configuram um enquadramento bastante particular que analisarei enquanto particularidade mas que, como a filósofa Judith Butler (2016) já nos alertava, sempre escapa. Atentar-me-ei, então, aos processos de circulação dessas imagens, precisamente naquilo que escapa ao contexto que enquadra o acontecimento. Um enquadramento, para a filósofa, rompe consigo mesmo quando se move através do espaço e do tempo, e isso necessariamente requer que determinado enquadramento em circulação rompa com o contexto no qual é formado se quiser chegar a outro lugar.

Nesse sentido, para pensar o crucifixo e os fantoches em circulação, utilizo-me de uma metodologia que privilegia os objetos encontrados em campo entendendo que esses objetos não apenas representam a ONG, mas estabelecem e produzem relações. Uma noção que se faz presente no decorrer desta seção, é a noção de símbolo. O símbolo pode aparecer como significado, ou representação, e me interessa na medida em que os atores que analiso o mobilizam dessa forma. No entanto, minha concepção de símbolo é sempre entre aspas. Inspirada pelo antropólogo Emerson Giumbelli (2014), procuro determinar quais são os significados assumidos e construídos pelos diversos enunciados que intervêm nas situações descritas. Contudo, “essa determinação é ainda um passo em um projeto mais amplo, que consiste em tratar os objetos em jogo como agentes no quadro de disputas de que participam.” (GIUMBELLI, 2014, p.13). Ou seja, o movimento que faço aqui, é semelhante ao que Giumbelli faz em suas análises sobre símbolos religiosos em controvérsias. Antes de valorar os símbolos pelo que eles significam, considero-os importantes pelo que eles fazem.

Ao final, focalizo uma situação em particular na qual esses mesmos objetos aparecem intencionalmente reunidos no enquadramento visual de uma reportagem do UNIVERSA, em que a ONG e outros grupos religiosos foram chamados para falar sobre Aborto e Religião. O que o deslocamento dessas imagens em diferentes tempos e espaços nos diz, e o que produz?

3.1. O crucifixo e sua trajetória

Logo na primeira vez que entrei na sede da ONG para o evento *Café com Luta*, esse crucifixo me chamou atenção⁴⁵. Em meio às estantes repletas de livros, estava ela. Uma mulher grávida, nua e crucificada entre vassouras (imagem 1⁴⁶) – exposta. Nessa ocasião, observei-a apenas. Quando voltei para uma reunião de multiplicador@s perguntei sobre tal objeto. Contaram-me que ele havia sido um presente de uma associação de mulheres da América Latina, mas pouco me foi dito para além dessa informação. Não souberam me dizer qual organização de mulheres e tampouco a história que o crucifixo carregava consigo. Contaram-me também, suas impressões sobre ele. Para Regina, a retratação de uma mulher tal qual Jesus na cruz, simbolizava o sofrimento das mulheres grávidas, e as vassouras remetiam a ideia de bruxaria. Maria Aparecida, ou Paró, disse estar no inconsciente coletivo que a vida do cristão deve ser tal qual Cristo na cruz, quanto maior o sofrimento, maior a piedade e veneração. Ambas atentaram-se ao significado, ao símbolo, à representação da imagem.



Figura 1: Crucifixo encontrado na sede da ONG

⁴⁵Destaco que a questão do crucifixo foi objeto de um artigo já publicado. Escolhi reproduzir alguns argumentos e acrescentar outros nesta monografia por acreditar que grande parte da força argumentativa deste capítulo está nele. O artigo pode ser visto aqui: <https://journals.openedition.org/pontourbe/5671>.

⁴⁶Imagem fotografada pela autora

Levando em conta a falta de informações sobre o crucifixo, pensar a vida social desse objeto, assim como aconselha o antropólogo Arjun Appadurai (2008), pareceu um bom caminho para que elementos novos pudessem ser descobertos, por isso, busquei, em uma rápida pesquisa, imagens semelhantes àquela encontrada na sede da ONG. A pesquisa realizada, levou à informação de que, no dia 1 de dezembro de 2006, no dia Internacional da AIDS, foi inaugurado, em frente a Catedral de Copenhague uma escultura intitulada *In the name of God* (Imagem 2⁴⁷). Essa escultura de bronze consistia em uma adolescente grávida, nua, e crucificada. O artista responsável pela obra, Jens Galschiot, em seu artigo intitulado *Em memória das vítimas do Fundamentalismo Cristão* (2007) revelou que a intenção, naquele momento, era chamar atenção para as vítimas de políticas encabeçadas por fundamentalistas religiosos e conservadores que, em alguns países, tiveram como consequência o aumento drástico dos casos de infecção pelo vírus, bem como na gravidez de adolescentes. O projeto do artista, consistia, então, em fazer essa imagem circular entre os países mais atingidos por essas questões.

⁴⁷Retirado de: <http://www.galschiot.com/in-the-name-of-god/> (Acessado em: 26/02/2018).



Figura 2: In the name of God em frente a Catedral de Copenhagen

O autor se antecipou quanto a possíveis acusações de iconoclastia e blasfêmia, e em seu artigo fez questão de se justificar. Para ele, traçar um paralelo de Jesus sofrendo na cruz com mulheres sofrendo em nossos tempos é promover uma interpretação moderna da compaixão de Jesus.

Seu sofrimento e sua morte na cruz foi uma expressão de infinita compaixão e solidariedade com a humanidade. Ele mesmo faz uma conexão com o sofrimento do povo através de sua própria declaração “Eu digo para vocês, qualquer coisa que vocês fizerem por um destes meus irmãos, você fez por mim.”(Mateus 25:40). Essa citação nos estimula a levar Jesus a sério no contexto da modernidade. Isso é exatamente o que a escultura faz como um símbolo vivo, expressando compaixão por aqueles que estão sofrendo. (GALSCHIOT, 2007, p.46)

Dessa forma o autor assegurou que sua obra, ao contrário do que fazem os fundamentalistas, garantiria uma atualização do que trata a Bíblia, de forma a fazer uma conexão com o mundo real a que vivemos (GALSCHIOT, 2007). Para ele, acrescenta, “esse abuso de Deus e da Bíblia que deveria se chamar blasfêmia” (Ibidem, p.46). Nota-se aqui que,

prevendo a acusação de opositores políticos à sua manifestação, o autor inverte os papéis, jogando a categoria acusatória “blasfêmia” no colo dos “fundamentalistas”. A todos esses pontos voltaremos mais adiante. Interessa-me, agora a frase: “Isso é exatamente o que a escultura faz como um símbolo vivo”. Para ele, a escultura é um símbolo vivo, e o que está vivo é capaz de afetar e ser afetado por aquilo que a rodeia. O vivo aqui ganha até um caráter animado já que é ela é em si mesma Jesus no contexto da modernidade, e é ela mesma que expressa compaixão e acolhe aqueles que sofrem.

Ao ser levada para Nairobi, no Quênia (Imagem 3⁴⁸), para ser exposta no World Social Forum (WSF), em 2007, a imagem foi modificada pelo artista, de forma a fazer com que a adolescente crucificada não ficasse nua, e dessa forma, evitar uma controvérsia envolvendo sua nudez⁴⁹. Nessa exposição, um grupo de mulheres nicaraguenses avistou a escultura e teve a ideia de levá-la até a Nicarágua para ser expoente da luta pelo aborto terapêutico (Imagem 4⁵⁰) – que é o nome dado para a interrupção de uma gravidez que coloca a mãe em risco. Esse tipo de procedimento fora proibido no país depois de uma campanha cunhada pela Igreja Católica em setembro de 2006, em aliança com diversas comunidades protestantes. A escultura percorreu o país inteiro, e, ao mesmo tempo, foram feitas cópias menores que entregaram a deputados, membros do parlamento e diversos outros tipos de políticos. Dentre os vários grupos feministas envolvidos no processo, Magaly Quintana, ativista de Católicas pelo Direito de Decidir da Nicarágua, afirmou que a imagem se tratava de uma visão feminista de Deus, e lembrava o sofrimento que mulheres grávidas experienciavam em países pobres. Essa imagem é até hoje foto de perfil das redes sociais do grupo⁵¹.

⁴⁸Retirado de:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0d/Pregnant_crucified_teenager_at_the_World_Social_Forum.jpg (Acessado em: 26/02/2018)

⁴⁹Para mais informações sobre essas controvérsias envolvendo a história do crucifixo ver: <https://journals.openedition.org/pontourbe/5671>

⁵⁰Retirado de:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0d/Pregnant_crucified_teenager_at_the_World_Social_Forum.jpg (Acessado em: 26/02/2018).

⁵¹Informação tirada de: <http://www.aidoh.dk/new-struct/Happenings-and-Projects/2007/NI/Fighting-women.htm>



Figura 3: In the name of God em Nairobi



Figura 4: In the name of God na Nicarágua

Esse é um primeiro passo na constituição do escopo de interesse dessa seção. Enunciar a trajetória do objeto não nos permite, porém, inferir que esse crucifixo foi um presente das Católicas pelo Direito de Decidir da Nicarágua, mas ensaia um universo em comum entre ambas as organizações, bem como evidencia um encontro entre o grupo brasileiro e outros grupos de mulheres latinas. Pudemos perceber, em relação às situações descritas nesses quatro países – a Dinamarca, Quênia, Nicarágua e Brasil – como a escultura foi interpretada e usada de formas diferentes. Enquanto na Dinamarca a primeira versão de *In the name of God* conversava com políticas conservadoras a respeito do uso de contraceptivos e educação sexual, a versão coberta da Nicarágua visava se contrapor a políticas de cunho conservador de regulação dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, tendo sido incorporada como símbolo da luta pró-aborto terapêutico (PACCILLO, 2018).

Chamo atenção para a composição do ambiente destas três situações. Colocar uma mulher grávida crucificada e nua em frente a uma Catedral é um gesto que se pretende iconoclasta. Pensa-se sobre quem frequenta a Catedral, quem passa por aquele lugar. Pensa-se sobre a reação que a imagem causa, sobre os efeitos que essa composição – a escultura e a Catedral – podem ter. Cobrir a nudez da escultura quando ela viaja para Nairobi, no Quênia, a transforma em uma nova composição. Novamente, pensa-se sobre quem passa por aquele local, sobre a reação que a imagem causa e sobre os efeitos que a composição podem ter. A ambivalência desse primeiro impulso desfigurativo (Taussig, 1999), engendrou inúmeras

ambivalências e culminou em uma pequena miniatura desta estátua, modificada, na sede de Católicas pelo Direito de Decidir. Apesar da realização de um mapeamento da trajetória desse objeto sob a ótica da vida social das coisas ter me levado a esse tanto de informações, ela é restritiva sob um aspecto: é uma espécie de inventário da circulação. Como já explicitarei alhures e também na introdução deste capítulo, o interesse aqui tem mais a ver com uma política da imagem, ou seja, o que ela mobiliza e como é mobilizada.

Sacrilégio

Ao assumir que fez uma interpretação moderna da Bíblia, equiparando a imagem de Jesus na Cruz com o sofrimento das mulheres grávidas, Jens Galschiot (2007) fez questão de se distanciar de grupos que ele chama de “fundamentalistas” e “conservadores”. Ainda que não seja possível afirmar, com base no material a que tive acesso, que o escultor foi chamado de blasfemo pela comunidade religiosa, ele mesmo se colocou junto a esta categoria quando escreveu seu artigo. Dessa forma, uma separação entre categorias de acusação diferentes foi estabelecida. Para Galschiot, de um lado, estariam os fundamentalistas e conservadores; de outro, os blasfemos. As primeiras categorias são comumente associadas à manutenção de uma ordem vigente, ou de uma tentativa de retorno a um lugar. Já a segunda categoria, os blasfemos, são comumente associados à transgressão.

Não entendo transgressão no sentido que o artista da obra a coloca: o de uma desestabilização da ordem vigente, de uma provocação. Michael Taussig (1997) utiliza esse termo, precisamente, como uma irrupção, “a produção de uma barreira que passa a existir quando se é transgredida”, que não preexiste. A passagem do respeito ao desrespeito, assim, também não preexiste, mas sim emerge quando já aconteceu (MENEZES, 2017). Dessa forma, um gesto que se pretende iconoclasta só é, de fato, transgressor, quando gera reações. É por isso que Taussig (1999) sugere que olhemos para as formas como imagens e objetos são desfigurados e acompanhar seus efeitos. As formas específicas de mudar uma imagem, de transformá-la, quebrá-la, geram reações específicas. Como aponta Taussig, “Quando uma imagem é desfigurada, é como se houvesse, no momento de sua dessacralização, a negação de sua destruição, e a possibilidade de insurgir algo ainda mais sagrado e misterioso” (PACCILLO, 2018, p.7). Como mostro em meu artigo sobre este crucifixo, o antropólogo Bruno Latour, posteriormente desenvolveu a noção de *iconoclash*, que parece dar conta dessa ambiguidade que Taussig apenas sugeriu.

O *iconoclash* acontece quando “não se sabe, quando se hesita, quando se é perturbado por uma ação para a qual não há maneira de saber, sem uma investigação maior, se é destrutiva ou construtiva” (LATOURE, 2008, p.113). Retratar uma mulher grávida e nua no lugar de Jesus teria a ver com uma tentativa de revelar seu caráter ilusório, como Galschiot deixa claro em seu artigo, revelar o caráter pré-moderno daquilo que representa. Ao agir sobre essa imagem, então, age-se diretamente sobre o que ela remete. Somado a isso, a cópia desfigurada parece emitir também “uma carga que parece entrar no corpo do observador ao ponto de preencher fisicamente, transbordar, e com isso criar uma efusão de desfigurações proliferantes” (TAUSSIG, 1999, p.24). Desfigurar, nesse caso, não se trata apenas de retratar uma mulher grávida no lugar de Jesus, é também a composição da imagem, é fazê-lo na frente da Catedral de Copenhague. Essa imagem tão forte, ainda que coberta, em Nairobi, foi ainda capaz de proliferar, de se transformar em outras, como veremos adiante.

Decompondo o iconoclash

Ao procurar entender de onde poderia vir o incômodo causado por esse gesto, dou alguns palpites. Um deles, é a equiparação da cena bíblica de Jesus na Cruz com uma mulher grávida. O outro tem a ver com o corpo da mulher grávida e nua. No primeiro caso, pode-se pensar que Jesus é submetido às coisas mundanas, a uma pessoa de carne e osso como outra qualquer. Isso, a própria crucificação de Jesus já o faz. Se é possível machucá-lo, matá-lo, crucificá-lo, é porque ele tem um corpo material e portanto é tão humano quanto uma mulher. A cena bíblica que retrata a crucificação de Jesus, dessa forma, já é em si a destruição de um ícone, um iconoclash. Mas no caso dessa imagem, não temos uma equiparação qualquer. Jesus é uma mulher grávida e nua. O problema, parece estar justamente nesse segundo apontamento. Ao sacralizar a imagem de uma mulher que carrega a prova do ato sexual em si – a gravidez – sacraliza-se algo que não é mais “puro”. Esse movimento é ambíguo até em suas reações perante aqueles que detinham a “fé cristã”. Enquanto alguns poderiam considerar sua atitude um gesto iconoclasta, um sacrilégio, as Católicas pelo Direito de Decidir da Nicarágua e do Brasil assumiram-no como um símbolo de luta. O artista contou em seu artigo que recebeu apoio de alguns grupos cristãos progressistas para a realização da obra no Texas. A imagem idealizada pelo artista circulou de tal forma que ao chegar no Brasil já não havia mais essa conexão entre os acontecimentos.

Da imagem ao coletivo

Quando avistei pela primeira vez o crucifixo de Católicas pessoalmente, na sede, ele estava exposto no alto e ao centro de uma estante. Inspirada pelo filme de nome *Expor Exu*, dirigido pelo antropólogo Mattijis van de Port (2015), ficava me perguntando como as pessoas reagiam a ele. Tanto aquelas cuja sede era um ambiente cotidiano – que é o caso de Católicas pelo Direito de Decidir –, como para aqueles que, assim como eu, passavam por ele esporadicamente. Sendo o grupo composto por mulheres religiosas católicas, haveria alguma devoção para com aquela imagem? A resposta para essa pergunta é que por parte delas, não havia nenhuma devoção. A imagem, dentro da sede, não é objeto de nenhuma interação específica. Nunca me foi apontado o crucifixo, e se eu não tivesse perguntado, muito provavelmente ninguém falaria sobre ele.

O fato de ele estar exposto, parece em si, bastar. Ela está ali porque para o grupo de Católicas, significa algo politicamente relevante. Ao mesmo tempo, assim como no filme, o crucifixo pode engajar – ou não – as pessoas que entram e se deparam com a imagem. Eu, enquanto uma mulher pesquisadora (e não só por isso) fui engajada por alguns aspectos da imagem, mas acredito que outras pessoas teriam sido engajadas por outros aspectos. Talvez se sentiriam representadas ou ofendidas, se sentiriam incomodadas, talvez até provocadas. Talvez interagissem com ela, talvez apenas a olhassem. O fato, é que disposta ali como está, ela parece ganhar uma nova dimensão, uma nova camada que não é somente a camada do iconoclash, do sacrilégio, da provocação, mas é a camada da identificação. A imagem exposta não remete a todas as relações e lugares por onde a imagem adquiriu significado, mas tem, em si mesma, algo que produz um engajamento mesmo assim.

A antropóloga Birgit Meyer (2009), em seus estudos sobre mídia, religião e formação de comunidades cunhou o conceito de *formações estéticas* que julgo pertinente na análise desse crucifixo. Para essa autora, a produção de vínculo entre pessoas depende de mediação. Meyer recupera na noção de *aesthisis* de Aristóteles a nossa capacidade corpórea de perceber objetos no mundo através dos nossos cinco modos sensoriais, vinculada a um universo de sensações em seu conjunto (MEYER, 2009). A influência específica que as imagens, os sons e os textos têm sobre as pessoas, com esse conceito, passam a ser levados em consideração. Nesse sentido, o termo *formação estética* captura o impacto formativo de uma estética compartilhada através da qual sujeitos são forjados pela modulação de seus sentidos, pela indução de experiências, pela moldagem de seus corpos, e pela produção de significado. (Ibidem, 2009). Exposto na sede

de Católicas pelo Direito de Decidir, essa imagem é parte constitutiva da identificação entre pessoas e grupos, ao mesmo tempo que se materializa enquanto um ícone de identificação.

Esse objeto é um primeiro passo na constituição de interesse deste capítulo. Essa primeira análise não nos permite ainda encerrá-lo, uma vez que expor a trajetória do objeto apenas ensaia uma convergência e um encontro entre o grupo brasileiro e outros grupos de mulheres latinas. O segundo movimento deste texto focaliza outro objeto encontrado na sede da ONG, e objetiva demonstrar quais as relações que se atentar para a trajetória deles poderia revelar. Volto-me portanto, a outra situação, dessa vez, em uma reunião de Multiplicadoras Católicas.

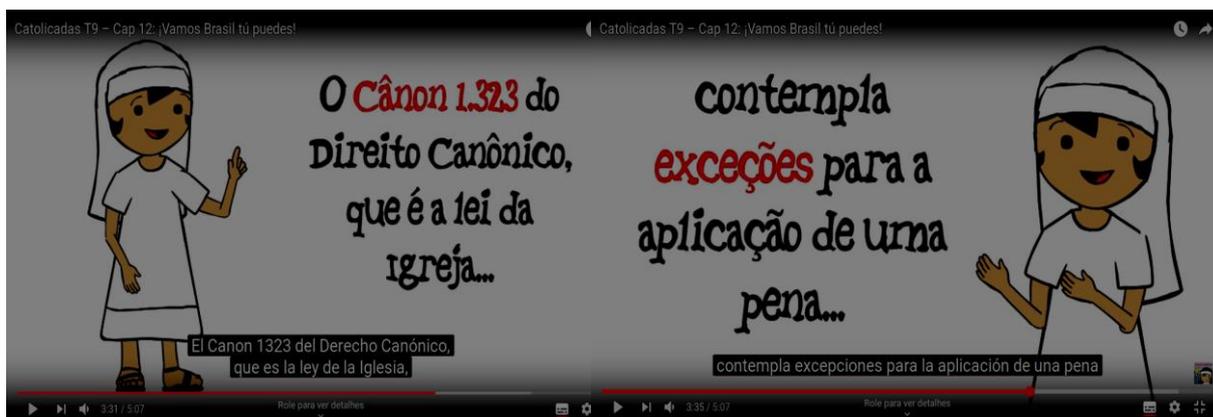
3.2. Os fantoches da sede de Católicas

No início de 2018 participei de uma reunião na sede de Católicas em que outra interessante situação aconteceu. Eu, Regina e o grupo de Multiplicadoras estávamos inseridas numa conversa sobre eventos que a ONG poderia organizar, quando Regina, coordenadora da ONG, chamou atenção para os fantoches – um padre e uma freira – que estavam sentados em uma das prateleiras da estante. Ela então comentou sobre um vídeo que havia sido lançado no dia 22 de março de 2018, por Católicas pelo Direito de Decidir do México. O vídeo em questão integrava uma campanha chamada *Catolicadas*, e tinha a temática do Zika vírus no Brasil. Ao procurá-lo, me dei conta que se tratava do décimo segundo episódio da nona temporada da série. Com o título “Vamos lá, Brasil, você pode!”, o vídeo era uma declaração de apoio e incentivo às lutas encabeçadas pelo grupo de Católicas no Brasil⁵².

No episódio em questão, a irmã Juana vai ao Brasil participar de um encontro que reuniria teólogas feministas. Quem vai buscá-la no aeroporto é Iracema, uma ativista feminista e do movimento negro que explica à irmã a situação das mulheres pobres e negras que, por inúmeras razões, acabam contraindo o zika vírus. Dentre as razões colocadas estão o abandono do governo, evidenciado pela falta de redes de drenagem nas zonas onde moram a população pobre e negra. Iracema pontua que as mulheres acabam contraindo o vírus, na maioria das vezes, ao fazer sexo sem camisinha, e que os riscos para o bebê em uma eventual gravidez são grandes. O episódio se encaminha de forma a defender a possibilidade de fazer o aborto em casos que as mulheres não se sentem aptas a ter a criança naquele momento de suas vidas, seja por condições financeiras, ou, seja por psicológicas. Em certa parte do vídeo, todo o cenário some,

⁵²Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=uGHgFNPR0xI>

e a irmã Juana aparece junto a um trecho do direito canônico que sublinha que existem exceções para aplicação de uma pena quando alguém é pressionado a agir por medo, ou para evitar um dano grave.



Em sua etnografia, a antropóloga Birgit Meyer notou que os filmes em Gana ofereciam narrativas sobre a luta das pessoas para classificar um comportamento moral em um mundo de tentações e seduções que elas imaginam que poderia desviá-las. “Espera-se que um bom filme atue como um dispositivo pedagógico, adequado para que o público ‘tire algo disso’”(MEYER, 2015, p. 354). Em um enquadramento completamente diferente, algo aproxima esses dois campos: o caráter pedagógico dos filmes, ou séries. De alguma forma, espera-se que as pessoas que assistam ao episódio da série, aprendam que está tudo bem tomar uma atitude que a própria igreja julga moralmente errada se você estiver sendo coagido pelo medo, ou para evitar um dano grave. É especialmente interessante, aqui, que se recorra ao direito canônico, e não a bíblia e tampouco a Constituição. Esse, certamente é um ponto que deixarei solto, mas valeria uma

reflexão sobre como ocorre esse processo de deslocamento no próprio âmbito religioso, de que existem os dogmas, mas existe também um “conjunto de leis e regulamentos feitos e adotados pelos líderes da Igreja, para o governo da organização cristã e de seus membros.”⁵³

Falo desse vídeo principalmente por dois motivos: o primeiro é que os fantoches foram apontados por nossa própria interlocutora por se tratar de um vídeo que aborda questões brasileiras, evidenciando uma relação próxima entre ambas organizações latinas; e o segundo é a especificidade desse vídeo enquanto um projeto de constituição de identidade do grupo. O episódio ocorre no Brasil e toca questões de gênero, raça, classe, evidenciando os lugares de maior vulnerabilidade e sinalizando nas próprias personagens os marcadores de diferença: Iracema é uma mulher negra e ativista. Iracema é também um nome indígena; Irmã Juana é uma freira engajada em questões progressistas; e o padre Beto é um homem branco, mais velho, que carrega em si o conservadorismo da Igreja. Para além disso, o vídeo possui um tom pedagógico de divulgação das ideias do grupo, tentando criar uma conexão entre as personagens – mais especificamente a Irmã Juana – e os espectadores. O próprio aspecto físico das personagens precisa ser ressaltado para além de marcadores de diferença convencionais. A irmã Juana é jovem, o que casa perfeitamente com aquilo que a personagem dela traz: a imagem de uma nova Igreja. Mas se pararmos para assistir o vídeo, então percebemos que o próprio fato de ser uma animação, com os traços simples, a voz das personagens, infantilizadas, parece que o público a quem se direciona essa série, é um público bem mais jovem. Ao assistir os vídeos da série, parece que o grupo mexicano tenta manter um diálogo com um público ainda mais novo que Católicas pelo Direito de Decidir do Brasil.

3. 3. Objetos em redes

Ao partir do crucifixo, pude remontar uma trajetória. Não era a trajetória de um mesmo crucifixo, mas uma imagem que se transformou e ainda se transforma quando posta em relação com outros elementos em temporalidades e espacialidades distintas, sem que isso signifique, necessariamente, que ele tenha deixado de carregar consigo elementos em comum com suas outras aparições. Um objeto que visava chamar atenção para políticas “fundamentalistas” e “conservadoras” e para a educação sexual, virou um ícone norteador da luta pelo aborto terapêutico na Nicarágua – ainda que vestida. Não só isso, uma imagem semelhante foi parar na sede da ONG Católicas pelo Direito de Decidir do Brasil, e ali, exposta, poderia se equivaler

⁵³Tirado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_can%C3%B3nico (Acessado em: 30/01/2019)

a um ícone de identificação entre àquilo que as integrantes da CDD pensam que ele representa, e o que a ONG, enquanto organização, acredita, e luta por. Como um gesto iconoclasta se transforma em um ícone de identificação? Parece haver, nesse caso, um deslocamento da controvérsia em direção à própria ONG. A própria existência de Católicas pelo Direito de Decidir é controversa, e talvez a controvérsia seja o elo que permita esse deslocamento.

Os fantoches percorrem outro caminho. São apontados pelas próprias integrantes da sede, indicando um contraste entre o objeto que mais me chamou atenção (o crucifixo), e o objeto de maior interesse por parte delas (os fantoches). Falar dos fantoches, para Regina, era necessariamente falar sobre a campanha de Catolicadas, e sobre a organização e proximidade que existe entre Católicas pelo Direito de Decidir do Brasil e do México. Em certa medida, tanto o crucifixo quanto os fantoches expostos na sede da ONG apontam para dimensões parecidas quando colocados nas estantes, a saber, aquilo que a antropóloga Birgit Meyer (2009; 2012; 2015) chama de *formações estéticas*, como foi apontado na primeira seção deste capítulo.

3.4. Objetos em movimento

Tendo isso em vista, o que se pode dizer quando esses objetos – o crucifixo, a Irmã Juana, e uma miniatura do papa Francisco – são escolhidos para integrar a cena de uma entrevista concedida por Rosângela Talib ao *Universa*, Uol, sobre aborto e religião (Imagem 6⁵⁴)? O que eles fazem ali? Por que eles foram arranjados em cena mesmo que Rosângela não fale sobre eles em nenhum momento da entrevista? O que diferencia as duas situações dos objetos dentro da ONG, expostos em suas prateleiras, e os objetos compondo uma cena de uma fala pública? O que esses objetos têm a dizer sobre as formas de organização e de atuação pública do grupo?

Em sua fala para tal reportagem, Rosângela Talib afirmou que devem ser preservadas as vidas de mulheres grávidas que morrem por conta de abortos clandestinos. Que a proibição do aborto se baseia em um princípio da Igreja Católica de que a vida começa na concepção, e que a partir daí, se você interromper essa vida, você abdicaria de Deus, porque “é Deus quem dá a vida, e Deus quem pode tirá-la”. Segundo Rosângela, ao mesmo tempo em que existe esse senso comum, o próprio magistério da Igreja diz que o fiel pode ter o direito de decidir, que existe a possibilidade de se basear na sua consciência esclarecida para tomar uma decisão. Uma mulher

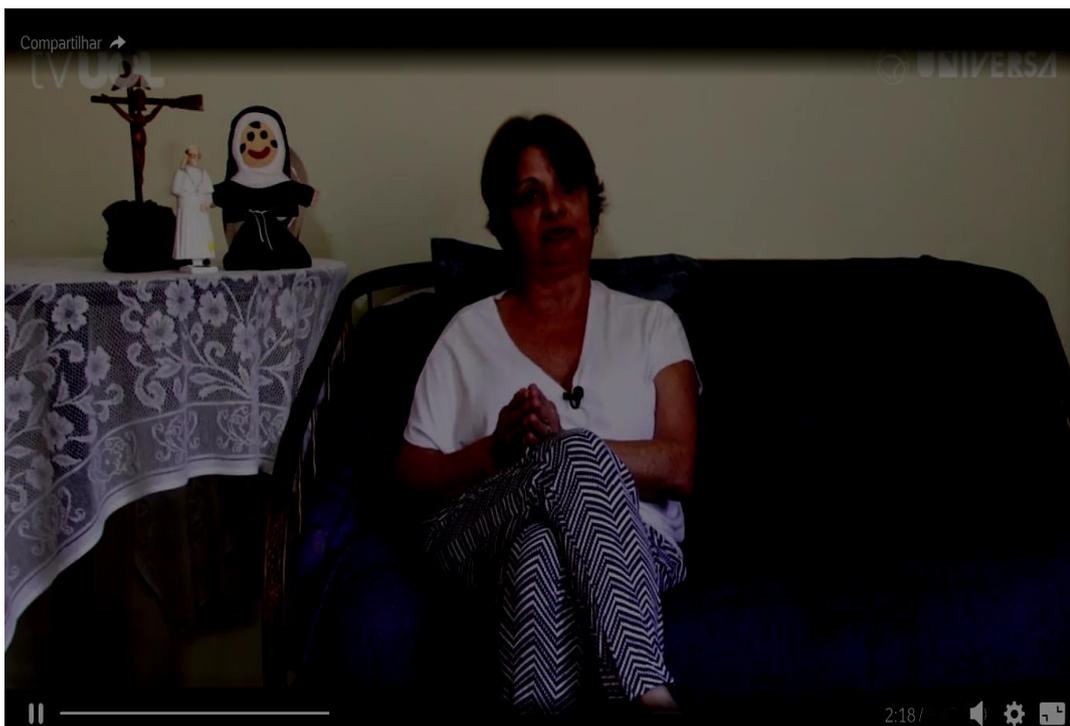
⁵⁴Retirado de: <https://universa.uol.com.br/especiais/aborto-x-religiao/index.htm#imagem-6> (Acessado em: 28/02/2019)

que aborta, sabendo disso, não precisaria se sentir culpada o resto da vida pela interrupção de uma gravidez. Afirmou também que o papel da Igreja não é julgar ou condenar. Em determinado momento, a câmera foca em um quadro na sede que diz: “Maternidade voluntária. Defendamos nossa vida. Aborto não é crime”.

Vemos que essa fala carrega consigo alguns elementos presentes na situação da escultura *In the name of God* na Nicarágua, bem como no momento pedagógico do vídeo de Católicas em que a Irmã Juana cita o direito canônico para validar os argumentos a favor da descriminalização do aborto, com base na própria tradição católica. O fato de Católicas escolher apenas o fantoche da Irmã Juana, que defende ideias mais progressistas da Igreja, ao lado do crucifixo e do papa Francisco – que é um papa argentino que já fez inúmeras declarações ambíguas, mas que é estratégico para o grupo se aproximar do catolicismo – é uma forma de criar, politicamente, naquela cena, um ambiente coerente com aquilo que Católicas, enquanto organização, defende, mas também coerente com o objetivo da reportagem. Assim como eu, no início de minhas investigações, a reportagem precisou ir para dentro (da sede) de Católicas, e dos outros grupos religiosos, para entender melhor o posicionamento e o modo de organização desses grupos.

A escolha dos objetos por Católicas, então, não somente remete a uma rede de mulheres latino-americanas que se apoiam mutuamente, mas evidencia que a ONG tem plena consciência de que esses objetos produzem efeitos específicos, e pensam que dentre uma gama de objetos que poderiam ser mobilizados, estes são os que melhor se relacionam com a ONG naquela determinada situação. Inversamente, é possível pensar sobre os objetos que não foram escolhidos para compor a cena. Apesar de formarem um conjunto, o padre Beto não está ali. Podemos afirmar que isso se deve àquilo que ele representaria, ou seja, um setor mais conservador da tradição católica que não interessaria para a cena ou para os fins da reportagem. De novo, é como se só pudessem estar presentes aquelas imagens que tornam inteligível uma nova Igreja.

Mas é possível pensar também em termos de composição e proporção na cena. Em termos de formas sensoriais. Ao observarmos a imagem abaixo, a forma que os objetos estão arranjados salta aos olhos.



Impressiona pelo fato de que as personagens mulheres são proporcionalmente muito maiores do que as personagens homens. Não são somente maiores que os homens, como são maiores que o papa Francisco. Se levarmos em consideração que o padre Beto nem apareceu em cena, a composição fica ainda mais interessante. Novamente, não é possível assumir que esse efeito visual foi proposital, que os objetos foram escolhidos para causar esse efeito. Mas o efeito existe, portanto a cena, e o agrupamento dos objetos daquela forma agem, nesse sentido, de tornar as personagens mulheres da cena muito mais importantes, visualmente falando, do que os homens, e esse é também um efeito do discurso da ONG como um todo.

Em relação à escolha feita pelo grupo de Católicas, o que se fez, ao colocar os objetos arranjados desta forma nessa reportagem, foi colocá-los novamente em circulação. Ao longo de todo este capítulo, os objetos sobre os quais falei estão em movimento. Butler ao falar sobre o enquadramento, enfatiza que este busca conter, transmitir e determinar o que é visto, mas que sempre depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito. “Essa própria reprodutibilidade, porém, demanda uma constante delimitação de novos contextos, o que significa que o ‘enquadramento’ não é capaz de conter completamente o que transmite, e se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo” (BUTLER, 2016, p. 26). Nesse sentido, o enquadramento é um rompimento perpétuo, e esse rompimento perpétuo faz parte de sua definição. Através dessa forma de olhar para os enquadramentos, fica mais fácil

entender como o crucifixo se transforma ao mover-se por diferentes localidades e temporalidades e também o porque o controle sobre o engajamento de outros grupos e pessoas com aqueles objetos é somente parcial. Pudemos ver isso no próprio exemplo da escultura de Galschiot. Antes do que provocar a destruição de um ícone através da modificação de uma imagem sagrada, o artista redirecionou a atenção para outras imagens. Por fim destaco que, esses objetos, assim enquadrados na estante de Católicas, criam um ambiente coerente através de uma identificação com aquilo que eles remetem, ao passo em que evidenciam as redes latinas nas quais o grupo de Católicas está inserida.

Este capítulo teve dois principais objetivos. O primeiro foi evidenciar as redes latinas a qual Católicas se insere. Regina apontou os fantoches intencionalmente para que eu tomasse conhecimento de um projeto específico do grupo de Católicas mexicano. Ao realizar entrevistas com as coordenadoras da ONG, elas apontaram para alguns pontos estratégicos dessas alianças. Em primeiro lugar, a rede serve para ampliar o impacto das ações dos grupos locais. A rede apoia as ações umas das outras e as divulgam, aumentando o horizonte de pessoas e grupos que terão acesso a seus respectivos materiais. Em segundo lugar, a rede promove ações em conjunto, como campanhas latinas, que é o caso da campanha pela descriminalização do aborto no dia 28 de setembro, a qual o grupo latino de Católicas foi um pioneiro tanto para imaginar a data quanto para lançar campanhas nesse dia. Gisele destacou que a rede pretende uma organização em termos regionais em que o contexto dos países é muito parecido. No projeto regional que Católicas do Brasil se insere, também fazem parte Colômbia, Peru, Argentina, Bolívia e o México coordena. O projeto tenta se reunir periodicamente para manter um ritmo de campanhas e iniciativas em conjunto⁵⁵.

O segundo objetivo do capítulo foi demonstrar como os objetos foram colocados em circulação e quais as transformações que ocorreram nesse processo. Também pudemos ver que conforme o objeto foi mudando uma nova camada de agenciamentos de pessoas e coisas foi sendo adicionada. Nesse sentido, as redes a que me refiro neste capítulo foram também ampliadas. Cada vez que o objeto foi posto em circulação, uma nova gama de atores apareceu, adicionando novos sentidos e complexificando as situações descritas. Este capítulo portanto,

⁵⁵Essa rede de mulheres latinas não se encerra no grupo de Católicas pelo Direito de Decidir, há também o CLADEM, que é o Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer e agrega ONGs e lideranças ativistas, criada em 1987 na Costa Rica. O grupo de Católicas também se insere nessa rede, e a campanha pela descriminalização do aborto no dia 28 de setembro é também uma iniciativa que o grupo leva para frente.

encerra o movimento da monografia que está mais preocupado com uma organização e identificação interna da ONG. No primeiro capítulo estive centrada na produção de engajamento e formação de sujeitos políticos num âmbito mais nuclear da ONG, ou seja, relacionado ao grupo de Multiplicadoras. No segundo capítulo expandi essa análise para as formas de produção de engajamento no âmbito das mídias sociais e internet, e para isso foi preciso admitir que a equipe de Comunicação era um marco importante para o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir, e começar a mapear vínculos e grupos que compartilhavam pontos de identificação com a ONG. No terceiro capítulo, olhando para dentro da sede, também, procurei entender com o que o grupo se identificava e a partir disso continuar o trabalho de mapeamento de redes, e de expansão das mesmas.

No quarto e último capítulo, volto-me para uma situação particular em que todo esse processo de organização, formação de sujeitos, produção de subjetividades e alianças entre grupos são mobilizados em uma manifestação pública da ONG. Não qualquer manifestação pública, mas uma exposição de uma arguição pela descriminalização do aborto em uma audiência pública. Nesse evento, tenciono demonstrar as estratégias argumentativas do grupo bem como colocá-las em contraste com as iniciativas anteriores da ONG em outras formas de publicização de suas opiniões. Contudo, neste último capítulo focalizo o lugar estratégico que Católicas ocupa em relação a outros grupos religiosos, comparando também as estratégias de argumentação de cada um. Nesse sentido, a análise do capítulo 4 se dá, também, visando entender como essas organizações se confrontam, e o que cada uma mobiliza para legitimar suas convicções no âmbito jurídico.

Capítulo 4: Católicas em controvérsias. A audiência pública pela Descriminalização do Aborto

“(...) A fundação FORD ao mesmo tempo, investiu na criação de inúmeras ONGs feministas, entre elas tidas com recursos internos, com o intuito de disseminar essa agenda a partir de um novo paradigma de saúde, novos modelos de família, etc. Paradigma este que a fundação FORD quis tornar público para que outras fundações se tomassem a esse processo de mutação cultural, tendo em vista a descriminalização do aborto em todas as fases.”⁵⁶

Essa frase foi retirada da exposição do Prof. Hermes Rodrigues Nery, presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-família, na audiência pública pela descriminalização do aborto, em agosto de 2018. Em sua comunicação ele descreve brevemente a participação de ONGs feministas pró-aborto financiadas pela fundação FORD, como parte de um engajamento a nível global de uma agenda anti-natalista, planejada desde 1952 com a fundação do Conselho Populacional em Williamsburg por demógrafos neomalthusianos e a fundação Ford. Entre as ONGs participantes desse projeto de alcance global, Católicas pelo Direito de Decidir, foi apontada como uma delas. Não fora a primeira vez, nessa audiência, que se atacou ONGs financiadas por fundações norte-americanas. A representante do *Movimento Brasil sem Aborto*, a Dra. Lenise Aparecida Garcia, já havia, em sua comunicação, alertado para os interesses “imperialistas” que essas fundações carregam consigo. Não é o interesse, nesse momento, adentrar a fala dessas pessoas, mas apontar como o grupo de Católicas se insere não só no debate sobre o aborto, mas também num lugar bastante específico, que é o das ONGs nesse cenário. Nesse momento de constituição de uma cena pública específica no âmbito jurídico, a própria legitimidade das ONGs está em suspeita.

Este capítulo que fecha a monografia tem por objetivo descrever alguns aspectos da audiência pública pela descriminalização do aborto, ocorrida entre os dias 3 e 6 de agosto de 2018. Ao longo de todos os capítulos essa temática esteve presente. Em 2017, como descrito na introdução, acompanhei um evento na Defensoria Pública de São Paulo intitulado *Descriminalização do aborto no Brasil: a ADPF 442 e a figura do Amicus Curiae*. Nesse

⁵⁶Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=QVKq9iDdA8°> (Acessado em: 01/02/2019)

evento, o grupo de Católicas se reuniu com inúmeros outros grupos para discutir suas respectivas peças de *amicus curiae* e compartilhar suas ideias e argumentos a fim de fortalecer suas alianças e arguições. A oportunidade de acompanhar o grupo de Católicas desde o início desse processo até a audiência pública é uma oportunidade interessante para a construção de uma análise sobre os modos de ação públicas de Católicas.

Uma audiência pela descriminalização do aborto é provavelmente o ápice da atuação política da ONG nos últimos anos. Não a toa, que o grupo divulgou amplamente em suas redes sociais, esteve presente em diversos eventos que tinham como temática essa audiência e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ajuizada pelo PSOL. Não falar sobre esse evento, implicaria ignorar algo demasiadamente importante não só para meu objeto de estudo e para as pessoas com quem convivo, como também para a análise que faço. Se é verdade que Católicas se constitui em relação e com outros grupos, nenhum outro evento seria capaz de demonstrar isso com tanta clareza.

Como parte de uma análise de uma audiência pública, tomo emprestado de uma literatura amplamente conhecida e divulgada nas Ciências Sociais, o conceito de controvérsia. Em seu livro – uma coletânea de artigos – sobre religião e controvérsias públicas, Paula Montero descreve, logo na introdução, a forma como Jurgen Habermas concebe a esfera pública moderna. Ainda que objeto de inúmeras críticas legítimas⁵⁷, o autor sugere que todas as certezas (religiosas ou não) sejam capazes de objetivar-se e relacionar-se a diversos pontos de vista (MONTERO, 2009). Essa forma de pensar a esfera pública afeta, no caso brasileiro, “tanto as configurações de seu espaço público quanto as maneiras como as narrativas religiosas contemporâneas passam a disputá-lo.” (MONTERO, 2015). Partindo da percepção de um declínio progressivo da identificação imaginária entre Igreja Católica e sociedade civil, quanto mais essa disjunção se aprofunda, mais as religiões passam a relativizar-se, sendo reduzidas a opiniões plurais. Ainda que no caso brasileiro, esse processo esteja apenas no começo, e que haja, ainda, um substrato cristão hegemônico em voga, agentes religiosos e não religiosos já são obrigados a se justificar e objetivar suas posições publicamente.

⁵⁷No livro *Gender, religion and the public sphere* (2014), são revisitados autores-chave que colocam suas respectivas críticas à noção de esfera pública habermasiana. Nancy Fraser chama atenção para o fato de que a deliberação poderia servir como máscara para a dominação; Taylor discorda de Habermas para quem a razão seria algo inata a todos os seres humanos e afirma que esta é contextualizada e fundada numa experiência cultural específica. Butler também recusa a existência de um sujeito universal deliberativo, o valor comum “nós”, e um pertencimento religioso identitário. O livro ainda apresenta um debate interno entre esses autores, diferenciando aqueles que integram a Teoria Crítica, e outros que se alinham ao pós-estruturalismo.

Não trabalharei, contudo, com uma definição unívoca para o que seja esfera pública, e tampouco parto dos pressupostos habermasianos. Pelo contrário, o interesse principal começa com a tentativa de compreender as modalidades da presença da religião na sociedade, “partindo da constatação de que essa presença é pública.” (GIUMBELLI, p. 13). Como bem coloca o antropólogo Emerson Giumbelli, a religião está por todos os lugares, nas ruas e praças, nos meios de comunicação, nas redes sociais – como demonstrei nos capítulos anteriores –, enfim, compartilho da ideia de que entre público e privado não há uma oposição bem delimitada, mas sim uma composição. Tanto o público pode ser particularizado quanto o particular pode ser publicizado. A audiência pública é somente uma das formas de atuação pública da ONG Católicas pelo Direito de Decidir – o que não quer dizer que ela não tenha suas próprias particularidades, efeitos e implicações. Essa iniciativa faz parte de uma estratégia de ação da ONG chamada *advocacy*, na qual o grupo se propõe a atuar de acordo com a necessidade de “relação e articulação com parlamentares, mantendo-se presente no Congresso Nacional brasileiro; realizando audiências com setores do Executivo, Legislativo e do Judiciário, atuando em parceria com organismos internacionais tais como a ONU e OEA” (BRITES, 2013, p.57). Ao analisar o estatuto da ONG, Francine Brites ressalta que se busca manter uma articulação com movimentos sociais, entidades de classe, sindicatos, redes nacionais, regionais e internacionais com o objetivo de contribuir na elaboração de leis que favoreçam os interesses das mulheres.

Para Montero, o desenvolvimento do pluralismo religioso como conceito político e como prática acompanha, necessariamente, o confronto religioso. Isso se deve, segundo a autora, à forma como, historicamente, a sociedade brasileira se produziu como secular. “Se, no caso francês, o conceito de ‘opinião pública’ pode ser considerado o efeito da ideia de ‘religião privada’, no caso brasileiro, (...) a esfera civil foi se construindo no processo de separação da Igreja Católica em relação ao Estado” (Ibidem, 2015, p.13). Torna-se importante, então, pensar como isso ocorre. Se o confronto é um dos meios pelo qual a religião publiciza-se, então a noção de controvérsia talvez seja a mais indicada para tal análise.

A noção de controvérsia da qual me aproximo, é mais próxima dos trabalhos da antropologia das ciências de Bruno Latour (2005) e Michel Callon (2001), que consiste em tomar os processos de disputa como objeto privilegiado de investigação. Latour (2005), empreende uma proposta teórico-metodológica chamada “cartografia das controvérsias” para a análise desse tipo de situação. Uma controvérsia, poderia ser definida como uma situação na

qual diferentes atores discordam entre si. Uma Audiência Pública é um *locus* privilegiado para tanto, já que mobiliza atores bastante heterogêneos: cientistas, pastores, médicos, organizações, militantes, jornalistas, teólogos, juízes, ocupantes de cargos públicos, etc. Essa heterogeneidade de atores compõem uma cena na qual as diferentes formas de ação estão em disputa e não é mais possível distinguir o "discurso religioso" em oposição ao "científico", "jurídico", "mediático". Como Montero bem coloca, têm-se apenas um discurso público que vai assumir diferentes configurações em diferentes formas de falar ou lugares distintos. Desse modo, a forma de expressão pública de segmentos religiosos em questões controversas não é simplesmente traduzido para o discurso político, como propõe Habermas; “pode-se dizer com mais propriedade que o político e o religioso se reinventam na disputa, e ao fazê-lo configuram e modelam aquilo que pode ser compreendido como público” (MONTERO, 2015, p.22).

4.1 Cenas que antecederam a audiência

A proposta da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ajuizada pelo PSOL

Entre os dias 3 e 6 de agosto de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou a audiência pública com o intuito de reunir informações e opiniões para julgar o processo de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental⁵⁸ (ADPF) 442, proposta pelo partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no qual pede que a Corte declare a não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal pela Constituição da República. O partido alegou que “os dispositivos que criminalizam o aborto provocado pela gestante, ou realizado com sua autorização, violam os princípios e direitos fundamentais garantidos pela Constituição”⁵⁹. O argumento era o de que, em democracias constitucionais laicas, ou seja, “naquelas em que o ordenamento jurídico neutro garante a liberdade de consciência e crença no marco do pluralismo razoável e nas quais não se professa nenhuma doutrina religiosa como oficial, como é o caso do Brasil, enfrentar a constitucionalidade do aborto significa fazer um questionamento legítimo sobre o justo”.

⁵⁸Uma ADPF é uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e é uma das ações que fazem parte do *controle concentrado de constitucionalidade*, e que designa a competência de julgamento ao Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de aceita a petição inicial e apreciado o pedido liminar (no caso a petição foi anexada pelo Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL), se o relator da ação achar necessário requerer informações adicionais às apresentadas, propõe uma audiência das partes, perito ou audiências públicas com especialistas. Também é possível a participação da figura do *Amicus Curiae* como forma de representação dos interessados no caso. Para mais informações, acessar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Argui%C3%A7%C3%A3o_de_descumprimento_de_preceito_fundamental.

⁵⁹Ver: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=337860> (Acessado em 28/12/2018)

A principal afirmação da ADPF era de que as razões jurídicas que moveram a criminalização do aborto pelo Código Penal de 1940 não se sustentavam mais. O PSOL também alegou que a criminalização do aborto fere a dignidade da pessoa humana e a cidadania das mulheres, e afeta assimetricamente mulheres negras e indígenas, pobres, de baixa escolaridade e que vivem distantes de centros urbanos – lugares nos quais os métodos utilizados não correspondem aos usados por mulheres de maior poder econômico. Esses processos que relegam essas mulheres a procedimentos clandestinos, ilegais e inseguros causam mortes e danos irreversíveis à saúde mental. O partido pediu então uma concessão da liminar para suspender prisões em flagrante, inquéritos policiais em andamento de processos ou decisões judiciais baseados na aplicação dos códigos 124 e 126 do Código Penal a casos de interrupção da gestação induzida e voluntária realizada nas primeiras 12 semanas de gravidez.

Essa primeira situação na qual o PSOL entrou com uma ADPF marca um ponto central nesse acontecimento pois é a partir dessa ação que começam a se formar alianças e rupturas entre atores, culminando na figura do *amicus curiae*. Esse termo, no vocabulário jurídico, significa algo como “amigos da Corte”, e permite uma visão do Supremo Tribunal Federal como corte constitucional *strictu sensu*, e não mais como uma “instância recursal”. “Trata-se da possibilidade de determinados órgãos ou entidades se manifestarem acerca de matéria levada a julgamento, em caso de relevância da discussão e de representatividade do postulante.” (BARROSO, 2006 apud XIMENES, 2010). O objetivo da figura do *amicus curiae* é pluralizar o debate constitucional, já que representantes da esfera civil podem se manifestar no processo. Através dessa instância jurídica foi possível com que Católicas participasse da audiência.

Evento na Defensoria Pública intitulado ADPF 442: Descriminalização do aborto e a figura do amicus curiae

Ao participar do evento que enunciei na introdução desta monografia ocorrido na Defensoria Pública de São Paulo no dia 21 de setembro de 2017, pude entrar em contato com alguns argumentos utilizados por grupos que entraram com peças de *amicus curiae* a favor da ADPF ajuizada pelo PSOL. Participaram do evento as seguintes entidades: a Clínica de Direitos Humanos da FGV; a ANIS – Instituto de Bioética; as Católicas pelo Direito de Decidir (CDD); o Comitê Latino-americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem); o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim); e o Conselho Regional de Psicologia (CRP). Traço um panorama do que entrou na peça do grupo de Católicas pelo Direito de

Decidir, a fim de, no decorrer deste capítulo, gerar uma comparação com sua exposição na audiência pública realizada um ano depois, em agosto de 2018. Por Católicas tanto Maria José Rosado Nunes quanto a advogada do grupo estavam presentes, e cada uma teve um tempo para falar sobre os aspectos que julgavam mais importantes.

Em um primeiro momento, Zeca falou que com a decisão de entrar com o *amicus curiae*, são tomados uma parte dos direitos que dizem respeito às mulheres e que se deseja que sejam respeitados e garantidos. Partiu então para uma argumentação mais geral de como a ONG enxerga a questão do aborto. “Em Católicas se diz que o aborto é uma questão sociorracial, porque atinge em primeiro lugar as mulheres mais pobres, e portanto mulheres negras. O aborto para elas é também uma questão de cidadania, porque “se uma pessoa seja ela qual for não tem o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, que é a materialidade que nos faz ser quem somos, que cidadania nós temos?”, na mesma linha de argumentação o aborto torna-se uma questão ética, porque é questão de permitir que as mulheres exerçam a sua capacidade ética de decisão, e as católicas confiam na capacidade ética de decisão das mulheres. Num espaço em que a maioria das palestrantes vinha do direito, católicas está se contrapondo, na fala de Zeca, aquele que poderia ser chamado de

(...) inimigo número um, que é a Igreja Católica no contexto de todo esse conservadorismo religioso. A Igreja tem lugar e uma responsabilidade fundamental, pois ela tem um grande poder político por toda a história religiosa do país, e porque a grande maioria da população do Brasil continua se dizendo católica. (...) A Igreja Católica tem um lugar de poder e de respeito nesse país que é um lugar de responsabilidade social. E eu costumo dizer, ela tem parte nesse número altíssimo de mulheres que morrem por não terem o direito ao aborto legalizado no Brasil.

A palestrante explicou que desde que foi criado Católicas, o aborto foi questão fundamental para que mulheres brasileiras possam um dia alcançar a liberdade, autonomia e a plena realização de sua cidadania. A argumentação do *amicus curiae* de Católicas percorria dois caminhos. A primeira era a “defesa incondicional do Estado Laico”. Não haveria, para elas, possibilidade da realização da democracia sem o Estado Laico respeitado. E o outro lado, são argumentos que vem da própria doutrina católica, da tradição. A crítica de Zeca foi mais direcionada aos grupos conservadores mais do que à própria religião. Para ela, o problema é que esses grupos se apropriam de má-fé de argumentos que eles mascaram como argumentos científicos. Esses grupos tratariam o aborto como “pânico moral”, e para combatê-los seria necessário uma “des-horrorificação” do aborto, ou seja, tirar do aborto esse peso moral. Frisou ainda que na sociedade nunca se fala dos danos psicológicos, mentais e físicos que uma gravidez

indesejada pode causar, a gravidez é sempre tratada como algo magnífico e desejado. Ela então, propôs uma inversão.

Seguindo a ordem, a palestrante seguinte foi Caroline Rosa Gargiulo, advogada responsável pela peça e também representante de Católicas pelo Direito de Decidir, só que falando dessa vez sobre o *amicus curiae*. A palestrante afirmou que o eixo organizador fundamental do texto é o Estado Laico. O Estado Laico deveria ser neutro, um lugar no qual o religioso não pode entrar. Falou sobre o início da vida: “É tão controverso quanto o começo da morte”. O texto enviado ao STF também argumentava que a doação de sangue e de medula não são obrigatórias ainda que isso custe uma vida, para dizer que a criminalização do aborto tem menos a ver com proteção da vida do que com o controle dos corpos das mulheres. Destacou a argumentação utilizada por aqueles contra a descriminalização, argumentos que estão no âmbito jurídico, técnico, científico mas nunca são colocados como religiosos, são antes uma “tradição cultural”. Por fim, salientou a notícia de que a Ministra Rosa Weber seria relatora do processo, e que por ser uma mulher já era um fator positivo, e que apesar disso não há prazo para julgamento da ADPF.

Assisti toda a conversa, tentando apreender os argumentos e contra-argumentos apresentados. Grande parte do esforço argumentativo estava em se contrapor a ideias de outros grupos que se opunham a tal ADPF, grupos esses que, numa audiência pública, se colocariam de forma a recusar completamente o aborto enquanto uma solução viável para problemas relacionados à saúde da mulher, bem como à saúde pública. Dessa forma, algumas das palavras, substantivos que foram utilizados em vários discursos, enquadraram esse evento num contexto bastante específico, e evidenciaram coalizões, rupturas, deslocamentos, disputas. Os principais foram o conceito de “vida” - e o que seria de fato, defender a vida -, e o conceito de “laicidade”, que foi mobilizado por todas as falas como algo a ser defendido. Nos discursos de Zeca, categorias como “liberdade”, “autonomia”, “cidadania” e “ética” também foram presentes como elementos que o grupo defendia para a plena realização de mulheres. Isso nos coloca frente a algumas questões. As organizações presentes disputariam essas categorias com quem? Em que instância? Quem são, exatamente, àqueles que se colocam do outro lado? Zeca responsabiliza setores religiosos conservadores e a Igreja Católica, mas quem? Em que sentido?

A próxima seção descreve o grupo de Católicas em relação a outros dois grupos que se posicionam de forma contrária a elas em diferentes sentidos. Introduzo, primeiro, a fala de Católicas na audiência pública a fim de evidenciar certas mudanças de rumo na argumentação

em relação a peça de *amicus curiae* e o evento da Defensoria, e logo depois as contraponho a fala da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a representante do Movimento Brasil sem Aborto. Tenciono mostrar os pontos de divergência e as associações que surgem a partir de tais controvérsias.

4.2. A audiência pública

A audiência teve início na manhã do dia 3 de agosto de 2018, uma sexta feira. A abertura foi feita pela presidente do Supremo Tribunal Federal, a ministra Carmen Lúcia, seguida pela relatora do processo, a ministra Rosa Weber. Falaram também o ministro Roberto Barroso, o Vice-Procurador Geral da República, dr. Luciano Mariz Maia, e também a advogada-geral da União, dra. Grace Mendonça. A fala de abertura da ministra Carmen Lúcia, agradeceu a todos os presentes, mas principalmente aos especialistas que auxiliariam o STF a deliberar sobre a questão da interrupção voluntária da gravidez até a 12^a semana, como proposto pela ADPF 442. Frisou também que, o que se espera em uma sociedade democrática, é a tolerância quanto às compreensões diferentes dos temas, “tolerância que faz com que nós possamos exercer as nossas liberdades de pensamento, de expressão, para que a gente tenha uma convivência pacífica entendendo as convicções alheias”⁶⁰. Entre os ministros, na cena de abertura, faço referência a duas falas. A da ministra Rosa Weber, por explicitar os recursos jurídicos que legitimam a audiência pública. E a fala do vice-procurador da união da República, por tocar numa questão que reverberará nas discussões que se seguem.

A ministra Rosa Weber fez uma fala pragmática, esclarecendo pontos que levariam a legitimidade da chamada para a audiência pública, calcada em dois principais vetores que identificam e individualizam a ação jurisdicional. O primeiro deles, dizia respeito a natureza inerte do poder judiciário. Isso significa que ele atua apenas quando é provocado. Ele é, portanto, de natureza reativa. E nesse tipo de ação ele é distintivamente diferente do poder legislativo. O segundo vetor era o da inafastabilidade, ou indeclinabilidade da jurisdição nos termos do artigo 5º, inciso 35 da Lei Fundamental. O dispositivo garante, segundo a relatora, “que toda lesão ou ameaça a direito submetida a apreciação do poder judiciário, merecerá resposta”. Baseado nesses preceitos jurídicos, o STF se mostrou obrigado a reagir perante uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, convocando a audiência pública pela descriminalização do aborto até a 12^a segunda semana de gravidez. O vice-procurador Geral

⁶⁰Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=dugDjoH-PYI> (Acessado em: 01/02/2019)

da República, Luciano Mariz Maia, reforçou alguns pontos interessantes e por isso os retomo através de uma transcrição:

(...) A vida é feita de razão e emoção. E um tribunal, que decide a partir da constituição a vida de uma nação, teve razão em ouvir razões e emoções nessa audiência. O tema revela que o papel de uma corte constitucional é lembrar a cada nação a cada momento que o direito posto só o é porque o povo naquele momento assim aceita que o seja, pelos legisladores que estão, ou por uma corte constitucional que assim reconhece continuar a vontade na nação manifestada nos textos constitucionais. Aqui se discutirá, uma presença do Estado na vida privada, na intimidade com consequências para pessoas humanas concretas que se medem aos milhares. É um tema de imensa responsabilidade e por isso essa corte se agiganta para caber no pensamento tantas correntes sobre esses temas que irá aqui se pronunciar. Particularmente, gratificante ter esta audiência com a presidente Carmen Lúcia, e a relatora do caso Rosa Weber, discutindo algo que é fundamentalmente feminino e portanto ter o olhar da mulher sobre si própria. O olhar da mulher sobre uma consequência jurídica que tem a particularidade de atingir, mulher, faz com que seja relevante ouvir para qualificar o falar quando vierem os votos no futuro. Esta corte, abrindo-se para esta audiência reconhece que não decide para os astros mas para o chão concreto da realidade e são essas pessoas que vivem suas vidas e que muitas vezes são despedaçadas a partir das consequências que o Estado as impõe merecem ser recompostas nesse momento nessa Corte. Eu quero portanto com razão e emoção acompanhar a audiência e aguardar o pronunciamento de quem representa esse lugar que tenho assento aqui agora, que é a dra Raquel Dodge.⁶¹

Ressalto, na fala do vice-procurador geral da república, sobretudo, a necessidade de se olhar para razão e emoção, dando a entender que, entre os expositores, também fala-se com razão e com emoção; em segundo lugar, ressalto que há um entendimento da audiência pública como uma discussão sobre a interferência do Estado na vida privada de pessoas humanas concretas, que ele julga ser um assunto fundamentalmente feminino (e portanto é importante que as pessoas que julgam sejam mulheres); e que o resultado da audiência é decidido baseado em fatos (e não em astros). A fala do vice-procurador da república, têm alguns pressupostos que gostaria de apontar, num primeiro momento. Algo que salta aos olhos é a reafirmação de certos dualismos em sua fala, como a oposição entre razão e emoção, entre vida privada e Estado, entre pessoas humanas concretas (versus um sujeito virtual), entre o corpo feminino e o masculino, entre fatos e astros (talvez em certa equivalência com ciência e algo que transcenderia). Todos esses pressupostos compõem o meio em que audiência acontece e apareceram em diversos arranjos ao longo dos dois dias de audiência, que contou com a presença de 45 expositores das mais variadas organizações, instituições e lideranças.

No início desta seção destaco uma característica dos atores envolvidos nesse processo. Como ressaltou a ministra Carmen Lúcia, e posteriormente a ministra Rosa Weber, todo o debate que aconteceu naqueles dias envolveu especialistas. Por parte dos expositores – que

⁶¹Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=dugDjoH-PYI&t=17477s> (Acessado em: 01/01/2019)

foram legitimados na figura do especialista logo de início –, e também por parte dos participantes do julgamento do STF que são especialistas em direito, na jurisdição e na Constituição. Todo o ritual da audiência só pode acontecer porque existe, a priori, a legitimação daqueles que expõem, e daqueles que julgam. Como veremos adiante, essa legitimação é posta em cheque algumas vezes no decorrer da audiência pública, mas a princípio, ela partiria desse acordo prévio. As qualificações acadêmicas dos expositores fazem parte da apresentação dos mesmos, legitimando dessa forma suas respectivas falas.

Não será o foco de análise, aqui, percorrer cada uma das exposições, mas selecionar algumas falas específicas que julgo pertinente para a composição deste capítulo. Isso porque, me interessa os argumentos pró e contra a ADPF 442, mas ainda mais como Católicas está jogando esse jogo no âmbito jurídico. Não retomo portanto, uma ordem cronológica, mas uma ordem estratégica, privilegiando a fala da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, ocorrida no dia 6 de agosto de 2018. Contrasto a fala de Católicas principalmente com a fala da CNBB por ser uma organização Católica com forte influência pública, e que de certa forma representa e legitima a fala do catolicismo no país. Logo depois, me utilizo de uma fala que ocorreu no primeiro dia de exposições da representante do grupo *Brasil sem aborto* mas porque esta se refere às ONGs em sua exposição. Também visio contrastá-la também com a fala de Católicas mas através de outros aspectos.

A fala de Católicas

A expositora responsável pelo grupo, naquele dia foi Maria José Rosado Nunes, a Zeca. A mesma pessoa que estava presente no evento na Defensoria Pública de São Paulo. Na apresentação que usualmente antecede a fala dos expositores, Zeca foi introduzida como socióloga com doutorado pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, e professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Entre os feitos acadêmicos, aparece como líder do grupo de pesquisa *Gênero, Religião e Política* pesquisadora do CNPq e professora visitante da Harvard University em 2003. Por fim, foi ressaltado que trabalhou nas Comunidades Eclesiásticas de Base nas áreas mais pobres do Brasil, e que fundou e hoje ainda integra a coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir no Brasil. Em 2005, foi nomeada pela Associação Mil mulheres para a paz para receber o prêmio Nobel da paz, e em 1997 recebeu prêmio como empreendedora social. Sua apresentação durou cerca de 20 minutos – o tempo máximo de exposição para cada especialista –, tocando demoradamente aspectos de

sua militância, de sua profissão enquanto professora e pesquisadora, e também enquanto católica.

Ao falar, Maria José Rosado Nunes optou por percorrer um caminho menos óbvio do que se esperava. Um caminho que pareceu contrário a um movimento que estava sendo utilizado nas falas de grupos e lideranças religiosas num primeiro instante. Foi uma exposição, que, antes de mais nada, se voltou para a religião. Afirmando não esconder o lugar de onde falava mas também colocando-se como “cidadã, pesquisadora, feminista e integrante de Católicas pelo Direito de Decidir”, evocou as palavras do papa Francisco sobre o assunto, “o que nesse espaço poderia ser considerado inadequado, pois o Brasil é um país laico”. Chamou-as porque as mulheres católicas recorrem ao aborto em grande número, como indicam as pesquisas, “são a maioria das mulheres que abortam em nosso país, e a sua fé religiosa conta no momento de sua decisão”. Assim como contariam o peso da ilegalidade e a possibilidade de serem mal tratadas ou presas. A inadequação de se falar do papa em uma audiência pública remete àquela dualidade evocada pelo vice-procurador da República. O país laico seria aquele que asseguraria que a religião não exercesse qualquer influência sobre o Estado.

Dando continuidade à sua fala, evocou sua vivência enquanto religiosa católica, quando foi freira e durante anos morou em zonas pobres e teve a oportunidade de conhecer mulheres as quais chamou pelo nome, Tereza, Ni, prostitutas, para quem a religião “era o único consolo na vida”. Para ela, seria desonesto falar que o papa não considera o aborto um pecado “diferentemente de nós, católicas feministas”:

No entanto, desde que logo no início de seu pontificado, em outro contexto, ele diz “quem sou eu para julgar?”. Um redirecionamento estabeleceu-se já indicado anteriormente, quando na praça de São Pedro, em Roma, ele pediu a multidão de fiéis que o abençoasse, num claro gesto de reconhecimento da autoridade da comunidade de fé. Por séculos a igreja considerou-se a portadora única da verdade e da capacidade de julgar os atos humanos e mesmo a sociedade. O que o papa fez foi colocar-se em outro lugar, num outro horizonte, aquele do pastor. (...) Foi ainda o que reiterou quando estendeu aos padres a possibilidade de oferecer perdão as mulheres católicas que tivessem abortado e se sentissem culpadas. Em lugar da excomunhão o acolhimento. Não é de se admirar que a Igreja mude, historicamente ela sempre mudou quando percebeu que as sociedades mudavam, foi assim em relação a escravidão e foi assim em relação aos Direitos Humanos. Recentemente, mais uma mudança: a condenação da pena de morte por tanto tempo aprovada pela Igreja. Por que não poderia reconsiderar sua posição em relação ao aborto? Lembremo-nos que a ilegalidade faz do aborto uma forma de pena de morte para as mulheres.

O argumento religioso e sobre a mudança de posicionamentos ao longo da história da Igreja Católica foi utilizado, então, como uma estratégia que tornaria possível a não-condenação de casos de aborto frente ao catolicismo. O papa Francisco é um elemento-chave, como já vimos inúmeras vezes, que permite com que elas façam esse tipo de argumentação. Considerado por

muitos – mas não exatamente por elas – um papa progressista, em uma audiência pública elas o mobilizam exatamente desta forma: como um papa que traz consigo uma atualização da Igreja Católica para seu tempo, alguém que percebe as mudanças do mundo e tenta acompanhá-las. Se o papa, que é o representante máximo da Igreja Católica muda sua posição frente a condenação de um aborto, por que não um país democrático e laico? Ademais, estabelecer uma ordem de equivalência entre a política punitivista do Estado de matar pessoas que cometeram determinados tipos de crime e a não permissão de procedimentos seguros para mulheres que desejam interromper a gravidez levando-as a óbito, Zeca impõe uma responsabilização dessas mortes ao próprio Estado. Se a Igreja se opõe a pena de morte, como ela seria a favor de uma política que está matando mulheres e culpabilizando-as? A imagem que vemos, nesse sentido, tem algumas semelhanças com a escultura *In the name of God*, que apareceu no terceiro capítulo.

Ainda em relação às religiões, destacou que as posições existentes a respeito do aborto são diversas. “No campo evangélico organizaram-se ultimamente mulheres favoráveis a legalização do aborto. São as Evangélicas pela Igualdade de Gênero, e as Evangélicas pela Legalização do Aborto.”, no campo católico afirmou este ser um objeto de discussões internas entre moralistas, teólogos, teólogas e a comunidade de fiéis. Por fim, lançou mão de um argumento religioso amplamente utilizado pela ONG: “(...) há, numa antiga tradição cristã um princípio fundamental conhecido como probabilismo, segundo o qual, onde há dúvida, há liberdade”. Maria José Rosado Nunes, então, continuou sua exposição com base em um outro grupo de argumentos, mais voltado para a integridade das mulheres do que à religião, sem isso representar uma total quebra entre os assuntos tratados. Falou sobre a questão do aborto ser tanto uma questão de justiça racial quanto social, uma vez que são as mulheres negras e pobres que morrem vítimas de procedimentos inadequados, maus-tratos em hospitais e até mesmo com a prisão. Frisou que a questão do aborto é também uma questão de democracia. A realização plena da democracia, para as mulheres, exigiria, para ela, que as mulheres tivessem reconhecidos os seus direitos sobre seus próprios corpos. E para ela, isso exige que o Estado não seja regulado por nenhum credo particular. Este marca o ponto de passagem para o argumento mais contundente da ONG, o que elas apostam em praticamente todas as iniciativas que vimos ao longo dos três capítulos, e julgam necessário retomar quando a questão do aborto vai para o âmbito jurídico-legal. Um Estado laico, afirmou Zeca, não é um Estado contra todas as religiões

“(…) mas não permite que se imponha a toda a sociedade, cada dia mais diversa em suas adesões religiosas, normas e a agenda moral religiosa, o que seria um desrespeito a própria Constituição. As liberdades religiosas são preservadas quando se distingue crenças pessoais ou de grupos, do ordenamento jurídico que diz respeito a totalidade da população.”

Novamente, o Estado Laico é introduzido como aquele que deve preservar as liberdades religiosas mas que não opere a partir de nenhuma agenda moral e normativa de uma religião específica. Vemos, através dessa frase, que aqui se distingue claramente crenças pessoais ou de grupos, e portanto particulares, do ordenamento jurídico que diz respeito ao público, a população em geral. O terceiro movimento da exposição de Zeca foi tornar evidente a questão do aborto como uma questão ética e moral. Afirmou que na tradição católica reconhece-se que um princípio fundamental ético é o respeito ao recurso a própria consciência em casos de maior dificuldade de tomadas de decisão, como é o caso do aborto. “Isso significa que há um campo para o exercício da liberdade em que a própria consciência informada é o recurso último da decisão”. Seria um dever ético da sociedade reconhecer as mulheres como agentes morais de pleno direito com capacidade de escolha e decisão. “Imoral é que outros decidam sobre o que nós mulheres podemos ou não fazer com os nossos corpos, com a nossa capacidade reprodutiva, com a nossa vida”.

“(…) A decisão por um aborto pode ser tão moralmente aceitável quanto aquela de manter uma gravidez. Sua legalização realiza uma profunda ruptura ideológica e política fundamental no pensamento, na lógica e na prática política e social em relação a um conservadorismo moral que nos confina a nós, mulheres, num único papel de mães e esposas, Belas, recatadas e do lar. Degradando assim a maternidade porque a entende como destino biológico e não como escolha ética e de direito. É desumano, imoral exigir das mulheres que se façam mães simplesmente porque são dotadas da possibilidade biológica de gerar.”

O argumento, então, é que ao regular o que mulheres podem ou não fazer com seus corpos, a decisão é antes associada a um destino biológico da mulher, por sua capacidade de gerar. A palavra “destino” ganha a conotação de uma determinação, de algo que não se foge, não se desvia. Sendo assim, manter uma gravidez não poderia ser visto como uma escolha ética e de direito de quem tem uma consciência que decide pelos próprios atos. Por fim, Zeca adentrou a polêmica questão do início da vida humana.

Evitando utilizar dos argumentos científicos utilizados amplamente ao longo da audiência para justificar ou contrariar a ADPF, a expositora recuperou o fato de que no caso da Igreja Católica, foi somente na segunda metade do século XIX em 1861, que o aborto foi declarado um pecado, sem nunca ter se tornado um objeto de dogma. “O pecado que havia, como já mostrou a pastora Lusmarina, era a infidelidade.”. Dessa forma, a representante de Católicas promoveu uma inversão nos argumentos religiosos que normalmente se postula. A

estratégia era deslocar as informações sobre a tradição católica que parecem autoevidentes do seu caráter de certeza; desestabilizá-las com argumentos históricos e que afirmavam a não-homogeneidade da própria tradição, como quando evocou as Evangélicas pela Igualdade de Gênero, e as Evangélicas pela Legalização do Aborto. Ao final de seu texto, trouxe o caso irlandês para a cena como exemplo de país extremamente católico que votou pela descriminalização do aborto, e sumarizou os principais pontos, bem como a opinião final do grupo: a favor da vida das mulheres, a favor da descriminalização do aborto.

Ainda que representantes de outros grupos religiosos pró-descriminalização do aborto tenham sido chamados para a audiência, o fato de Zeca reforçar a existência das Evangélicas pela Igualdade de Gênero e das Evangélicas pela Legalização do Aborto é de fundamental importância para entender a valoração que Católicas dá para esse tipo de organização que fala desde dentro das próprias tradições religiosas. A enunciação desses grupos faz com que eles se tornem legítimos aos olhos delas, e evidenciam um compartilhamento de opiniões, ideias, ideais, sentidos entre grupos de mulheres católicas e grupos de mulheres evangélicas. Mostrar a aliança que existe entre esses dois grupos é portanto, parte da estratégia da ONG⁶².

O enfoque na religião e na tradição católica foi algo que não apareceu nos discursos dos representantes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que priorizaram aspectos médico-científicos e até mesmo jurídicos da questão. A argumentação desses grupos tiveram como principais objetivos, primeiro, insistir na questão do início da vida desde a concepção (através da ciência e também do direito); e deslegitimar, recorrendo à Constituição e aos princípios legais, a convocação da audiência pública pelo Supremo Tribunal Federal. Tenciono demonstrar como e por que essa mudança de postura entre os grupos com lideranças religiosas acontece. Opto por trazer algumas questões referentes aos discursos aqui colocados, como a questão do início da vida, e a questão da laicidade. É por isso que julgo de extrema importância trazer as falas desses representantes de forma a contrastar com a de católicas e entender que tipo de concepção de vida, de estado laico, de religião, se trabalha em cada uma delas. Ao separar por eixos temáticos (grupos considerados católicos e também por categorias escolhidas), tento estabelecer uma narrativa que permita fazer esse tipo de comparação.

⁶²Na Marcha das mulheres de 2019, que ocorreu no dia 8 de março, Católicas esteve presente ao lado das Evangélicas pela Igualdade de Gênero.

A fala da CNBB

Pela CNBB falaram dois representantes. O primeiro deles, Dom Ricardo Hoerpers abriu as falas do dia 6 de agosto e compôs a mesa que Maria José Rosado Nunes participou. Logo no início de sua exposição reiterou “Infelizmente, querem nos desqualificar como fanáticos e fundamentalistas religiosos que impõem sobre o Estado Laico uma visão religiosa”. Tratou de responder a essas acusações: “onde está o fundamentalismo religioso em aderir aos dados da ciência que provam o início da vida desde a concepção? Onde está o fanatismo religioso em pensar que todo o atentado a vida humana é um crime? Onde está o fundamentalismo religioso em dizer que queremos políticas públicas que atendam a saúde das mães e dos filhos?”. Essas perguntas retóricas tinham como objetivo mostrar o quanto essas questões não são religiosas, e sim da ordem da ciência, do direito e de cidadania. Continuou sua exposição citando os artigos do código penal que dariam suporte à defesa da vida desde a concepção. Um segundo movimento de sua apresentação, interessante, foi exaltar que não se pode comparar um bebê com um rim, uma vesícula, algo que está matando mulheres por causar algum mal.

“(…) Se é um problema de saúde pública deve ser tratado e solucionado como tal, mas não foram poucas vezes que ouvi nessa audiência a ideia de que é necessário que a mulher supere e transcenda a imposição do papel materno. A ideia do desengravidar as mulheres.”

O argumento visto na exposição de Católicas, de que negar às mulheres autonomia sobre os próprios corpos é colocá-las numa posição na qual a regulação de suas vidas se dá pela capacidade biológica de gerar outro ser humano - e não por sua capacidade ética e moral de decidir sobre sua própria vida e sobre seu próprio corpo -, parece ser uma ideia que perpassa essa fala. Ainda que Zeca só tenha exposto depois, a ideia de que a mulher não pode se resumir ao papel materno foi presente em toda a audiência pública, e aqui aparece num tom pejorativo. Para o expositor, há uma inversão de valores nisso. Em sua arguição, os artigos 124 e 126 do código penal foram recepcionados por todas as mulheres que pensaram em abortar mas não o fizeram ao lembrar que é um atentado contra a vida. Negar isso, para ele, seria “negar a capacidade de discernimento de todas as mulheres que optaram por não abortar para salvar seus filhos”. Dessa forma, o argumento utilizado por Católicas de que o aborto é uma escolha ética e moral, de que mulheres tem o discernimento para decidir sobre seus corpos, é aqui, colocado de forma que as mulheres que optaram por não abortar acabam ganhando um *status* mais ético e mais moral do que as que optam pelo aborto. Aqui se cria uma imagem exclusiva na qual, confiar no discernimento das mulheres que optam por realizar um aborto é, automaticamente, ignorar o discernimento das mulheres que optaram por não abortar.

Dando continuidade a sua exposição, outra inversão foi proposta. Se a questão do abortamento é, para o teólogo, uma questão de saúde pública, então devem-se oferecer saúde e proteger tanto a vida da mãe quanto a do filho. A questão para ele, seria a promoção de políticas públicas que atendam eficazmente as mulheres nos campos da saúde, da segurança, entre outros. No entanto, “isso não é matéria para ser discutida nessa Corte e sim no legislativo”. O teólogo, então, se dirigiu a ministra-relatora Rosa Weber, e invocou um argumento de outra ordem: “(...) A senhora poderá mostrar ao mundo que nenhuma sociedade democrática está condenada e obrigada a legalizar o aborto por pressões externas. Poderá mostrar que nosso país não se rebaixa para interesses estrangeiros sobre a nossa soberania”.

A questão da soberania nacional é uma noção que volta em inúmeras exposições. Algumas a evocam para driblar o fato de que em inúmeros países desenvolvidos o aborto já foi legalizado. Outras a utilizam para atacar ONGs⁶³ e ideias progressistas que consideram “imperialistas”. Essa seria a chance do STF mostrar que o Brasil é capaz de produzir projetos sociais que ajudem as mães a aos filhos. Um exemplo desses projetos, segundo ele, são as próprias iniciativas da Igreja Católica, que ajudam as mães a gerarem e cuidarem de seus filhos.

“(…) Nós estamos aqui porque fazemos parte da maioria dos brasileiros que são movidos sim pela fé em deus, mas que também pelo cuidado e defesa da vida. Por essa fé não medimos esforços nos gestos de verdadeira solidariedade, justiça e fraternidade. Pedimos, como CNBB, que essa suprema corte não permita a descriminalização do atentado contra a vida nascente. Em nome de muitas mulheres que infelizmente morreram por causa do aborto, aqui foram lembrados no último dia, são perdas irreparáveis. Mas nesse momento a minha homenagem é para as crianças que morreram com suas mães.”

Por fim, o expositor enfatiza que lamenta mais a morte das crianças que morreram junto com as mães do que necessariamente a vida das mulheres. Num novo jogo de inversões, e contraposições de argumentos. Ainda que o teólogo lamentasse a morte das mulheres, as verdadeiras vítimas, segundo ele, foram as crianças que cresciam em seus ventres. Ao contrário do que Católicas afirmou, o de que a penalização do aborto equivale a uma pena de morte para as mulheres, o procedimento seria o equivalente a uma pena de morte para os bebês, que obrigatoriamente morrem junto com as mulheres.

O segundo expositor da CNBB, padre José Eduardo, focalizou em um aspecto comum ao primeiro, mas escolheu destacar quatro argumentos jurídicos em sua fala. O argumento em comum com a exposição anterior, é a reiteração da defesa da integralidade, e inviolabilidade da

⁶³A CNBB redigiu uma nota sobre a ONG Católicas pelo Direito de Decidir em 2008, em que reafirmava que se tratava de uma organização baseada no grupo norte-americano “Catholics for a Free Choice”, e que não falava pela Igreja Católica. Para mais informações ver: <http://www.cnbb.org.br/nota-da-cnbb-sobre-as-catolicas-pelo-direito-de-decidir/> (Acessado em: 01/01/2019)

vida humana desde sua concepção até sua morte natural, condenando dessa forma todas e quaisquer alternativas que pretendam legalizar o aborto no Brasil. Passou então a explicação de quatro pontos. O primeiro deles é o de que a que a Corte, é em si mesma, ativista. Segundo ele, a corte estava “se fingindo ouvir partes, mas, na verdade, o que se está fazendo é legitimar o ativismo que virá em seguida”, e acrescentou:

“(…) prova disso é que os defendem o reconhecimento do aborto como um direito tiveram bem mais que o dobro do tempo e bem mais do que o dobro de representantes do que os que defendem a posição contrária. Isso não respeita o princípio do contraditório que está expresso na Constituição federal cujo artigo 5º inciso 55 estabelece que aos litigantes em processo judicial ou administrativo são assegurados contraditório à igualdade das partes no processo e a ampla defesa. Esta audiência, ao contrário, é parcial. A própria maneira como está sendo conduzida viola a constituição.”

O segundo argumento para deslegitimar o processo que ocorria naquele espaço, foi falar, justamente que a petição inicial (a do PSOL) é inapta porque a lei 9882/99, que, seria a lei que rege as ADPFs, estabelece como requisito ao processamento que a petição inicial venha instruída por controvérsia. O padre afirmou, então, que desde 1988 “nunca houve controvérsia alguma sobre a constitucionalidade da norma impugnada”, e denunciou que a controvérsia foi na verdade fabricada no “voto do *habeas corpus* 124.306 redigido pelo ministro Barroso, ex advogado de organizações que defendem a despenalização do aborto”. O terceiro ponto que o padre ressaltou, foi que o Supremo Tribunal Federal não poderia “usurpar o poder constituinte originário”, já que o artigo 5º da Constituição estabelece a inviolabilidade do Direito a vida como cláusula pétrea⁶⁴, e que no seu parágrafo 2º estabelece que qualquer interpretação restritiva dos direitos consignados no artigo deve ser proibida. Por esse motivo, o expositor afirmou que “tanto essa audiência pública quanto esse processo são ilegítimos”.

O quarto e último argumento utilizado pelo padre da CNBB foi de outra ordem. Falou que os números apresentados sobre as estatísticas do aborto utilizados pelos expositores pró-aborto são discordantes. A partir da apresentação dessa denúncia, o expositor percorreu vários números, recuperou falas anteriores, como as da antropóloga do Instituto de Bioética ANIS, Debora Diniz, e tratou de identificar o que ele considerava argumentos falaciosos, se fossemos fazer um trabalho estatístico de fato, dando a entender que aqueles eram dados manipulados: “Toda essa inflação, é para poder concluir que onde se realizou a prática, realizaram-se menos abortos do que no Brasil.”, mas segundo ele, essa não representa a realidade, e através de números e cálculos estatísticos mostrou seu ponto de que nos países em que o aborto foi

⁶⁴Cláusula Pétrea refere-se a artigos da Constituição que não podem ser alterados, para mais informações ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%A1usula_p%C3%A9trea (Acessado em: 01/01/2019).

legalizado a quantidade de abortos realizados variou de 3 a 23 mais abortos que o Brasil proporcionalmente. Por fim, fez um apelo à Corte: “Por favor, não mintam para o povo brasileiro, não subestimem a democracia. A democracia não é somente voto. Eles estão vendo o que está acontecendo aqui, sabem o teatro que está sendo armado e sabem como fazer valer o seu papel no regime democrático.”

Resumi acima o argumento das três instituições presentes que se autoproclamam católicas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir. Um grupo pró e um grupo contra a descriminalização do aborto. O interessante no movimento desses textos, quando analisados em relação, é que enquanto o do grupo de Católicas, em sua arguição, está constantemente voltando para a literatura e a tradição católica, os expositores da CNBB recorreram a argumentos do próprio Direito, fosse para frisar que o direito à vida desde a concepção está garantido na Constituição, fosse para deslegitimar a proposição inicial ajuizada pelo PSOL, os ministros do STF e até mesmo a validade da própria audiência pública. É interessante que o primeiro movimento da primeira fala da CNBB foi o de afastar essas categorias de acusação como “fundamentalistas religiosos”, recorrendo à própria Constituição. Dessa forma, enquanto a Igreja Católica tenta se encaixar nos moldes da laicidade, como se é esperado, o modo de operar do grupo de Católicas é um confronto direto com a tradição católica. Destaco que a fala de Católicas não contempla somente esse aspecto, mas o julgo mais interessante para contrastar com as falas de outro grupo católico. Fica mais curioso a medida em que tanto na peça de *amicus curiae* quanto na própria fala da audiência a reivindicação de um Estado Laico é muito forte. Então, por quê reivindicar o espaço da tradição? Por que tornar a descriminalização do aborto inteligível na tradição católica em meio a uma audiência pública?

Em certa medida, a fala de Maria José Rosado, de Católicas, tanto no evento da Defensoria Pública quanto na audiência pública do STF, já nos dá uma pista de como historicamente a Igreja Católica se formou como “dominante”. O argumento de responsabilização da Igreja Católica por uma política de culpabilização e criminalização de mulheres, bem como o de que a maioria das mulheres que abortam no país são católicas, que exercem sua fé, são alguns dos exemplos que colocam a fé católica como um fator importante, apesar de não tanto um impedimento para a realização do procedimento abortivo. Por outro lado, quando o padre José Eduardo afirma que não há controvérsia em torno do artigo da Constituição que protege a vida desde a concepção, é como se ele estivesse dizendo que

fundamentalmente, a sociedade laica e democrática concorda com aquilo. Ao mesmo tempo, o simples fato de o padre ter que enunciar que não há controvérsia, já instaura a controvérsia. O consenso, no exato momento da enunciação, não é autoevidente. A audiência pública comprova isso. Quando Católicas se volta para a Igreja e a tradição ela instaura a controvérsia no seio da própria religião, desestabilizando a própria legitimidade dos discursos religiosos católicos.

Sugiro aqui, juntamente ao artigo do antropólogo Eduardo Dullo sobre política secular e a intolerância religiosa na disputa eleitoral, de que há uma constante “reatualização da posição católica como dominante, ao mesmo tempo que torna explícita a crescente presença de outras formas, contestatórias de sua normatividade” (DULLO, 2015, p.40). Ela, de maneira simultânea, se mantém no domínio estabelecido como “religioso” socialmente, e também aparece como uma das defensoras da constituição de uma sociedade civil secular e democrática, como pudemos ver na fala do teólogo da CNBB. Para Dullo, existe uma constituição histórica da secularidade democrática brasileira a partir do entendimento católico do tema. Ou seja, ele argumenta que a percepção consolidada do que é uma posição “laica” no debate político é derivada da própria posição católica. Como afirma o antropólogo Ronaldo Almeida (2018), a própria Constituição Cidadã de 1988 declara em seu preâmbulo que “os representantes do povo brasileiro” estão “sob a proteção de Deus”. Além disso, a cristandade oficial católica fica ainda mais visível pelo crucifixo que orna a parede principal do Supremo Tribunal Federal, ao lado da bandeira e do brasão nacionais. A argumentação de que a Constituição assegura a vida humana desde a concepção entraria nesse jogo, e facilitaria a reafirmação de um argumento católico para manter a lei que criminaliza o aborto.

A estratégia de deslegitimar todo o processo que levou à Audiência Pública pela descriminalização do aborto é também algo interessante a ser analisado. Coloca-se em suspensão a legitimidade de autoridades através da imparcialidade ideológica. Se o STF não é parcial, então todo o processo está comprometido. Também localizam na própria Constituição as bases para o questionamento. O Supremo Tribunal não deve legislar sobre pautas morais e isso gera a reação imediata de grupos específicos que de certa forma, anseiam por legislar essas mesmas pautas. De certa forma, esse é um movimento comum aos últimos anos, em que o STF parece ter aceitado a pecha de decidir sobre pautas morais, a exemplo do reconhecimento da união homoafetiva em 2011, o reconhecimento da possibilidade de registrar dupla paternidade para uma mesma pessoa; o porte de maconha, que está paralisado no STF mas que em 2015 já era uma pauta; e em 2019, a Corte abriu o julgamento sobre a criminalização da homofobia.

Essas ações têm encontrado oposição ao longo do tempo, e o indicativo de que o STF e o sistema judiciário tem um “lado”, ou seja, é parcial, inclusive como foi utilizado na audiência pública, de que o STF é “ativista”, passa a ser apontada pelos próprios grupos que outrora detinham o controle sobre essas questões.

A fala da representante do Movimento Brasil sem Aborto

Passo agora a uma fala que ocorreu no primeiro dia de audiência pública, da representante do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, “Brasil sem Aborto”, Dra. Lenise Aparecida Martins Garcia, por ser uma das pessoas que denunciou o colonialismo das ONGs que se apresentariam no segundo dia de debates. Também considero importante nessa apresentação, o lugar de onde ela fala, que é o do grupo dos especialistas, e portanto, retomando a fala do vice-procurador geral da república, do lugar da razão. Considero essa fala excepcionalmente importante pois implica Católicas diretamente, ao mesmo tempo que se contrapõe a elas em diversas camadas argumentativas. A Dra, que é especialista em farmácia e bioquímica, se apresentou depois da fala de uma antropóloga chamada Adriana Dias, que falou sobre direitos sexuais e reprodutivos de mulheres com deficiência. Ao terminar sua exposição, a antropóloga frisou a frase “nada sobre nós, sem nós”, para ressaltar que se deve levar em consideração a voz das próprias pessoas com deficiência ao falar sobre a regulação de seus corpos. Ao falar, Lenise retomou essa frase mas se contrapôs a ela, afirmando que: “aqui nós temos um problema porque o mais interessado nessa conversa ainda não pode falar”. Enquanto proclamava essas palavras, levantou uma réplica de um feto no útero, em tamanho pequeno, para que o público soubesse de quem falava. Então, se colocou, prontamente, como a pessoa que falaria sobre aquele que morre em cem por cento dos casos de aborto: o feto. “Para ele, não existe aborto seguro”. Sua argumentação priorizou a temática do marco inicial da vida humana. Para ela, quando se pergunta quando começa a vida, desconsidera-se a ciência logo de cara, pois desde Pasteur já foi demonstrado que não existe geração espontânea. Ou seja, um ser vivo vem de outro, e ele não pode começar a não ser a partir de outro ser vivo. Mas a relação de maternidade, paternidade e filiação, segundo ela, só pode ser estabelecido em um momento muito claro que é a fecundação. “Esse é o único momento que pode ser estabelecido como o início de um novo indivíduo”⁶⁵.

⁶⁵Para ver uma discussão que põe em cheque essa ideia ver Strathern (1995) em seu texto intitulado *Necessidades de pais, necessidade de mães*.

Em determinado momento da exposição, a dra. passou um vídeo da national geographic, que lançou uma série de vídeos curtos sobre cada semana da gravidez. Ela selecionou o vídeo de 11 semanas, porque pensa que é mais expressivo: “Isso são imagens reais em 3D, tá?”. Em uma passagem do vídeo, mostra-se o bebê, com 11 semanas, mexendo as pernas. Simultaneamente o áudio do arquivo informa a audiência que é o sistema nervoso que emite um sinal para que ele mexa as pernas. “Não digam que não tem sistema nervoso, já ouviram.”. O vídeo também fala que todos os elementos de um bebê humano estão formados e tem apenas 7 cm de comprimento. “Se for uma menina ela já tem útero, então as pessoas que dizem que têm direito sobre meu próprio útero eu digo ‘você sim, e a sua filha tem direito ao dela’”.

É interessante pensar que a estratégia de utilização de materiais audiovisuais não é incomum às audiências públicas. Como a antropóloga Lilian Sales aponta em seu artigo sobre a *Controvérsia em torno da liberação das pesquisas com células-tronco no Brasil* (2015), os expositores pró-pesquisa usaram imagens mostrando o sofrimento das pessoas antes e depois do tratamento que receberam com células-tronco embrionárias. Esses relatos e histórias de vida tem por objetivo humanizar os pacientes ao explicitar suas fragilidades e estendê-las as próprias pessoas que estão vendo ou lendo (SALES, 2015). Apesar de o caráter do vídeo do *national geographic* ter um caráter mais informativo, o vídeo alternava imagens reais, aumentadas em 3D do bebê em desenvolvimento na barriga, e imagens de como os movimentos que ele fazia enquanto ainda estava na barriga iriam se desenvolver quando ele estivesse fora. Então os impulsos nervosos que fariam os pés mexer dentro da mulher, seriam os mesmos que num futuro permitiriam a criança correr, pular, etc. A imagem de um desenvolvimento progressivo de um feto ao longo do tempo, tem esse mesmo efeito de humanização do qual Sales fala. Tem também um outro efeito que está ligado a esse primeiro. Torna-se perceptível através do vídeo que se tenta criar e evidenciar um desenvolvimento progressivo de uma criança que é uma pessoa autônoma desde sua concepção. Isso é elaborado visualmente de algumas formas: primeiro porque o vídeo dentro da barriga da mãe não mostra a mãe. Não há uma ligação entre o bebê e a mãe na imagem tirando o fato de que ele está dentro de um recipiente esférico. Outro aspecto é aquele que evidencia uma correspondência entre elementos já ativos no corpo do bebê dentro e fora da mãe, e como eles correspondem a mesma função. O fato de Lenise escolher um vídeo em que a criança tem 11 meses é para mostrar que nessa idade, a criança já tem o sistema nervoso formado. Por quê é importante mostrar que a criança tem o sistema nervoso formado? Algumas posições sustentam que se a medicina declara a morte cerebral como o fim da vida,

então o sistema nervoso formado conformaria o início da vida. Não é a intenção, no entanto, entrar nessas questões por hora.

O fato de se focar na autonomia do bebê contrasta de algumas formas com o que foi apresentado pela exposição de Católicas que defendeu a autonomia e a dignidade da mulher em relação a do feto. Criar essa imagem de uma criança autônoma se desenvolvendo desde a concepção faz com que a decorrência disso seja que o feto é um ser individual, um indivíduo dotado de direitos e autonomia própria também. Sales destaca que “a unicidade e a individualidade do embrião estariam presentes, segundo os pesquisadores pró-vida, no código genético único e irrepetível que se forma no momento da fertilização”. (SALES, 2015, p. 92), essa univocidade remete a uma pessoa moderna específica. Levar isso às últimas consequências equivaleria a colocar a vida do feto com a mesma valoração da vida da mulher, ele possui o mesmo estatuto que a mãe, sendo concebido como pessoa e tendo direitos. Para Rothman (1987), técnicas médicas como a ultrassonografia e a cirurgia fetal, contribuem para a construção de representações do feto como indivíduo. O fato de que o feto é um ser autônomo esteve presente em muitas apresentações, e isso se deu através da tríade: unicidade (características específicas que lhe atribuiriam individualidade); sua autonomia (independência), e a capacidade de se comunicar.

Em relação a esse aspecto, até mesmo os próprios argumentos utilizados operam de formas distintas a depender do que se objetiva. Em sua pesquisa na audiência pública que analisou a controvérsia em torno das pesquisas com célula tronco, Lilian Sales pôde observar que os pesquisadores pró-vida afirmavam que o embrião só poderia se desenvolver dentro do útero da mãe, ou seja, que era necessário uma mãe para que o feto pudesse se desenvolver e uma vida pudesse ser gerada. No caso de uma audiência pela descriminalização do aborto, foi necessário um novo deslocamento do que se entende por vida para que os quadros propostos pudessem se tornar, ao menos, pensáveis. Enquanto foi possível afirmar que um embrião necessitava de um corpo materno para liberar pesquisas com células-tronco, a reafirmação dessa constatação na audiência pública pela descriminalização do aborto só legitimaria o ponto daqueles que são contrários a esta questão.

É também inegável que o material audiovisual tem seu próprio poder de persuasão, como foi falado amplamente no capítulo 2. Ao debruçar sobre uma o campo de análise das imagens médicas, a socióloga da ciência Regula Valérie Burri (2012) desenvolve o conceito de “lógica visual” para dar especial atenção a essas características específicas das imagens

laboratoriais e médicas, e que foram utilizadas na audiência pública. Segundo ela, as imagens médicas têm três principais propriedades que juntas, caracterizariam essa lógica visual. A primeira chama-se “valor visual”, que se refere a capacidade que uma imagem tem de juntar, simultaneamente, informações distintas. Enquanto Dra. Lenise e outros expositores falavam 5 minutos – ou o equivalente a três páginas de texto – sobre algumas das características físico-químicas que fazem do embrião uma vida autônoma, o vídeo do feto se desenvolvendo e se mexendo condensa todas essas informações simultaneamente. Isso simplifica, de certa forma, o entendimento da audiência sobre o que está sendo falado. A partir dessa imagem também foi possível a comparação com uma outra imagem de uma criança em desenvolvimento fora da barriga da mãe. A imagem também tem essa característica de se chegar à conclusão de que é o mesmo estímulo cerebral que está em jogo ao comparar duas imagens distintas.

Ao mesmo tempo, existe todo um jogo de “performance visual”. Burri chama de performance visual a forma pelas quais os signos visuais são compostos em uma imagem. Ao produzir uma imagem médica aspectos específicos estéticos são incorporados àquela imagem. A imagem é feita, de certa forma. Esse critério estético é incorporado e aprendido pela prática social, elas são seleções estéticas e composições intencionais que seguem regras específicas de cada área profissional e que também requerem um profissional específico para seu entendimento. Ela também incorpora aspectos culturais, locais, e históricos que podem fazer dela algo mais ou menos legítimos. Ao mostrar a imagem de um bebê na barriga da mãe, têm-se um recorte específico que é o corpo inteiro do bebê, se movendo, pulando, chutando. A configuração da imagem poderia ter sido feita de outras formas, mas não foi. E isso também tem efeitos visuais bastante específicos.

O terceiro e último aspecto das imagens médicas está exatamente no poder de persuasão que esta pode ter. Que é o que a autora chama de persuasão visual. As imagens médicas são comumente investidas de uma autoridade científica que as tornam “fatos objetivos”. Utilizá-las dessa forma, e ainda, afirmar que é uma imagem real de um procedimento médico em 3D tem um efeito de reafirmação dessa proposição frente a Corte. Simultaneamente se retroalimenta a autoridade e legitimidade do especialista, e a autoridade e legitimidade da imagem. A sensação de ver uma imagem mais real do que o que nós, como seres humanos, somos capazes de ver sem as lentes da tecnologia, causa um efeito de intensidade diferente aos espectadores. Isso é também um efeito que está dentro de uma margem sócio-histórica específica, mas que não deixa de ser de fundamental importância para a análise.

Toda essa argumentação no que diz respeito ao material audiovisual utilizado pela representante do grupo *Brasil sem aborto* nos faz pensar o por que não é viável para grupos pró-descriminalização utilizarem dos mesmos artifícios. Principalmente o grupo de Católicas, que como foi visto, produziu muitas iniciativas nesse sentido. Esse é um pequeno parêntese no texto para talvez enunciar algumas das explicações possíveis para isso. Um ponto a se destacar é que a imagem de exames médicos em 3D é contrastada, no vídeo, com a imagem de crianças correndo, mas essas crianças do vídeo não tem rosto. Isso tem o efeito de universalizar o caso de que se fala, que é algo comum aos saberes científicos, e algo que parece fazer mais sentido em uma audiência pública. No entanto, como Lilian Sales apontou, médicos pró-pesquisa com células-tronco utilizaram imagens de antes e depois de pessoas que se beneficiaram das pesquisas para humanizá-las. Será que usar imagens de mulheres antes e depois da realização do aborto teria o mesmo efeito de humanização? Parece óbvio que a resposta é negativa, pois como o teólogo da CNBB afirmou, não se trata de tirar um rim, ou algum órgão que está fazendo um mal para a pessoa. O sofrimento, a dor que pode ser considerada psicológica nesses casos está implicada em uma hierarquia, que por uma série de motivos, a considera inferior.

A etapa seguinte de sua argumentação, foi mostrar que desconsiderar o valor de quem ainda não tem passado é estar contra a lógica da natureza. Para ela a realidade do ser humano é que as gerações se sucedem. Para demonstrar isso, Lenise se utilizou do argumento de que “quando nós falamos da questão ambiental, nós falamos do direito das gerações futuras, daqueles que ainda não foram gerados ainda, mas nós temos que pensar no direito deles porque nós não podemos destruir esse mundo e deixar para quando eles forem nascer daqui a 20, 50, 100 anos”. Para ela, não existiria a possibilidade de haver dignidade para a humanidade sem a garantia da dignidade de cada um dos seus membros desde a concepção.

Em um artigo intitulado *Para além dos humanos* (2013) os antropólogos Carlos Steil e Rodrigo Toniol traçam um panorama de uma situação ambígua que aconteceu no evento Rio +20, durante o mês de junho de 2012. O evento em questão visava discutir questões ecológicas, e no ano que ocorreu, contou com a participação de mais de uma centena de chefes de Estado. Durante esse evento, algo que chamou atenção foi a ausência da maioria dos presidentes do G8 – que mandaram representantes em seus lugares. Barack Obama, presidente dos Estados Unidos na época enviou Hillary Clinton, secretária do Estado que proferiu uma das conferências mais aguardadas. Nessa ocasião, a secretária não falou sobre o papel dos EUA nos acordos que estavam sendo firmados, “mas articulou questões ecológicas com outras relacionadas aos

direitos sexuais e reprodutivos das mulheres” (STEIL; TONIOL, 2013, p.286). Para ela, era necessário agir sobre as evidências de que as mulheres representam “a força motora do desenvolvimento sustentável”, e que para atingir as metas propostas, deveriam garantir os direitos reprodutivos da mulher, ou seja, as mulheres deveriam poder decidir sobre, se e quando querem ter filhos (GODOY; LIMA; MAZZACARO, 2012).

O pronunciamento de Hillary Clinton, prontamente gerou uma reação de representantes do Vaticano, e ficou ainda mais emblemática na manifestação do cardeal brasileiro Dom Odilo Scherer, na Rio +20. Nessa ocasião ele afirmou que não deveria constar nos acordos que estavam sendo produzidos “sentenças de morte” a vida de seres humanos mais frágeis, que estariam no útero de suas mães. Trago esse exemplo, porque o ponto que une esses aspectos na controvérsia é o mesmo da audiência pública: a defesa da vida. O argumento do artigo de Steil e Toniol é que ambos os argumentos (de Clinton e de Dom Odilo), apesar de haver diferenças significativas nas concepções do que seja *vida* para cada um deles, apostam na *luta pela vida* como uma defesa da natureza como alteridade radical em relação à cultura. O argumento ecológico evocado por Lenise enfatiza isso ainda mais, pois para ela, ser contra a valorização da vida de quem não tem passado é estar contra a natureza. Ao contrário da fala de Hillary Clinton, não vemos ao longo da audiência pública uma defesa do meio ambiente como um fator favorável ao aborto, portanto o argumento do artigo em questão faz sentido na medida em que Lenise reafirma essa defesa da natureza.

Ao conferir a natureza um lugar utópico, de caráter sagrado, a *lei natural* aparece como algo absoluto que se impõe desde fora da cultura humana. “Nesse horizonte ético, a vida, quer na sua manifestação na forma do feto quer na forma originária imaginada de um momento anterior ao surgimento da cultura, reveste-se de um sentido abstrato e universal” (Ibdem, 288). O curioso, é que Lenise evoca tanto o argumento de Hillary quanto o de Dom Odilo em sua fala. Aqui, o fato de nós não podermos destruir o planeta para as próximas gerações para daqui 50, 100 anos, só justifica que aqueles que ainda não nasceram precisam ser levados em consideração, e isso é o que permite que pensemos a defesa da vida do feto através do viés ecológico também. Enquanto Hillary defendia o direito de decidir sobre ter filhos ou não com base na predação violenta dos humanos para com a natureza, no caso de Lenise, a defesa à natureza é tão central, que ela adquire o caráter de um compromisso com o futuro num plano individual – para que mulheres não abortem seus filhos –, e um compromisso com o futuro num plano planetário – para que nós tenhamos um compromisso com a próxima geração –, como

coloca o artigo. Ao mesmo tempo, em relação aos argumentos levantados por Católicas em sua fala, podemos apontar que, enquanto a ONG se coloca contra a redução da mulher à biologia, ou à sua “função natural”, ela ainda opera com uma noção de natureza que é distinta e oposta à cultura, só que a valoração sobre os aspectos culturais passa a ser maior do que sobre os aspectos naturais da mulher.

Ao apontar para o texto da ADPF, o caráter de denúncia de sua exposição toma corpo:

(...) A ADPF cita os países desenvolvidos como modelo porque vários deles se desenvolveu. Eu acho até curioso isso numa ADPF movida pelo PSOL que faz tantas críticas ao imperialismo americano e agora traz os Estados Unidos como modelo de como teria que ser? A gente sabe que desenvolvimento econômico não implica desenvolvimento ético, e aliás, muito desse movimento econômico se fez a base de exploração de escravos e de colônias. E não deixa de ser um neocolonialismo que nós tenhamos tantas ONGs estrangeiras querendo falar e que vão falar aqui, nesse espaço na próxima segunda feira, e que estão investindo pesadamente, saiu um artigo, 18 milhões de dólares foram investidos aqui no Brasil nessas ONGs para a liberação do aborto. Qual será o seu interesse? Será que não é bom saber por que isso?

De novo, o argumento anticolonialista e anti-imperialista se coloca ao lado dos grupos contrários ao aborto. A expositora quis demonstrar uma contradição. Como poderia um partido “socialista”, com críticas ao imperialismo americano defender políticas dos Estados Unidos? O pressuposto de que se deve rechaçar tudo o que venha de países “capitalistas” por parte de um partido fica aqui, evidente. Mais do que isso, ONGs estrangeiras, ou que recebem financiamento de grupos estrangeiros são atacadas como grupos que defenderiam os interesses de outros países ao apoiar a descriminalização do aborto. Esse tipo de denúncia afeta diretamente o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir, que é uma ONG com suas raízes norte-americanas, e que recebeu dinheiro da Fundação Ford ao longo de muitos anos. Não que esse tipo de acusação deslegitime a fala de Católicas na audiência pública, mas têm essa intenção. De fazer o juri desconsiderar, ou implantar uma dúvida perante a verdadeira intenção daqueles que advogam pela descriminalização do aborto e recebem financiamento estrangeiro. Torna-se cada vez mais evidente que não só a audiência pública é um *locus* de controvérsia, como os enunciados que se sucedem estão constantemente instaurando novas controvérsias. O confronto num âmbito jurídico teria essa característica.

Nesse ponto do debate, o que a Dra Lenise tenta fazer é desestabilizar o caráter das ONGs enquanto organizações legítimas para prestar suas opiniões pois elas não estariam de fato defendendo os interesses das mulheres brasileiras, mas de outros lugares. É um contraste interessante que leva a discussão sobre a descriminalização do aborto até outro plano, que é o da oposição entre interesses externos e interesses internos. Entre um país verdadeiramente autônomo, e um país que se vende aos interesses de outros. Esse tipo de oposição é visto

comumente nas questões relacionadas aos Direitos Humanos e abre margem para a sustentação de enunciados como “quem é a favor da ONU é contra o Brasil”. Da mesma forma que a defesa do Estado Laico muitas vezes abre margem para dizer que setores religiosos não devem opinar publicamente; a defesa da soberania nacional aparece como um fator que visa anular a fala pública das ONGs.

Esse capítulo poderia ter sido redigido de distintas maneiras. Poderia tê-lo organizado por eixos temáticos e dividi-lo em assuntos específicos, como o faz de forma memorável o texto de Lilian Sales ao qual me referi anteriormente. Priorizei, no entanto, um engajamento com Católicas através de dois eixos: o primeiro no que se refere aos enunciados católicos da audiência pública; e o segundo por meio de estratégias de argumentação de cada grupo. Por quais motivos um argumento é possível de ser utilizado em alguns lugares e outros não? Por quais motivos certas formas de se argumentar parecem ter mais efeitos com certos grupos do que outros? Esse debate é de extrema importância para esta análise.

No que diz respeito ao primeiro eixo, a fala mais voltada para a religião que Católicas fez tem um papel fundamental. Sabendo que a CNBB foi chamada para argumentar, se elas não falassem ou não se posicionassem de forma contrária, haveria um vácuo argumentativo que a CNBB poderia então preencher como a totalidade religiosa católica. O grupo de certa forma foi chamado para expor enquanto católicas, e deveria se posicionar enquanto católicas, que é o papel estratégico e ao mesmo tempo ambíguo que o grupo ocupa. Em seu discurso na Defensoria Pública no evento ocorrido em 2017, Maria José Rosado Nunes destacou a Igreja Católica como o inimigo número um, até os dias atuais, ainda que outras instituições religiosas atuem com grande afinco na esfera pública. Ela teria um poder político por toda a história religiosa do país. Isso, por si só, já equivale a importância que o grupo de Católicas atribui ao tema religião, e por que consideram importante uma voz reativa. Na audiência, Zeca recorreu ao papa Francisco e às mudanças de posição da Igreja Católica ao longo do tempo para tornar a descriminalização do aborto pensável dentro de uma tradição católica. O fato da CNBB não falar sobre a Igreja ou o catolicismo somente expressa uma certa noção já ensaiada ao longo do capítulo de que entre a Igreja Católica, a Constituição e o Estado existe uma relação complexa de implicações e embricamentos.

No segundo eixo, ao comparar as estratégias de argumentação dos grupos pudemos observar que era inviável para Católicas utilizar as mesmas estratégias de engajamento e persuasão que utilizavam nos vídeos do *youtube* na audiência. Isso se deve a alguns fatores. Desde o fato de que grande parte dos vídeos que elas produziam em seu canal requeriam especialistas, e estes já estavam presentes na audiência, até a forma como a audiência pública é

pensada, na qual algumas formas de argumentação são mais permitidas que outras. Ao mesmo tempo, o grupo de Católicas escolheu falar sobre religião através do papa Francisco, o que também poderia ser contraditório levando em conta que o Estado é Laico – como ela mesmo apontou. Privilegiar a fala sobre religião em detrimento de uma possível fala sobre o sofrimento psíquico que o abortamento causa nas mulheres, implica não necessariamente achar isso mais importante, mas implica que, em primeiro lugar elas estavam ali para ocupar esse espaço de organização Católica em relação à CNBB, e também uma vez que outros grupos poderiam falar sobre o sofrimento das mulheres que abortam, somente o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir teria um peso tão grande ao falar de religião. Isso faz parte de todas as falas de Católicas e esteve presente no evento da Defensoria Pública, em 2017.

Por fim, destaco ao final deste capítulo que a participação do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir faz parte de um curioso e complexo jogo entre grupos que se aliam e se contrapõem em determinados contextos. A audiência pública, como uma controvérsia, demonstrou que Católicas está se constituindo e sendo constituídas sempre em relação a outros grupos e que outros grupos também se constituem em relação a elas. Ao mesmo tempo que o grupo é englobado em um grupo maior de pessoas que defendem da descriminalização do aborto, elas também ocupam um lugar particular de ser o único grupo que de contrapõe aos argumentos da CNBB desde dentro da tradição religiosa. Por ocupar esse lugar incômodo, o grupo também sofre ameaças a sua legitimidade enquanto tal por parte de diversos grupos que estiveram presentes na audiência pública, o que evidencia, ainda mais o caráter controverso da ONG.

Conclusão

No início desta monografia enunciei meu interesse em pesquisar o que fazia do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir uma ONG que perdurava ao longo do tempo. Afinal, são mais de 25 anos de grupo. Essa pergunta norteou minhas escolhas metodológicas para que eu fizesse minhas primeiras incursões ao campo. Desde então, participei de eventos organizados por elas e eventos os quais elas colaboraram de alguma forma, integrei reuniões internas, entrei em seus grupos de interação virtual, assisti aos materiais que produziram, e fiz entrevistas com as coordenadoras da organização. Entrei em contato com uma enorme variedade de materiais e campos, os quais tive de pensar cuidadosamente sobre como usá-los. Percebi, no decorrer desses dois anos de pesquisa, que quanto mais eu participava daquele cotidiano, menos senso

de totalidade eu poderia dar ao grupo. Isso por que, ficava cada vez mais claro para mim, que Católicas pelo Direito de Decidir é um grupo que se realiza enquanto grupo por causa de seus efeitos de totalidade; mas antes de ser um grupo, propriamente dito, fechado em si, está na verdade, em um contínuo processo de formação. Com o tempo, percebi que Católicas extrapolava os próprios limites que elas e outros grupos a colocavam.

Escolhi por um aspecto metodológico, não enquadrá-las em suas identidades – católicas e feministas – logo nas primeiras incursões no campo quando comecei a acompanhar as reuniões do grupo de multiplicadoras Católicas. Isso se deu porque ao perguntá-las sobre suas religiões, percebi que nem todas elas se consideravam católicas, apesar de o feminismo ser afirmado em todas as respostas. No entanto, não fazia sentido estarem num grupo de católicas feministas se não houvesse algo em torno daquele grupo que as mantivesse engajadas com algo que a ONG proporcionava, afinal, existem muitos grupos feministas. Os discursos da ONG são sempre construídos em relação a uma tradição e uma moral católica, e nesse sentido, entender como pessoas tão diversas – como as que eu conheci na ONG – se conectavam a esses discursos e formas de ação me pareceu o melhor caminho para começar esta monografia. A maioria chegou ao grupo devido alguma das coordenadoras, mas o fato de persistirem com o projeto de formação em multiplicadoras Católicas foi algo que chamou minha atenção desde o início.

Ao longo do processo de escrita, decidindo aspectos estruturais do texto, fiz a escolha de montá-lo de tal forma que a hipótese da monografia pudesse ser desenvolvida, a saber, que Católicas pelo Direito de Decidir tem um projeto de modernidade alinhado a uma noção de laicidade que permite sua existência enquanto um grupo católico e também feminista. Nesse sentido, o que permitiu que Católicas perdurasse ao longo de tantos anos foi a sua avidez em produzir estratégias de engajamento novas, bem como multiplicar suas formas de atuação. Demonstro no texto, como o investimento em uma equipe de comunicação impulsionou o crescimento da organização de forma a expandir suas formas de ação pública e suas redes, bem como o alcance e o engajamento de suas propostas. Pude perceber que, se num primeiro momento no acompanhamento das reuniões de multiplicadoras, o processo se dava através de leituras, palestras e discussões acadêmicas, ao adentrar nesse novo espaço, que é a internet, toda a linguagem teve de ser adaptada e planejada para integrar esse espaço. Nesse sentido, os capítulos não simplesmente dão exemplos do que seria essa ação direta da comunicação do grupo, mas visam antes analisar situações particulares para que a emergência das

transformações ocorridas no grupo ao longo do tempo fossem também visibilizadas. Tive a preocupação, portanto, de privilegiar os processos, os pontos de conexão.

A estrutura da monografia se dividiu, então, em quatro capítulos. O primeiro lidou com a questão da construção de ativistas de Católicas pelo Direito de Decidir e processos de subjetivação. Apontei primeiramente para o grupo de multiplicadoras católicas por ser um grupo de formação interno à ONG. Um grupo que eu poderia acompanhar e entender os processos e transformações. Demonstrei como o cotidiano a que elas se inseriam, as atividades que desenvolviam como leituras de livros e também as ações pelas quais eram cobradas funcionavam de forma a construir um grupo que compartilha um universo de ideias que apesar de ancoradas em um catolicismo, acabam se tornando mais próximas de uma modernidade com aspectos protestantes e liberais. Para que as propostas de Católicas pudessem existir de forma coerente, um certo alinhamento com esse tipo de concepção de modernidade, vinculada a laicidade do estado e noções liberais de autonomia e liberdade, deveria necessariamente poder ser identificada em seus discursos.

Ao descrever as situações que compõem o capítulo 1, passei tangencialmente pela comunicação do grupo. A comunicação estava presente na maioria dos eventos que Católicas organizava, bem como era uma grande responsável por divulgar, no espaço virtual, ações das próprias multiplicadoras. A medida que acompanhava o grupo de multiplicadoras percebia que grande parte do que era falado, planejado, ou feito ali ganhava um outro formato nas redes sociais do grupo. O segundo capítulo teve como objetivo justamente mostrar como Católicas percebeu que precisava diversificar a linguagem e o formato que usavam para divulgar suas propostas se quisesse contar com o engajamento de outros tipos de pessoas – no caso, Regina frisou que visava chamar a atenção da juventude. Investir na plataforma do *youtube* com iniciativas audiovisuais foi um passo deliberado pelo grupo como forma de alcançar esse objetivo. Todo o material de seu *youtube* foi produzido e pensado pela equipe de comunicação, e é por isso que friso o caráter necessário dessa equipe para a inserção de católicas em um novo tipo de espaço, bem como na criação e elaboração de redes.

Seguindo a ideia de pensar as redes, o terceiro capítulo mostrou como certos objetos que estavam expostos na sede de católicas evidenciavam outras redes que o grupo mantém pela América Latina. As situações descritas tiveram como objetivo olhar para a circulação de determinados objetos em espaços e temporalidades diferentes e como os enquadramentos mudam, transformando necessariamente essas imagens em outras coisas – sem deixar de

carregar elementos comuns umas com as outras. Ao mesmo tempo, o caráter intencional de expô-las é também um ato em si pensado pela própria ONG. O ato de expor supõe uma relação com outros elementos e com outras pessoas, e por isso mesmo supõe um engajamento. Nesse sentido, os objetos ganham uma nova camada quando aparecem enquadradas na estante da ONG: o estatuto de objetos de identificação entre o que o grupo propõe e o que eles demonstram.

O quarto e último capítulo mostrou através da análise de uma audiência pública pela descriminalização do aborto, como Católicas se posicionou frente a outros grupos em um âmbito de disputas, negociações e estratégias que configura uma Suprema Corte. Escolhi nesse capítulo, contrapor Católicas a dois grupos distintos por motivos diferentes. Ao colocá-las em relação à CNBB, analiso ambas as organizações católicas. Em suas exposições ficava visível que enquanto a CNBB fez um discurso pautado na Constituição, na ciência, e no direito, o grupo de Católicas privilegiou falar sobre a própria tradição católica de forma a tornar a questão da descriminalização do aborto algo inteligível no cerne da mesma. Também as coloco em relação à representante do movimento Brasil sem Aborto mas para discutir outras questões. Focalizo principalmente o fato de enquanto a doutora expositora do movimento se utilizou de materiais audiovisuais para sua apresentação, o grupo de Católicas – que tem um comprometimento com a produção de vídeos – não considerou que os vídeos seriam ferramentas úteis na Corte. Nesse sentido, através de uma análise da forma e do conteúdo dos discursos e materiais colocados em cena na audiência pública pude argumentar que o grupo de Católicas precisava necessariamente ocupar esse espaço porque o grupo admite que o catolicismo tem um papel central na formação histórica da democracia brasileira, adquirindo um caráter normativo na sociedade civil. O discurso da CNBB focalizou outros aspectos que não uma moral católica pois esta moral já é pressuposta. Nesse sentido, somente elas, enquanto um grupo católico, poderiam se opor a CNBB naquela ocasião.

Dessa forma, estabeleço um ritmo para a monografia ao qual ela começa centrada em um núcleo mais fechado do grupo e se expande as demais áreas de atuação. De uma reunião fechada com menos integrantes, passa por uma análise das estratégias de publicização e criação de engajamento da equipe de comunicação de Católicas, e evidencia que no ato mesmo de fazê-lo o grupo é inserido e cria uma rede. A noção de rede se amplia até outros grupos de mulheres latinas, em especial Católicas do México e Nicarágua. Por fim, o grupo, que já ensaiava desacordos e conflitos com outros grupos no capítulo 3, é inserido em um ambiente de disputa

em torno da questão da descriminalização do aborto. Nessa situação em particular fica mais evidente o quanto o grupo de Católicas se constrói em relação a outros grupos, as vezes disputando e negociando espaços, e as vezes se aliando em torno de uma temática específica. Existe a preocupação latente de se transformar os meios a partir dos quais as pessoas de dentro do catolicismo enxergam a questão do aborto.

O grupo opera em duas dimensões: a primeira visa se contrapor ferrenhamente ao que se chama de “catolicismo tradicional”; e a segunda tenciona mostrar um outro lado do catolicismo, lado este que fornece as bases para enxergar a questão do abortamento privilegiando certos pontos dessa tradição religiosa que valorizam a capacidade ética da mulher de decidir sobre seu próprio corpo. Ao fazê-lo, Católicas se vê constantemente reafirmando a defesa de um Estado laico, da autonomia das mulheres, e de valores considerados por elas modernos. Podemos dizer, que esta monografia versa sobre um projeto de modernidade bastante específico por parte de um grupo.

Dentro dessa perspectiva de um projeto de modernidade, a principal reivindicação por parte de Católicas é um Estado laico. O Estado laico seria aquele que permitiria a plena realização de uma democracia moderna. Isso pode ser visto desde o primeiro capítulo quando introduzo o Café com luta e o grupo de multiplicadoras, passa pelo segundo capítulo já que todas as iniciativas audiovisuais tangenciam esse assunto, e por fim, é algo que aparece em disputa na audiência pública. É portanto necessário fazer uma análise um pouco mais profunda de como a categoria laicidade é utilizada e instrumentalizada por elas e por aqueles com os quais ela traça alianças, confrontos e negociações. Zeca, ao se pronunciar sobre isso num vídeo sobre a ADPF 442 colocou que o Estado Laico é aquele que não se regula pelas religiões ou por nenhum princípio religioso. Ao se pronunciar na audiência pública pautando principalmente questões da tradição católica, no entanto, Zeca reafirma que ainda é necessário falar sobre o catolicismo nas questões jurídicas e apontá-lo na constituição histórica do nosso próprio Estado democrático.

Sabendo que esta monografia configura apenas uma das análises sobre a realidade social dessas mulheres e do grupo de Católicas pelo Direito de Decidir, julgo pertinente destacar que a análise de manifestações públicas é de grande interesse para esta pesquisa. Contudo, por motivações metodológicas e estruturais do texto elas não entraram em minha análise mais ampla, ao longo dos capítulos. Ao participar da manifestação de 8 de março de 2018 com o grupo de Católicas, porém, pude observar três principais situações que dialogam de certa forma

com as coisas que foram ditas ao longo desta monografia. Friso principalmente como o grupo de Católicas agiu em relação aos outros grupos que ali marchavam. A primeira delas tem a ver com redes de aliança, ou grupos que se apoiavam mutuamente; a segunda com grupos hostis a presença delas naquele espaço; e a terceira tem a ver com a forma de se colocar para a mídia. Naquele dia, marchamos ao lado do grupo das Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), e logo na concentração do ato, foi perceptível que as mulheres que ali se encontravam, já se conheciam de outros lugares e de outras lutas. Eram também mulheres mais velhas, o que contrastava com uma ampla juventude que fazia cartazes, batiques e bandeiras. Era um bloco de mulheres cristãs que estavam ali enquanto mulheres cristãs em meio a outros grupos que estavam ali enquanto outras coisas. Essa relação de apoio mútuo entre os dois grupos mimetiza a cena da audiência pública em que Zeca falou sobre os grupos de Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Evangélicas pela descriminalização do aborto. A audiência pública era um espaço que Zeca também julgava de extrema importância que esses grupos estivessem.

Ao mesmo tempo, enquanto um grupo de mulheres cristãs marchando juntas, com placas de “Até Maria foi consultada para ser mãe de Deus” e “Católicas na Luta por uma vida sem violências”, foram alvo de inúmeras reações de mulheres descrentes que agiram com hostilidade em relação as placas que carregavam. Frases como “até parece que são feministas mesmo”, e risos sarcásticos foram comuns. Havia cartazes com dizeres “Tire seu crucifixo do meu útero”, e várias outras manifestações que se contrapunham às igrejas cristãs. Nesse sentido, Católicas se vê novamente como um “outro” do feminismo. No segundo capítulo, quando falei sobre os vídeos no youtube produzidos pela comunicação de Católicas, e mencionei alguns comentários que evidenciavam uma não aceitação da identidade católica requerida por elas; nessa situação foi possível ver uma não aceitação da identidade feminista por parte de algumas manifestantes. Aqueles que negam parte de suas identidades assumem que elas não podem ser verdadeiramente as duas coisas ao mesmo tempo, o que evidencia esse senso de contradição permanente em que o enquadramento que permite com que uma pessoa se assuma católica parece não conversar com o enquadramento que permite com que uma pessoa se autodenomine feminista.

A terceira e última situação foi quando pararam uma integrante do grupo de multiplicadoras para dar uma entrevista e falar por Católicas. Prontamente, ela falou que chamaria a Zeca para realizá-la. A Zeca foi também a imagem que saiu nos jornais com a placa de “Até Maria foi consultada para ser mãe de Deus” na manifestação contra a PEC 181 ocorrida

em novembro de 2017. Zeca foi no evento na defensoria pública de São Paulo bem como foi a encarregada de fazer a fala na audiência pública. Zeca foi a integrante do grupo que falou no seminário sobre Religião, Gênero e Sexualidade ocorrido no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em maio de 2018 e também no seminário organizado por elas intitulado Experiências Feministas no combate ao conservadorismo religioso: Diálogos intergeracionais. Zeca é mediadora de inúmeras relações que o grupo estabelece. Foi através de Zeca que a maioria das integrantes do grupo de multiplicadoras e coordenadoras chegou até a ONG, e, quando a organização tem algum evento importante, ela se torna protagonista. O efeito que uma das multiplicadoras teria dando entrevista por *Católicas* é diferente dos efeitos que Zeca causa. Assim como demonstro no capítulo três, a escolha de determinadas coisas em detrimento de outras em uma reportagem tem efeitos específicos. Ao mesmo tempo, essa situação reafirma a preocupação do grupo em compor enquadramentos persuasivos o suficiente para que seus objetivos sejam alcançados.

Quando afirmo que *Católicas* tem um projeto de modernidade, me refiro a todas as ações e iniciativas que elas promovem para que o enquadramento de um grupo feminista, ecumênico, de mulheres modernas emergja como algo passível de reconhecimento ou apreensão. Essa modernidade a qual elas aspiram opera com uma série de elementos que as vezes convergem e as vezes divergem com a forma que outros grupos experienciam ou aspiram a modernidade. Nesse sentido, elas tentam criar as condições para que esse enquadramento se torne inteligível. Elas o fazem a partir de três eixos: os grupos de formação, a equipe de comunicação, e o *advocacy*, referente a suas estratégias de ação em diálogo com os órgãos estatais. Aspectos que conformam os capítulos 1, 2 e 4 desta monografia.

Esta monografia deixou alguns pontos soltos os quais gostaria de ressaltar nesta conclusão para possíveis próximos trabalhos. Verso principalmente sobre a emergência de grupos como as Evangélicas pela Igualdade de Gênero e as Evangélicas pela legalização do aborto como grupos relativamente novos – sendo a primeira de 2015 e a última de 2017. Arrisco dizer que isso se deve principalmente pela cada vez maior movimentação pública de grupos evangélicos. A emergência desses grupos, bem como outros grupos que não visam somente a legalização do aborto ou igualdade de gênero, mas o movimento católico LGBT e de igrejas inclusivas formam, sem dúvida, um setor progressista religioso. Dar atenção a esses movimentos é central não somente para entender a atual conjuntura política como também para enfrentá-la.

Devo ressaltar, contudo, que este texto foi estruturado de forma a criar um determinado tipo de realidade social. Poderia tê-lo escrito de inúmeras outras formas, privilegiando outro tipo de material, com outro tipo de discussão com a bibliografia. Dessa forma, o que faço ao construir o texto, no ato de narrar, de descrever, e de encaixar as análises, é criar o objeto de minha pesquisa e discorrer sobre uma, entre realidades possíveis. Etnografias, portanto, são atos políticos.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. “Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno?”. In: *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 75-102, 2003.
- ALMEIDA, Ronaldo.; TONIOL, Rodrigo. (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- ALVAREZ, Sônia. *Para além da Sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*. In: *cadernos pagu* (43), 2014.
- APPADURAI. Arjun. *A vida social das coisas*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. In: *Cadernos de campo*, São Paulo, n.19, 2010.
- BRITES, Francine. *Católicas pelo Direito de Decidir: Vozes dissonantes e discursos católicos sobre o aborto (1990 – 2010)*. 2014. 151f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2014.
- BURITY, Joanildo. *A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?* Em: ALMEIDA, R., TONIOL, R.(Orgs.) *Conservadorismos, fascismos, e fundamentalismos*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- BURRI, Regula Valérie. Visual Power in Action: digital images and the shaping of medical practice. In: *Science as Culture*, v.22, n.3, 2013, pp.367-387.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* 2ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- _____. *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. 1ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- _____. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. *Agir dans un monde incertain. Essay sur la démocratie technique*, Paris: Seuil, 2001.
- CARVALHO, Maristela Moreira de. Da rebelião nas fronteiras à conquista do campo: a teologia feminista na Concilium, Revista Internacional de Teologia (1985 -1996). Florianópolis, 2008. 344 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.
- CARVALHO, Isabel Cristina M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. Em: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n.19, 2003.
- CLIFFORD, James. A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. In: José Reginaldo Santos Gonçalves (Org.). 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- _____.; MARCUS, George. (orgs.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2016.
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim (1995): “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”.
- DO CARMO DA SILVA, Júlia. Feministas por opção, Católicas pelo Direito de Decidir: agentes feministas na Igreja Católica. Dissertação (Dissertação em Antropologia Social) – UFSM. Santa Maria, 2015.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 : um estudo a partir da cidade de São Paulo*. 2002. 241 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP
- FERNANDES, R. C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FONSECA, C., CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n.10, p.83-121, 1999.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: *A vontade de saber*. 4ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.
- _____. História da Sexualidade II: *O uso dos prazeres*. 3ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2017b.

- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUL, H. L.; RABINOW, P. (Org.) Michel Foucault, uma trajetória filosófica: *Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 1ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GALSCHIOT, Jens. In Memory of the Victims of Christian Fundamentalism. In *Women in Action*. n.1.2007.
- GIUMBELLI, Emerson. O Cristo Pichado. In: *Ponto Urbe*, n.12, 2013.
- _____. Símbolos religiosos em controvérsias. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- HENARE, Amiria et al. *Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically*. London/New York: Routledge, 2007.
- HIRSCHKIND, Charles. Existe um Corpo Secular? In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 37(1): 175-189, 2017.
- HUNT, Mary E. Ética feminista: Una introducción a una revolución. In: *Mandrágora*, v.1, n.1, 1994.
- JURKEWICZ, Regina S. (Org.). *Entre Dogmas e Direitos: religião e sexualidade*. Jundiaí: Maxprint, 2017.
- KEANE, Webb. *Cristian Moderns: Freedom and Fetish in the Mission Encounter*. Califórnia: University of California Press, 2007.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001
- LATOURETTE, Bruno. *Reassembling the Social*. New York: Oxford University Press, 2005.
- _____. 2008. O que é Iconoclash? Ou, há um mundo além das Guerras de Imagem? In: *Horizontes Antropológicos*, n. 29, p. 111-150, jan./jun. 2008.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. In: *Etnográfica*, v.10, n.1. CRIA, Lisboa, 2006.
- _____. Religious Reason and Secular Affect: an Incommensurable Divide?. In: *Is critique secular? Blasphemy, Injury and Free Speech*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- _____. *Religious difference in a secular age: a minority report*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2016.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MENEZES, Renata de Castro. Santos, vadias e fetos. In: *Ponto Urbe* n.20, 2017.

- MEYER, Birgit. Introduction: From Imagined Communities to Aesthetic Formations: Religious Mediations, Sensational Forms, and Styles of Binding. In: *Aesthetic Formations* (2009): 1–28.
- _____. Mediação e Imediatismo: formas sensoriais, ideologias semióticas e a questão do meio. In: *Campos* 16(2):145-164, 2015.
- _____. *Mediation and the genesis of presence: towards a material approach to religion*. University of Utrecht. 2012.
- _____. Picturing the Invisible: Visual culture and the study of religion. In: *Method and theory in the study of religion* 27, 333-360, 2015.
- MONTERO, Paula. Religiões e controvérsias públicas: *experiências, práticas sociais e discursos*. Campinas: Editora Terceiro Nome/ Editora Unicamp, 2015.
- _____. Talal Asad: para uma crítica da teoria do símbolo na antropologia religiosa de Clifford Geertz. In: *Cadernos de campo*, São Paulo, n.19, 2010.
- _____. Religião, pluralismo e esfera pública. In: *Novos Estudos Cebrap*. SP, v. 74. 2006.
- _____. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. In: *Etnográfica*, v.13, n.1, 2009.
- _____. Jurgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, v.84, jul.2009.
- _____. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e discontinuidades. In: *Debates do NER*, Porto Alegre, n.33, 2018.
- O'HARA, K. et al. Everyday Dwelling with WhatsApp. In: Proceeding CSCW'14. Baltimore, Maryland, USA, 2014.
- PACCILLO DOS SANTOS, Giovanna. Crucifixos de Luta: materialização da disputa por direitos sexuais e reprodutivos entre coletivos religiosos. In: *Ponto Urbe* [online]. 2018.
- RAMOS, A. A hall of mirrors. *Critique of Anthropology*, v. 11, n. 2, p. 155-169, 1991.
- RAMOS, Fernão P. O que é documentário? In: Ramos, Fernão Pessoa e Catani, Afrânio (orgs.), *Estudos de Cinema SOCINE 2000*, Porto Alegre, Editora Sulina, 2001.
- REILLY, Niamh; SCRIVER, Stacey. (Orgs.). *Religion, Gender, and the Public Sphere*. New York: Routledge, 2014.
- ROTHMAN, Barbara. *The tentative pregnancy: prenatal diagnosis and the future of motherhood*. New York: Penguin Books, 1987.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press. 1989.

- _____. *Sex and Secularism*. New Jersey: Princeton University Press, 2018.
- SOARES, Luiz Eduardo 2001. Algumas Palavras sobre Direitos Humanos e Antropologia. In: NOVAES, Regina. Direitos Humanos: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad.
- SCOTT, Joan W.. *Sex and Secularism*. Princeton University Press, 2018.
- SOUSA, Douglas Cavallini de; VOLPIN, Lucas Rodrigues. A figura do amicus curiae no controle de constitucionalidade brasileiro à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI, n. 56, ago 2008.
- STEIL, C. A.; TONIOL, R. 2012. Direitos humanos e igreja católica no contexto das eleições para presidência no Brasil em 2010. In: AMEIGEIRAS, A. R. (Org.). *Cruces, intersecciones, conflictos: relaciones político religiosas em Latinoamérica*. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 79-108.
- STEIL, C.A.; TONIOL, R. 2013. Além dos humanos: reflexões sobre o processo de incorporação dos direitos ambientais como direitos humanos nas conferências das Nações Unidas. In: *Horizontes Antropológicos*, vol.19, no.40. Porto Alegre. 2013.
- STEIL, C.A; TONIOL, R. *Ciências Sociais da Religião em Perspectivas no Brasil*, Eduardo Meinberg. (Re)conhecendo o sagrado. Reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religião e religiosidades, pp.155-174. 2013
- STEIL, C. A.; HERRERA, S. R. 2010. Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. In: *Sociologias*. no.23. Porto Alegre, 2010.
- STRATHERN, Marylin. Necessidade de pais, necessidade de mães. In: *Revista Estudos Feministas*, v.3, n.2. Florianópolis, 1995.
- _____. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia e Outros Ensaio*s. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.
- TAUSSIG, Michael. Transgression. In: TAYLOR, Mark C. (org.) *Critical Terms for Religious Studies*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 349-364, 1998.

_____. *Defacement – Public Secrecy and the Labor of Negative*. Standford: Standford University Press, 1999.

TEIXEIRA, Jacqueline M.. Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: O desafio de Gollywood. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 34(2), 2014.

TONIOL, Rodrigo. *Do espírito na saúde: Oferta e uso de terapias alternativas/ complementares nos serviços de saúde pública no Brasil*. São Paulo: LiberArs, 2018.

VENTURINI, Tommaso. Diving in Magma (forthcoming) *Public Understanding of Science*, v.19, n.3, 2009.

WARNER, Michael. *Publics and Counterpublics*. Brooklyn, NY: Zone books, 2002.

XIMENES, Julia. O Supremo Tribunal Federal e a Cidadania à Luz da Influência Comunitarista. *Rev. Direito GV* vol.6 no.1 São Paulo Jan/June 2010

Cadernos

A Igreja Católica e a Conferência de Cairo: Uma linguagem Comum. Cadernos no2. Vários/as autores/as 2004.

Referências de imagens e vídeos

EXPOR Exu. Produção de Mattijs van de Port. 2015

Figura 2: <http://www.galschiot.com/in-the-name-of-god/> (Acessado em: 26/02/2018).

Figura 3:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0d/Pregnant_crucified_teenager_at_the_World_Social_Forum.jpg (Acessado em: 26/02/2018)

Figura 4:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0d/Pregnant_crucified_teenager_at_the_World_Social_Forum.jpg (Acessado em: 26/02/2018).